

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES

GEPOLÍTICA E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO:

Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque

no contexto da Guerra Fria.

RIO DE JANEIRO

2015

EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES

GEOPOLÍTICA E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO:

Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque

no contexto da Guerra Fria.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Rio de Janeiro

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M188 Magalhães, Emanuel Sebag de.

Geopolítica e projeto nacional de desenvolvimento : Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria / Emanuel Sebag de Magalhães. -- 2015.

155 f. ; 31 cm.

Orientador: Andrés Ernesto Ferrari Haines.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.

EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES

GEOPOLÍTICA E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO:
ARÁBIA SAUDITA, EGITO, IRÃ E IRAQUE
NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. André Moreira Cunha
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Carol.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da minha vida e por dar sentido pleno a ela.

A meus pais, Elverino e Carmen, que, ao longo de minha vida, deram tudo de si, muitas vezes esquecendo-se deles mesmos, para que eu pudesse ter a chance de perseguir meus sonhos e ideais.

A meus irmãos, Celina e Severino, pelo amor, carinho e atenção em todos os momentos.

A minha namorada, Carolina, pelo amor, carinho e apoio incondicional durante esse período em que tivemos que suportar a distância.

Aos meus irmãos da Comunidade Católica Shalom da Missão do Rio de Janeiro, em especial aqueles da Célula Mãe de Misericórdia, pela intercessão e amizade.

Ao meu orientador Andrés Ferrari, que com paciência me guiou pelos caminhos da fascinante história dos países que são objeto deste trabalho.

Aos professores dessa banca, André Moreira Cunha e José Luís Fiori, pela atenção e interesse em contribuir com minha pesquisa.

Aos professores do Pepi que tive o privilégio de ser aluno, em especial o prof. Fiori, com quem tive maior contato nas disciplinas, por ter aberto meu olhar ao campo de estudo da EPI, em particular nas relações entre a geopolítica e o desenvolvimento econômico.

Aos grandes amigos da Revista Pepianos, Hélio, Janaína, Talita e Tiago, com quem tive o privilégio de conviver de perto nesses anos de mestrado. Saibam que muito cresci intelectualmente e como pessoa com a amizade de vocês.

Aos demais colegas, certamente não serei capaz de citar todos, sou grato pelas conversas, cafés, cervejas e tudo o mais que nos fez adentrar nesse mundo, ainda desconhecido para muitos, que é a Economia Política Internacional. Em particular, gostaria de agradecer ao Pedro Rocha por me ter cedido parte de sua vasta bibliografia sobre o tema deste trabalho.

Aos meus camaradas de república, Konopka e Piccolo, pela escuta e discussão em torno dos temas desta dissertação e tantos outros mais, que me fizeram sentir em casa e certamente lançaram as bases para uma amizade duradoura.

Caminante, no hay camino,

Se hace camino al andar.

Antonio Machado

MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. *Geopolítica e Projeto Nacional de Desenvolvimento: Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RESUMO

De forma geral, a partir do Ocidente, tem-se a perspectiva de que os países do Oriente Médio apresentam um certo atraso econômico mesmo em relação a outros países da periferia capitalista. Essa visão acerca do “mundo árabe” ou do “mundo islâmico” parece fazer pouco caso das transformações econômicas ocorridas em países da região, em especial a partir da segunda metade do século XX. Com um olhar mais cuidadoso, esta pesquisa busca observar que alguns países da região tiveram um desempenho econômico considerável durante esse período e que suas trajetórias de desenvolvimento estiveram por vezes em patamares comparáveis a países mais “integrados” ao mundo ocidental. Se o desempenho econômico observado em alguns países da região os aproxima de certos casos de estudo acerca do desenvolvimento, o que chama a atenção para o “mundo islâmico” é o elevado nível de conflitos e as diferentes camadas conflitivas nas quais seus Estados Nacionais estão inseridos, trazendo aos olhos a forte influência das relações geopolíticas, regionais e globais, sobre os projetos nacionais de desenvolvimento. Assim, este trabalho concentra-se na observação das relações entre geopolítica e projetos nacionais de desenvolvimento em Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria. A pesquisa tem como hipótese fundamental que o contorno geopolítico ao qual os países estiveram inseridos exerce forte influência sobre seus distintos projetos nacionais de desenvolvimento. Essa pesquisa então se inicia a partir do século XX com a partilha do Império Otomano e o início da geopolítica do petróleo, dando ênfase aos conflitos da Guerra Fria em escala global e sua influência direta na condução de estratégias políticas e econômicas desses países. Dessa forma, ressalta-se a sobreposição dos conflitos na região, suas dinâmicas regionais e em relação às superpotências, assumindo que são os conflitos de poder que movem o “sistema interestatal capitalista”. Assim, este trabalho visa trazer à luz as imensas diferenças históricas e conjunturais dos países selecionados, em sua busca de afirmação de seus “espaços de poder” enquanto “Estados-economias nacionais”, especialmente durante o período da Guerra Fria.

Palavras-chave: Geopolítica; Projeto Nacional de Desenvolvimento; Oriente Médio; Guerra Fria; Petróleo.

MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. *Geopolítica e Projeto Nacional de Desenvolvimento: Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ABSTRACT

In general, from the Western point of view, the Middle Eastern countries have a certain economic backwardness even compared to other countries of the capitalist periphery. This vision of the “Arab world” or the “Islamic world” seems to make light of the economic changes that occurred in some countries of the region, especially from the second half of the twentieth century. With a closer look, this research seeks to note that some countries in the region had considerable economic performance during this period and that their development paths were sometimes at levels comparable to countries more “integrated” to the Western world. If the economic performance observed in some countries of the region makes them closer to certain development study cases, what draws attention to the ‘Islamic world’ is the high level of conflict and the different conflicting layers in which their National States are surrounded, bringing the eyes the strong influence of geopolitical relations, regional and global, on national development projects. Thus, this study focuses on the observation of the relationship between geopolitics and national development projects in Saudi Arabia, Egypt, Iran and Iraq in the context of the Cold War. The research has as fundamental hypothesis that the geopolitical boundary of which the countries were inserted strongly influences their distinct national development projects. This research then starts from the twentieth century with the partitioning of the Ottoman Empire and the beginning of oil geopolitics, emphasizing the conflicts of the Cold War on a global scale and its direct influence in driving the political and economic strategies of these countries. Thus, we highlight the overlap of conflicts in the region, its regional dynamics and its regard towards the superpowers, assuming that the power struggles are the ones that move the “capitalist interstate system”. This work aims to bring to light the immense historical and conjunctural differences in the selected countries, in their search for affirmation of their “spaces of power” as “National economy-States”, especially during the Cold War.

Keywords: Geopolitics; National Development Project; Middle East; Cold War; Oil.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EUA – Estados Unidos da América

OLP – Organização para Libertação da Palestina

RAU – República Árabe Unida

SAVAK – Organização de Segurança e Inteligência Nacional (xá Reza Pahlavi - Irã)

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WDI – World Development Indicators

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: PIB per capita Brasil, Irã e Iraque em 1965 (US\$ preços correntes) ... 69

Gráfico 2: Evolução do PIB de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque entre 1979 e 1989 (US\$ - preços correntes) 85

Gráfico 3: Juros de mora da dívida - Pública e com garantia pública -US\$ (preços correntes) 115

Gráfico 4: Crescimento da RNB (% a.a.) no Irã (1966 – 1975) 127

Gráfico 5: PIB *per capita* Egito, Irã e Iraque – US\$ (preços correntes) (1970 – 1980) 141

Mapa 1: Egito e Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial 23

Mapa 2: Oriente Médio antes Guerra de 1967 44

Mapa 3: Arábia Saudita – Divisão Política Interna (províncias) 94

Mapa 4: Egito e seus vizinhos 105

Mapa 5: Irã – Divisões Políticas – 2008 117

Mapa 6: Iraque – Divisão Política (2011) 129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Receitas de Petróleo na Arábia Saudita entre 1946 e 1980 – US\$ (preços correntes) 102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O SURGIMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS	17
2.1. O Tempo e o Espaço	17
2.2. O Poder e o Espaço	18
2.2.1. <i>Espaços de Poder</i>	19
2.2.2. <i>Poder sobre o Espaço</i>	20
2.2.3. <i>Espaço de Poder e Poder sobre o Espaço</i>	21
2.3. Fim do Império Otomano e o Surgimento dos Estados Nacionais (1918 – 1932) 22	
2.4. Pressões de outras potências no entorno e reação britânica (1933 – 1943)	31
3. OS ESTADOS NACIONAIS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA	39
3.1. O Poder Americano e o Sistema Interestatal Capitalista	39
3.2. Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque: a interação entre os Estados	41
3.3. Fim da Segunda Guerra Mundial: movimentos nacionalistas e início da geopolítica da Guerra Fria (1947 – 1955)	43
3.4. Esferas de Influência, Tensão Regional e Evolução Econômica (1956 – 1967)	56
3.5. Détente e Disputa pela Herança Egípcia (1968 – 1978)	70
3.6. 1979 e os Novos Contornos das Disputas de Poder	79
3.7. 1990: Guerra do Golfo e o Fim da Guerra Fria	85
4. DESENVOLVIMENTO NACIONAL: OS ESTADOS E SEUS CONSTRANGIMENTOS (GEO)POLÍTICOS	89
4.1. Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque: os Estados como objeto de análise	89
4.2. Arábia Saudita	93
4.2.1. <i>A Casa de Saud, o wahabismo e o petróleo</i>	93
4.2.2. <i>Os sauditas e o cerco à Península Arábica</i>	96
4.2.3. <i>O reino saudita e a contenção do comunismo</i>	98
4.2.4. <i>Segurança em primeiro lugar: o desenvolvimento é papel do Estado</i>	101
4.3. Egito	104
4.3.1. <i>O projeto nacional de uma civilização: permanências e rupturas</i>	104
4.3.2. <i>O expansionismo pan-arabista</i>	107
4.3.3. <i>O Egito e as superpotências</i>	110
4.3.4. <i>As consequências econômicas da paz (e da guerra)</i>	113
4.4. Irã	116
4.4.1. <i>Uma Monarquia Revolucionária</i>	116
4.4.2. <i>A Pérsia, ‘Mundo Árabe’ e o nexa do petróleo</i>	119

4.4.3.	<i>Na encruzilhada das potências.....</i>	122
4.4.4.	<i>Modernidade como independência</i>	125
4.5.	Iraque	129
4.5.1.	<i>Um país sem nada a perder.....</i>	129
4.5.2.	<i>Um país cercado de inimigos por todos os lados.....</i>	133
4.5.3.	<i>O petróleo: cobiça das potências e reação nacional</i>	136
4.5.4.	<i>Auge e decadência da economia iraquiana: os custos da guerra</i>	138
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	149
	APÊNDICE A- CRONOLOGIA DO ESPAÇO:	153

1. INTRODUÇÃO

De forma geral, a partir do Ocidente, tem-se a perspectiva de que os países do Oriente Médio¹ apresentam um certo atraso econômico mesmo em relação a outros países da periferia capitalista. Essa visão acerca do “mundo árabe” ou do “mundo islâmico” parece fazer pouco caso das transformações econômicas ocorridas em países da região, em especial a partir da segunda metade do século XX. O próprio conceito de Oriente Médio traz consigo um sentido político forte, em que busca dar àquela parte do globo uma identidade comum, separando-a de seu entorno não apenas geograficamente, mas distanciando-a de sua própria história, a qual por vezes se cruzou com a história europeia e, a partir do século XX, foi completamente transformada pelas potências ocidentais. Com um olhar mais cuidadoso, esta pesquisa busca observar que alguns países da região tiveram um desempenho econômico considerável durante esse período e que suas trajetórias de desenvolvimento estiveram por vezes em patamares comparáveis a países mais “integrados” ao mundo ocidental.

Com suas imagens muito ligadas ao terrorismo, em particular após os atentados de 11 de setembro de 2001, alguns países dessa região, no entanto, tiveram experiências de forte crescimento econômico na segunda metade do século XX, fato que contrasta com a ideia de territórios atrasados e, porque não bárbaros, que é intensamente propagandeada pela mídia ocidental. Não como forma de fazer um retrato da região como um todo, mas a fim de evidenciar tais processos de desenvolvimento nacional, esse trabalho buscou adentrar nas histórias de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. Todos esses países passaram por processos políticos e econômicos significativos no período em questão, mas se depararam com diferentes constrangimentos a seus desenvolvimentos, que, do nosso ponto de vista, passaram ao largo dos clássicos problemas macroeconômicos de restrição monetária externa ou elevada necessidade de importações, por exemplo. De forma geral, todos os países aqui estudados tiveram preocupações expressas com o planejamento econômico, mas suas estratégias sempre transcenderam as simples questões macroeconômicas.

Se o desempenho econômico observado em alguns países da região os aproxima de certos casos de estudo acerca do desenvolvimento, o que chama a atenção para o “mundo islâmico” é o elevado nível de conflitos geopolíticos nos quais seus Estados Nacionais estão inseridos, trazendo aos olhos a forte influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos

¹ O termo Oriente Médio foi cunhado pelo almirante e estrategista americano Alfred Mahan ao estudar o poder naval britânico. Em si, o termo já possui um significado geopolítico importante, pois demarca o território que estava a meia distância entre a Grã-Bretanha e o subcontinente indiano, sustentáculo de seu sistema colonial. Iremos utilizar o termo neste trabalho apenas por se tratar de uma referência geográfica mais usual e, obviamente, abstraindo-se de seu conteúdo político.

projetos nacionais de desenvolvimento. Observando que aquela região possui uma história e uma geografia recortadas pelas relações de poder, foi feita a opção por se estudar alguns dos Estados Nacionais frutos dessa história mais recente – Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque – em busca evidenciar as relações entre a geopolítica e seus distintos percursos de desenvolvimento nacional. Ao se adentrar nesse Oriente Médio, percebe-se de pronto que existem diferenças fundamentais entre os “espaços de poder” que o compõem, quebrando a unidade identitária, fruto do projeto de dominação ocidental sobre a região. Naturalmente, a escolha dos países aqui estudados é um recorte espacial arbitrário, mas que, mostrou-se capaz de transparecer a forte influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento. Assumimos como hipótese central que as relações geopolíticas regionais e globais são elementos capazes de direcionar os projetos nacionais de desenvolvimento, que imersos nessas disputas de poder, tem por objetivo último a questão da soberania nacional.

Essa região se constitui como extremamente conflituosa já desde os primeiros assentamentos sedentários humanos e assim se desenvolve ao longo do tempo. As disputas entre os antigos impérios da região se confundem às trajetórias expansionistas tanto do Ocidente como do Oriente. A região sempre se mostrou, desde então, como um entrave diante de imensos impérios como o Macedônio, de Alexandre o Grande, e mesmo o Império Romano. Posteriormente, com a ascensão dos Califados e do Império Otomano, a Europa ocidental se viu comprimida dentro deste “Mundo Árabe”. O imperialismo europeu do século XIX terminou por derrubar o ‘império árabe’ na região. Com a partilha do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, inicia-se a corrida das grandes potências em busca de petróleo. A ‘balcanização’ da região e o surgimento de novos Estados, muitas vezes divididos internamente por conflitos étnicos e religiosos, transforma a região no ‘buraco negro’ do sistema interestatal até os dias de hoje, com elevada instabilidade política e uma importância estratégica crescente.

Assim, Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque surgem como Estados Nacionais sob a tutela das potências ocidentais. Suas histórias individuais e também seus diversos cruzamentos entre si serão observados, portanto, sob a perspectiva dos conflitos de poder que moldaram suas formações nacionais e que conformaram seus caminhos de soberania, pelo intento de projetos de desenvolvimento, em especial na segunda metade do século XX. Busca-se ressaltar assim as relações entre a busca por soberania nestes países e a construção de economias nacionais mais autônomas e menos dependentes das potências dominadoras. Dessa forma, pensar o desenvolvimento tendo em vista o olhar da geopolítica e das relações de poder, mostra-se muito eficaz para analisar a região e os povos que lá habitam ao longo do tempo, fugindo das já tradicionais abordagens de experiências comparadas. Assim, faremos um resgate histórico,

ressaltando a sobreposição dos conflitos na região, suas dinâmicas internas e em relação às superpotências, assumindo que são os conflitos que movem o “sistema interestatal capitalista”, nos termos de Fiori (2001).

Iniciaremos essa pesquisa a partir do século XX com a partilha do Império Otomano e o início da geopolítica do petróleo, estruturas de poder que moldaram a criação dos Estados Nacionais em questão. Para além desse resgate histórico, nosso objetivo específico na segunda seção (a seguinte) é o de também quebrar o paradigma de “mundo árabe”, mostrando as imensas diferenças históricas e conjunturais dos países e povos selecionados, não apenas em termos de suas ricas culturas particulares, mas de seus objetivos estratégicos na busca de soberania, aliados a suas trajetórias de desenvolvimento. Na terceira seção, segue-se o resgate histórico a partir do surgimento dos Estados Nacionais, procurando dar ênfase aos conflitos da Guerra Fria em escala global e sua influência direta na condução de estratégias políticas e econômicas desses países. No contexto da Guerra Fria, é notório o papel da criação do Estado de Israel para os novos conflitos regionais e, em especial, para o fortalecimento de um “sentimento árabe” entre os demais países da região. Mesmo que não tratada especificamente, a história do Estado de Israel entra neste trabalho de diversas formas, principalmente em seus conflitos armados com os países árabes. Os conflitos entre os países objeto deste estudo e seus entornos regionais também conformam o que tomamos como desafios geopolíticos.

As diferentes camadas dos jogos de poder que se sobrepõem na história da região e em especial dos países selecionados – Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque – são fruto, em certa medida, da longuíssima história que possuem. Alguns, como o Egito e o Irã tem histórias milenares, impérios conquistadores e presentes na história mundial, para utilizar um termo comum, desde os primórdios da civilização. Outros países como Arábia Saudita e Iraque, de unificação política mais tardia, tiveram papéis políticos importantes em períodos diversos, mas destacaram-se a partir da disseminação da religião islâmica e, assim, no processo de “arabização” da região. Sob o domínio do Império Otomano, esses territórios passaram a integrar um mesmo organismo de poder, mas continuaram a apresentar fricções internas, denotando suas mais distintas e longínquas raízes.

Salvo o território que hoje é o Irã, todos os demais países que serão objeto deste estudo estavam compreendidos sob o controle otomano. O fim do Império inicia um movimento de ampliação da dominação franco-britânica com os mandatos da Liga das Nações e posteriormente sobre os recém criados Estados Nacionais. O fim da Segunda Guerra, no entanto, dá partida a um novo tabuleiro de disputa pelo “poder global” (FIORI, 2007), que é a Guerra Fria e que adiciona uma nova camada aos conflitos locais do Oriente Médio. O despertar

tardio de um “espírito nacionalista”, já no século XX, surge inserido na dinâmica da Guerra Fria e do esforço soviético e americano de enfraquecimento dos “antigos impérios” e da “descolonização” de suas posições privilegiadas, em vista não somente de ampliar suas esferas de influência, mas de terem acesso à mais estratégica das mercadorias, o petróleo. É sob a perspectiva do avanço das disputas de poder da Guerra Fria que analisaremos na terceira seção a história conjunta dos países em questão enquanto Estados Nacionais.

Assim, civilizações milenares, potências imperiais regionais e os centros da cultura árabe chegam ao século XX, aos olhos das potências, como territórios estratégicos seja para a extração seja para o transporte de petróleo. É o poder europeu e a geopolítica do petróleo que traça muitas das atuais fronteiras na região, mas o passado histórico de cada um desses atores é o fundamento para movimentos de afirmação de seus pesos e identidades particulares no contexto internacional, conformando projetos nacionais de desenvolvimento, que buscaram, na relação com as superpotências, seus objetivos estratégicos e deram uma dinâmica própria ao conflito da Guerra Fria na região. Assim, buscaremos ponderar a observação da conjuntura histórica na perspectiva também das camadas do tempo mais longo, em sentido braudeliano.

Do ponto de vista teórico, busca-se dar partida a esta análise com uma proposta de se utilizar de elementos teóricos que deem conta de observar os movimentos dialéticos entre estrutura e ação nas relações internacionais. As relações de poder que conformam o “sistema interestatal capitalista” fizeram com que os países em questão já surgissem como Estados Nacionais em posições frágeis em relação às potências ocidentais. A Grã-Bretanha, em particular, mostra-se como a principal potência a dominar a região, figurando como uma estrutura de poder a ser vencida pelos países da região, a fim de obterem verdadeiramente suas soberanias. Dessa forma, os projetos nacionais de desenvolvimento dos países em questão serão analisados como ações frente às estruturas de poder do sistema interestatal capitalista já estabelecidas, sendo as relações geopolíticas e os tabuleiros regionais os espaços de disputa e conflito entre as duas dimensões, da ação e da estrutura.

Novy (2002) apresenta um esquema que será útil para a abordagem deste trabalho acerca da relação entre estrutura e ação, modelar para compreensão acerca da influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento que se quer observar em Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria. O autor parte do modelo clássico hobbesiano das relações de poder para o contrapor à visão de Michael Foucault. Novy (2002) ressalta a relação entre espaço, poder e capital para as relações internacionais. Assim, a noção de “espaço de poder” de Thomas Hobbes, centrada sobre a soberania absoluta

dos Estados e portanto geradora de uma ordem internacional anárquica, é contraposta à de “poder sobre o espaço” de Foucault, fundamentada sobre a ideia de uma estrutura de poder internacional hierárquica e rígida, sem possibilidade de transformações por meio da ação estatal soberana. Da relação dialética entre os dois conceitos, Novy (2002) constrói sua leitura, que será parâmetro para se pensar a criação dos Estados Nacionais – objeto da segunda seção – e suas relações com as superpotências – objeto da terceira seção. A relação mais ampla entre estrutura e ação permeará a análise das distintas trajetórias de desenvolvimento nacional dos países em questão, que será objeto da quarta seção, em que os elementos da geopolítica regional e global entrarão como nexos dos distintos projetos de desenvolvimento.

A abordagem acerca dos projetos de desenvolvimento nacional e suas relações com a geopolítica parte também da pista teórica acerca da relação entre “o sujeito e o poder” em Foucault (1995) de maneira a compreender como as relações de poder que moldam o sistema interestatal são abordados a partir da ótica dos países frágeis e que tem suas soberanias (políticas ou econômicas) ameaçadas pelas potências dominantes. Foucault (1995) chama de “nova economia das relações de poder” a tentativa de observar as relações de poder a partir da perspectiva daqueles que estão sujeitos a elas. Para este trabalho, essa afirmação toma um significado importante na medida em que buscaremos mostrar a relação entre Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque e as potências estrangeiras a partir de seus próprios pontos de vista, ou seja, como esses “espaços de poder” enquanto Estados Nacionais buscaram se relacionar com as potências e suas estruturas de poder.

Assim, procuraremos abordar a história do Oriente Médio a partir de seus próprios atores. É preciso observar como os atuais países se formam e como caminham suas populações, territórios e governos ao longo dos anos. Em geral, os estudos sobre a região, em especial durante a Guerra Fria, evidenciam o olhar das superpotências sobre a região. Nosso objetivo é o oposto. Somente a partir da visão dos próprios atores e não das estruturas é que se consegue perceber como caminharam suas alianças estratégicas com as superpotências em suas próprias trajetórias de desenvolvimento.

Dessa forma, este trabalho se divide, para além desta introdução e da conclusão, em mais três seções. A segunda seção será dedicada a descer nas relações entre poder, geopolítica e desenvolvimento de forma a compreender como, de forma mais ampla, relacionam-se poder, espaço e tempo e, de forma mais específica, como se deram tais relações na gênese dos Estados Nacionais de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. A terceira direciona-se a, continuando na ênfase do tempo sobre o espaço, apresentar a interação entre os Estados Nacionais no contexto

da Guerra Fria. A quarta, por fim, busca descer na compreensão das distintas camadas conflitivas (nacional, regional e global) na conformação do fenômeno do desenvolvimento de projetos nacionais para cada país selecionado.

2. O SURGIMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS

2.1. O Tempo e o Espaço

Nossa primeira tarefa na investigação acerca da forte influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria é buscar entender como tais Estados Nacionais surgiram. Tal preocupação envolve a questão de Fiori (2013) acerca das relações entre “Poder, Geopolítica e Desenvolvimento” e insere-se também na percepção mais ampla das temporalidades braudelianas e dos espaços geográficos em questão. Assim, para auxiliar na leitura histórica de como se deu o surgimento de tais Estados Nacionais, é preciso partir de alguns conceitos, que encontramos em conceitos discutidos por Ribeiro (2011) e Lacoste (1989) acerca das relações entre história e geografia.

Tanto Ribeiro (2011) quanto Lacoste (1989) identificam que a relação entre a geografia e a história em Fernand Braudel surge ainda em Braudel (1949). A este trabalho parece interessante a relação que surge então no que Lacoste (1989, p.176) chama de “geografia histórica”, que seria um auxílio para se compreender melhor as situações e evoluções passadas a partir dos conflitos políticos e militares em torno da conquista das mesmas posições geográficas estratégicas ao longo dos tempos. Para Braudel (1949), a geografia teria uma relação íntima com os “tempos longos”, seria o lastro que orientaria as permanências, as camadas em que a história se mostraria “preguiçosa”. O tempo longo para este trabalho será visto como as permanências geográficas e também como os traços culturais, religiosos e os conflitos por eles gerados e ainda presentes nas histórias de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. Como se sabe, tais Estados Nacionais são muitíssimo recentes frente à longuíssima história de suas organizações políticas e seus laços étnicos, culturais e religiosos. Assim, a formação desses Estados Nacionais é profundamente afetada por essas permanências “imateriais” e, também, pelas permanências geográficas, que determinaram o recorte de seus territórios nacionais pelas potências ocidentais.

Lacoste (1989) afirma que, Fernand Braudel foi capaz de perceber os movimentos da geografia na história e, assim, articular uma relação dialética em que, podemos dizer, o tempo forma o espaço e a geografia interfere na história². Ainda de acordo com Lacoste (1989), essa

² Não pretendemos aqui entrar na discussão acerca da “palavra final” a qual Braudel (2004) adentra, segundo Lacoste (1989), afirmando a história sobre a geografia. Pretendemos apenas apreender essa relação a fim de observar as permanências e rupturas nas histórias dos países em questão, tendo em mente a relevância da geografia em tais processos.

articulação entre geografia e história se dá pelas relações de poder, no que chama de geografia política. O geógrafo francês foi um dos principais opositores ao termo geopolítica, que seria a aplicação do saber geográfico aos interesses de dominação política e à conquista na guerra. A geografia política seria para o autor a forma de desmistificar o caráter universal e científico da geopolítica, demonstrando que a geopolítica estava intimamente conectada a projetos específicos de poder e dominação. Assim, segundo Lacoste (1989), as relações políticas, que seriam por definição pertencentes ao tempo curto, já que são fruto da ação humana sobre o ambiente e não o inverso, podem ser vistas como constantes embates envolvendo poder e espaço.

Assim, indagar-se acerca da formação dos Estados Nacionais em questão – Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque – toma um sentido mais preciso na perseguição da compreensão das relações entre geopolítica e projetos nacionais de desenvolvimento nesses países. É sabido que, já desde suas gêneses como Estados Nacionais, tais espaços estão inseridos nos jogos de poder do Ocidente³. Dessa forma, o papel da geografia está intimamente relacionado à geopolítica, ou seja, das relações entre poder e espaço⁴.

2.2. O Poder e o Espaço

Para trabalhar o surgimento e o desenvolvimento dos Estados Nacionais em questão, buscaremos utilizar alguns conceitos teóricos desenvolvidos por Novy (2002) para auxiliar na compreensão de como se relacionam poder e espaço, a fim de melhor captar as transformações ocorridas em Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. As contribuições desse autor nos permitem relacionar condicionantes geopolíticos e elementos da política e economia nacionais dos países ditos “periféricos” na conformação de seus Estados Nacionais. Novy (2002) trabalha, então, com as relações entre capital, poder e espaço. Para tanto, o autor estabelece uma relação dialética entre as concepções de “espaço de poder”, de Thomas Hobbes, e de “poder sobre o espaço”, de Michel Foucault.

³ Os jogos de poder ao qual fazemos referência neste trabalho circunscrevem-se às disputas entre Estados no sistema interestatal. Para uma conceituação mais clara da categoria poder e seu significado para as relações internacionais, ler Fiori (2014).

⁴ Tais relações, ao longo do trabalho estarão relacionadas aos distintos interesses estatais em torno de áreas estratégicas, como aquelas ricas em petróleo ou aquelas outras importantes para o transporte de mercadorias em nível global. Da mesma forma, a lógica geopolítica constrange tais espaços dentro da dinâmica militarista da Guerra Fria, como espaços de conflito entre as superpotências, EUA e URSS. Nesse sentido, os fluxos comerciais, financeiros (empréstimos e financiamentos) e os acordos militares entre tais países e as superpotências estão dentro do escopo do que compreendemos por relações geopolíticas neste trabalho. Articulam-se assim, as disputas regional e global sobre tais territórios.

As características endógenas e internacionais desse movimento são bem analisadas por Novy (2002), que, para compreender a interação entre essas duas dimensões, lança a ideia de uma relação dialética entre as categorias “espaço de poder” e “poder sobre o espaço”. É interessante destacar a relação metodológica pouco usual do trato conjunto entre espaço e poder, entendidos como categorias simultânea e mutuamente determinadas no desenrolar do fenômeno social. Fez-se a escolha por essa abordagem pela possibilidade que ela traz a esse trabalho de correlacionar determinantes e objetivos comuns do entorno geopolítico e dos projetos nacionais de desenvolvimento dos países em questão. Assim, são criadas interfaces entre as dimensões nacional e internacional, de modo a observar como as relações de poder nas quais os Estados Nacionais surgem foram também capazes de influenciar suas trajetórias de desenvolvimento.

2.2.1. *Espaços de Poder*

Por espaço de poder, Novy (2002) compreende a existência de instâncias nas quais se afirmam e se exercem o poder, i.e., o Estado, o Soberano, o Príncipe. Seria a partir destas instâncias que se organizaria e se estruturaria o poder de um território, a figura clássica do *Leviatã*, da tradição hobbesiana. O “espaço de poder” se constitui como instância soberana de um determinado território. Partindo para o panorama internacional, a partir da noção de “espaços de poder” plenamente soberanos, tem-se o que comumente se chama de sociedade internacional anárquica. Ou seja, em decorrência da plena soberania dos “espaços de poder”, no plano internacional, não se poderia haver a figura do *Leviatã* hobbesiano. Nesse sentido, os Estados Nacionais conformariam “espaços de poder” soberanos e independentes de forças externas, provenientes de outros “espaços de poder” sobre suas soberanias.

Para este trabalho, no entanto, percebe-se que a constituição dos “espaços de poder” nos territórios em questão foi anterior à constituição dos Estados Nacionais da Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. Assim, tomados a partir da dinâmica própria do século XX, tais “espaços de poder” nascem já condicionados por forças externas aos seus próprios “jogos de poder”, o que traz a necessidade de uma compreensão mais ampla acerca dos significados de suas instituições e de suas histórias políticas e econômicas. Poderíamos afirmar que, tais “espaços de poder” não foram fruto de um consenso para superação do estado de natureza, em sentido hobbesiano.

Os “espaços de poder” aqui em questão são frutos de processos históricos distintos e, por vezes, milenares. De modo geral, esta formação histórica no tempo longo influenciou suas formas mais modernas de organização. No entanto, as dinâmicas próprias do imperialismo britânico do pós-Primeira Guerra Mundial articulam esses espaços de novas formas e os

submetem a novas lógicas de funcionamento, chegando mesmo a redefinir suas respectivas fronteiras como zonas de influência, protetorados ou Estados Nacionais vinculados ao império britânico. Posteriormente, a lógica americana de expansão também rearranjará esses “espaços de poder” em Estados Nacionais. Pode-se perceber assim que as projeções de “poder sobre esses espaços” foram profundamente relevantes para a compreensão de suas constituições enquanto “espaços de poder” e, como consequência lógica, de suas trajetórias de desenvolvimento. Por isso, partimos da constatação de que o modelo ideal de “espaços de poder” não se observa para os países em questão, nem em suas formações nacionais nem em suas posteriores trajetórias de desenvolvimento.

2.2.2. *Poder sobre o Espaço*

Em contraposição à noção hobbesiana, Novy (2002) apresenta um modelo esquemático das relações de poder no sistema internacional segundo a ótica de Michel Foucault. Argumenta assim que os “espaços de poder” não possuem de modo algum o monopólio do poder sobre seus territórios e que é mais provável que as relações de poder se estabeleçam de modo que poderes extraterritoriais se imponham e submetam estruturalmente o soberano local. A noção de estrutura de poder, em contraposição à subjetividade do esquema hobbesiano, vem da figura do *Panopticon*, edifício prisional em que todos os movimentos são vigiados a partir de uma torre central de controle. Na perspectiva do sistema internacional, o modelo foucaultiano, ressaltaria a natureza estrutural do poder, que constrange as vontades soberanas e determina a ação estatal (subjetiva) à estrutura vigente. Dada essa estrutura, Novy (2002) traz o conceito de “poder sobre o espaço”. Nesse sentido, o poder se instalaria de fora do espaço, sobre sua soberania, apesar de sua vontade ‘soberana’, de uma forma estrutural. Dessa forma, o poder se estabelece não pela mecânica do consenso ou da submissão, típica do esquema hobbesiano, mas pela imposição da estrutura sobre a ‘soberania’.

A partir do conceito de “poder sobre o espaço” chegar-se-ia a uma concepção de sociedade internacional não mais anárquica, mas plenamente hierarquizada, em que cada “espaço de poder” ocuparia uma posição pré-determinada pelas estruturas de poder mais amplas e que fugiriam do controle das ‘vontades soberanas’. Tomando o modelo esquemático do *Panopticon*, mesmo aqueles que ocupassem os espaços da torre de comando também estariam nessas posições por questões funcionalistas e estruturais, independentemente de qualquer

expressão de suas soberanias. Em poucas palavras, Novy (2002) contrapõe a visão de Hobbes, que privilegia a ação, à percepção estruturalista do poder, de Foucault⁵.

Para Novy (2002), os conceitos de “espaço de poder” e “poder sobre o espaço” isoladamente não são capazes de captar por completo o fenômeno social em âmbito internacional. Em sua proposta de construção de um modelo que explique a “des-ordem” da periferia, Novy (2002) apresenta a relação dialética entre “espaço de poder” e “poder sobre o espaço” como proposta de abordagem acerca da formação de Estados periféricos, notadamente frutos de diferentes levadas do expansionismo europeu⁶. Assim, da relação dialética entre esses dois conceitos, proposta pelo autor, surge uma ferramenta importante para a investigação a que nos propomos. A ideia da dialética entre “espaço de poder” e “poder sobre o espaço” permite a observação das relações de poder tanto em âmbito nacional quanto internacional que conformaram tais Estados Nacionais e que continuaram a agir em seus caminhos de integração no sistema interestatal. Em outras palavras, foi a dinâmica de afirmação dos “espaços de poder” enquanto Estados soberanos frente às ações estrangeiras de “poder sobre seus espaços” nacionais que moldou suas formações enquanto Estados nacionais e suas respectivas trajetórias de desenvolvimento.

2.2.3. *Espaço de Poder e Poder sobre o Espaço*

A partir desse par de conceitos, torna-se mais fácil observar como se deu a constituição dos “espaços de poder” enquanto Estados Nacionais nas teias mais longas do “poder sobre tais espaços”. Dessa forma, ressalta-se a tensão dos conflitos entre essas dimensões na conformação dos Estados Nacionais e em suas buscas por se tornarem soberanos política e economicamente. A tensão dialética se estabeleceria entre as recorrentes ações em vista de se firmar a soberania nacional por parte de grupos políticos dos diferentes países e as distintas tentativas de manutenção das estruturas de dominação por parte das potências. No entanto, a dicotomia fundamental não se estabelece entre os elementos nacional e internacional. Em verdade, esses elementos puderam atuar ora em favor ora contra a ampliação da soberania desses países.

⁵ Mais à frente, na quarta seção, adentraremos em outra concepção de poder a partir de Michael Foucault, em que esse autor se mostra mais aberto aos conflitos entre “sujeito e poder” (FOUCAULT, 1995), demonstrando uma evolução em relação a seu esquema puramente estruturalista proposto por Novy (2002).

⁶ O trabalho de Novy concentra-se, todavia, na análise do caso brasileiro, mas nos parece profícuo pensar a situação de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque, a partir do século XX, com a ajuda dos termos elaborados por esse autor.

A articulação dos desafios geopolíticos e das respectivas políticas externas em âmbito regional e global é que foi capaz de fazer a ponte fundamental entre a dimensão internacional e o desenvolvimento nacional. A suposta dicotomia entre o ambiente internacional e o nacional foi assim diluída por meio da perseguição de objetivos nacionais, que buscaram projeção internacional através de barganhas políticas, econômicas e militares com as potências. O que se buscará observar no surgimento e no desenvolvimento dos Estados Nacionais em questão é como a busca pela soberania política e econômica foi o elemento norteador de seus projetos nacionais de desenvolvimento. Em outras palavras, como os desafios da geopolítica regional e global foram fundamentais para o vigor ou a fragilidade de suas trajetórias de desenvolvimento nacional.

De maneira concreta, observaremos como se deu o embate entre o poder europeu, em especial do império britânico, e os diferentes “espaços de poder” no Oriente Médio quando da dissolução do império otomano ao término da Primeira Guerra Mundial. Tal fenômeno inter-relaciona, de forma direta e indireta, a formação dos Estados Nacionais que iremos analisar. Obviamente, os traços mais longos das histórias de tais povos também irão influenciar tais formações e serão também aqui considerados, na medida do possível. Contudo, nos concentraremos na formação de tais Estados Nacionais a fim de compreendermos as relações entre a geopolítica global e regional e suas trajetórias de seus projetos de desenvolvimento nacional no contexto da Guerra Fria.

2.3. Fim do Império Otomano e o Surgimento dos Estados Nacionais (1918 – 1932)

O fim da Primeira Guerra Mundial provocou uma reviravolta na história do Oriente Médio. O espaço que há séculos era politicamente organizado em torno do Império Otomano é fracionado em novas unidades políticas, sob controle de potências ocidentais. A partir de agora, iremos caminhar na história conjunta dos países selecionados – Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque – de modo a ir identificando os elementos concretos de suas histórias que vão evidenciando as relações entre geopolítica e projeto nacionais desenvolvimento. Para facilitar o acompanhamento das referências aos acontecimentos históricos ao longo dessa dissertação, construímos o Apêndice A – Cronologia do Espaço, com os principais eventos aqui destacados a partir da Primeira Guerra Mundial ao final da Guerra do Golfo.

Em 1916, franceses e britânicos decidem repartir entre si os antigos territórios do império otomano, sagrando, sob a lógica geopolítica das áreas de influência, o Acordo de

2006). Os “espaços de poder” em questão fazem parte das áreas de influência britânica e desempenharam papéis relevantes na geopolítica da região e também no contexto mundial ao longo do século XX. Embora a descoberta das jazidas de petróleo no Irã date do início do século⁹, é somente após a Primeira Guerra que sua extração e comercialização tomam proporção em outros países como Iraque e Arábia Saudita, tornando o Egito, por conta do Canal de Suez, ainda mais importante. Além da geopolítica do petróleo, a supremacia britânica na região oferece mais estabilidade no contato com a Índia, elemento central de seu projeto imperial.

Como se pode observar pelo Mapa 1, ao fim da Primeira Guerra, os britânicos dominam formalmente Egito, Iraque e o contorno da península arábica e mantém relações privilegiadas com a Pérsia (Irã). A articulação britânica com esses espaços políticos nas franjas do Império Otomano se dá ainda antes do início do conflito mundial e se intensifica com os primeiros acenos otomanos ao império alemão¹⁰. Já nos primeiros anos após o conflito, esses espaços políticos começam a tomar contornos mais acabados e apresentam vigor em suas dinâmicas políticas internas ao lidarem com a potência britânica e também com os demais espaços políticos regionais. O momento, apesar de ser de intensas transformações, transparece a consolidação britânica na região.

Em 1920, apenas um ano após a assinatura do Tratado de Versalhes, inicia-se o mando britânico no Iraque. Inicialmente, a administração do território tentou seguir o modelo colonial indiano. Houve o dismantelo da burocracia otomana, impondo o mando direto, alterando-se inclusive o código civil e penal. A rúpia indiana passa a ser o meio de troca, e indianos foram sendo recrutados para compor o novo exército e a polícia. Houve o patrocínio britânico aos líderes tribais em um esforço de poupar pessoal e dinheiro com a administração do novo território.

Essa forma de dominação foi bastante impopular. Ainda durante o primeiro ano de sua implantação, surge a primeira revolta insurgindo-se contra os britânicos. O movimento armado uniu xiitas e sunitas contra a administração estrangeira. Eminentemente rural, a revolta era

⁹ De acordo com Pahlavi (1979), a primeira concessão de exploração de petróleo na região foi feita na Pérsia em 1901 a William Knox D'Arcy pelo então xá Mozzafar. Era o embrião do que viria a ser a Anglo-Persian Oil Company.

¹⁰ São notórias duas articulações estratégicas britânicas nesse período. Uma com o Kuwait, frustrando os planos de construção da ferrovia Berlim-Bagdá e outra por meio do apoio à luta árabe contra o domínio otomano, que pode ser representada pelo papel icônico de T. E. Lawrence na negociação com as tribos beduínas (Hachemitas) pelo apoio à campanha britânica durante a Primeira Guerra (MAAR, 2012).

dispersa e desorganizada. Mesmo não logrando alcançar a independência, foi capaz de reverter o modelo indiano e incorporar iraquianos no primeiro governo nacional.

Em outubro de 1920, Sir Percy Cox¹¹ chega à Basra para assumir seu cargo de alto comissário no Iraque. Na Conferência do Cairo, em 1921, é estabelecido o tripé de concepção do estado iraquiano: a monarquia, na pessoa do rei Faiçal; o tratado com os britânicos, formalizando o mandato; e a constituição, estabelecendo a democracia para o legislativo, mesmo sob interferência do poder real. É patente, então, a situação de total subordinação do surgimento do Iraque enquanto “espaço de poder”. O poder britânico sobre o Iraque que se estabelece primeiramente de forma direta é apenas suavizado por meio de uma monarquia submissa aos interesses britânicos.

Faiçal foi coroado como primeiro rei do Iraque em 27 de agosto de 1921, sob a aprovação de Percy Cox. Foi o fundador da dinastia Hachemita¹² no Iraque, tendo sido anteriormente proclamado rei da Síria, mas destronado com a chegada do mandato francês. Faiçal, sendo Hachemita, vem de uma linhagem de xarifes de Meca, ou seja, originário de outra região e sem vínculos com o Iraque. O rei, logo preenche a burocracia iraquiana com seus aliados, em geral, árabes sunitas descontentes com a dominação estrangeira turca. Houve, assim, um rápido processo de ‘arabização’ do sistema educacional, sendo adotado o árabe como idioma de ensino, e do exército, com a expulsão de oficiais otomanos ou pró-turcos. Revela-se aí a conjugação entre os interesses da coroa Hachemita, eminentemente árabe, com aqueles dos britânicos, em impedirem qualquer nova influência turca na região.

O tratado com os britânicos teria duração de 20 anos, submetendo as decisões do rei aos conselheiros ingleses, estabelecendo uma série de privilégios aos britânicos no país, inclusive postos-chave na administração das dezoito províncias e no exército. Ao governo iraquiano foi imposta a cobrança por parte da dívida de guerra otomana, arruinando as finanças públicas e, conseqüentemente, o poder de ação autônoma por parte do Estado (SIMON & TEJIRIAN, 2004). Todavia, percebe-se que mesmo sob a dominação britânica, o reinado

¹¹ Major General britânico pertenceu ao exército da Índia Britânica e foi administrador colonial britânico no Oriente Médio. Teve papel central na criação do Iraque e do Kuwait e na administração da Pérsia antes do xá Reza Kahn.

¹² Tradicionais “guardiães” das cidades sagradas de Meca e Medina na Península Arábica e, por conseqüência, seus chefes políticos. Sua origem remonta à descendência do profeta Maomé por sua filha, Fátima, e, portanto, ao Califado Fatímida (xiita). Apesar de sua origem xiita, os Hachemitas são sunitas, mas mesmo assim, eram constantemente hostilizados pelos wahabistas sauditas. Após a queda do império otomano, transformaram-se em tradicionais parceiros britânicos, recebendo as monarquias da Jordânia e do Iraque, após sua expulsão da Península Arábica pelos sauditas.

‘fantoche’ de Faïçal também busca, à sua maneira, interesses próprios no processo de criação do Iraque. Assim, pode-se observar nesse contexto a relação dialética proposta por Novy (2002) entre o poder britânico e a frágil monarquia Hachemita. Nesse embate, a força do poder britânico é desproporcionalmente maior, sendo responsável pela criação de um país, pela demarcação de suas fronteiras, pela instituição de um governo, ainda que mais próximo, continuou a ser estrangeiro ao povo que lá vivia. O fantoche Hachemita parece agir apenas como um impeditivo do retorno do mando otomano.

Enquanto os britânicos se estabeleciam no Iraque, iniciava-se o movimento de independência no Egito. O fim da Primeira Guerra Mundial acende as esperanças egípcias pela independência, já que o império otomano havia perdido a guerra e estava em processo de desmembramento, não havendo mais a necessidade de uma presença ostensiva dos britânicos no Egito. O esforço egípcio em vista da independência se traduz em demanda de participação nas negociações de paz em Paris.

O então primeiro-ministro, Hussein Rushdi, e o sultão Fuad constituem uma delegação formal (*Wafd*) para integrar a Conferência de Paris. Tal delegação era formada por membros do partido nacionalista moderado, *Umma*, dentre eles Saad Zaghlul. Em 1919, Saad e outros líderes são exilados após uma forte demonstração popular de apoio à *Wafd*, que havia sido impedida pelos britânicos de se juntar às negociações de paz. O fato desencadeia uma série ainda maior de violentos protestos pelo Egito, que pressionam os britânicos a enfim liberarem a participação egípcia nas negociações de paz em Paris. A já anterior condição egípcia de ‘vice-reinado’ no império otomano demonstra a maior substância institucional do Egito no período em comparação aos demais países analisados. De forma não imediata, o passado civilizacional egípcio também apresenta um peso sobre sua história institucional. Nesse sentido, o peso das continuidades históricas demonstra que a constituição do Egito enquanto “espaço de poder” no cenário internacional já era bastante consolidado, apesar dos ritmos mais agitados das conjunturas de dominação estrangeira.

As esperanças egípcias de obterem apoio internacional ao movimento emancipatório advinham principalmente dos Estados Unidos, que, com o discurso internacionalista e anti-imperialista de Woodrow Wilson, acenavam a uma ordem internacional mais horizontal e equilibrada. Ao chegarem à conferência, no entanto, os representantes dos Estados Unidos haviam acabado de se pronunciar em favor do reconhecimento do protetorado britânico no Egito. A derrota institucional da delegação, no entanto, amplia as demonstrações populares, e, em 1921, os britânicos propõe um processo de independência gradual e tutelada, desde que os

membros da *Wafd* não compusessem o governo. Novamente Saad Zaghlul e os demais membros são exilados.

Em 1922, o general Edmund Allenby, então o alto-comissário britânico no Egito, declara o fim do protetorado. A declaração significou a independência política formal do Egito, mas a perpetuação de sua dependência econômica frente ao estrangeiro. O Egito também era dependente militarmente, já que seu exército passa gradualmente a contar com mais oficiais britânicos, turcos e circassianos. Os poucos oficiais egípcios ocupavam postos baixos ou sem importância, demonstrando a vulnerabilidade do momento de ‘independência’ do país. No entanto, os membros da *Wafd* vão ganhando prestígio entre a população, transformando-se em um partido político, que passará a ter peso no cenário nacional. Assim, pode-se ver que a maturidade institucional egípcia é fruto de processos que percorrem distintas temporalidades, sendo assim, o país que primeiro se torna formalmente independente dentre os aqui analisados. Contudo, percebe-se que sua constituição específica enquanto Estado nacional sofre forte influência de aspectos conjunturais do tempo curto, transparecendo a dependência militar e econômica.

Durante esse período, a Pérsia vem recompondo a centralização de seu poder após uma guerra civil (tribal) que se arrastava desde 1909. A instabilidade política interna ampliou enormemente sua fragilidade frente às potências, sendo seu território uma verdadeira encruzilhada do “Grande Jogo russo-britânico”. O movimento de centralização, ao contrário do que se possa prever, levou a uma completa submissão dos interesses persas diante de russos e britânicos, de modo que, “em alguns aspectos, a independência do xá parecia ser meramente nominal” (AXWORTHY, 2008, p. 192, tradução nossa). A supremacia britânica na Pérsia se traduziu na fundação da Anglo-Persian Oil Company em 1909 e no início da extração de petróleo em 1914, depois de o almirantado britânico apoiar o financiamento da empresa dentro do contexto do projeto de mudança da propulsão da marinha britânica (*Royal Navy*) do carvão para o petróleo.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o país se transforma em um campo de batalhas; de um lado turcos e alemães e de outro, russos e britânicos. O Tratado de Versalhes de 1919, que encerra o conflito, termina por praticamente transformar a Pérsia em um protetorado britânico, enquanto parte do território norte do país sofria forte influência da revolução bolchevique.

O ano de 1926 marca o início da dinastia Pahlavi no Irã, após um golpe que, para se sustentar, utilizou-se da violência e do terror. Reza Kahn¹³ decide não mais utilizar o nome ocidental do país, Pérsia, e sim o nome utilizado por seus habitantes, Irã. Esse é um claro sinal de que, apesar das influências e ingerências externas, inicia-se um novo período na história do país, em que a autonomia e soberania serão o fundamento da ação do Estado, colocando em destaque o conflito entre o “espaço de poder” – iraniano – e o “poder sobre o espaço” – britânico. Nesse mesmo ano também, inicia-se a construção de uma ferrovia que ligaria o Mar Cáspio ao Golfo Pérsico, financiada com um aumento dos impostos sobre o chá e o açúcar, diminuindo o passivo em rublos da economia iraniana. Em 1927, cria-se o Banco Central que a partir do ano seguinte passa a ter o monopólio de emissão de moeda, que antes pertencia ao banco do Barão de Reuter (AXWORTHY, 2008).

Esse avanço do nacionalismo iraniano não seria possível sem uma alteração na balança de poder das potências ocidentais na eurásia. Matin-Asgari (2012) sustenta que o pacto de não agressão Britânico-Soviético de 1921 no continente asiático terminou por fazer do Irã uma zona tampão entre a União Soviética e as colônias inglesas no Oriente Médio e Índia. A sucessão de conflitos internos entre 1909 e 1921 no Irã, segundo o autor, resultaram, para além das pressões internas, de constantes conflitos entre as potências que terminavam por se transbordar para o território iraniano. Assim, as mútuas agressões russo-britânicas se transformavam em empecilhos diretos ao estabelecimento de um Estado Nacional no Irã. A *détente* entre russos e britânicos amplia a autonomia do governo iraniano, que, apesar das pressões econômicas e políticas externas, passa a apresentar maior soberania para perseguir seus interesses estatais.

A estabilidade política no Irã fortalece os negócios petrolíferos britânicos, que buscam ampliá-los para outras regiões. Em outubro de 1927, a Iraq Petroleum Company inicia a extração de petróleo na parte norte do Iraque, nas proximidades de Mosul. A companhia era administrada pelos britânicos, cabendo ao governo iraquiano apenas 20% de sua receita. Ainda envolvido com o pagamento das dívidas de guerra otomanas, o Estado iraquiano é permanentemente deficitário. A população, em sua maioria rural, desconhece as facilidades da modernidade, e o sistema tribal ainda é forte durante a década de 1930.

Com a forte presença britânica na burocracia e influenciando o poder do monarca iraquiano, o exército passa a ser um elemento de construção do movimento nacionalista em

¹³ Reza Kahn é o fundador da dinastia Pahlavi, sendo pai de Reza Pahlavi, último xá do Irã. Sua figura se singulariza no país por ser um grande homem das armas, sendo oficial da Brigada Cossaca Persa.

oposição à fragmentação tribal e ao mando estrangeiro. Maar (2012) argumenta que, em verdade, o movimento nacionalista torna-se forte com a aliança entre os sunitas das cidades e os líderes tribais xiitas do sul. Ainda segundo a autora, a chegada dos britânicos teria criado um ambiente de expansão do crédito que favoreceu a aquisição de terras, levando a consolidação dos sheiks. As oligarquias de senhores de terras eram formadas, em geral, por especuladores e ampliavam o caráter tribal. Ao fim da década de 1920, no entanto, o Estado consegue ampliar seu poder sobre o interior, incluindo mais e mais parcelas da população no sistema tributário.

De acordo com Polk (2005), a vitória do Partido Trabalhista Inglês nas eleições de 1929 altera os rumos do mandato britânico no Iraque. O novo governo britânico seria a favor do fim do mandato, apoiando a candidatura iraquiana à Liga das Nações em 1932. Nuri Said¹⁴ é eleito o novo primeiro-ministro do Iraque e consegue impor um governo autoritário, dirimindo as forças antiocidentais e sendo apontado pelos ingleses como possível futuro líder do país. Em 1930, o parlamento iraquiano ratifica o tratado que iria levar o Iraque para a Liga das Nações, tecnicamente terminando com o mandato, mas de fato não alterando a influência britânica. Em 1932, o Iraque é aceito na Liga das Nações, formalizando sua independência política. O fim do mandato foi, em seus contornos gerais, um movimento legislativo e palaciano. O movimento nacionalista iraquiano, não habituado às instituições ocidentais, não se utilizava desses meios de ação, preferindo o exército e a burocracia para agirem em favor de seus interesses. A independência do país, dessa forma, não representava a vitória do movimento nacionalista nem muito menos a partida dos ingleses do país.

É interessante notar como os caminhos de independência de Iraque e Egito apresentam semelhanças e diferenças. Por certo, a formalização das independências de ambos os países não significou uma autonomia em relação à Grã-Bretanha, que continuou a operar negócios nos novos países, como o canal de Suez e o petróleo em Mosul. No entanto, se analisarmos tais movimentos por um ponto de vista endógeno, pode-se perceber diferenças claras. Por um lado, no Egito, é um movimento político relativamente consolidado que pressiona o poder britânico em busca de independência. Por outro, no Iraque, é um movimento tipicamente palaciano, motivado muito mais por uma mudança no governo britânico do que por uma nova correlação de forças iraquiana. Tais distinções na constituição desses “espaços de poder” enquanto Estados

¹⁴ Nuri foi o principal articulador político entre a monarquia iraquiana e o governo britânico no Iraque. Ocupou uma série de cargos-chave no período monárquico, estando envolvido nesse jogo de alianças já desde a assinatura do Tratado Anglo-Iraquiano em 1921.

Nacionais irão ser determinantes na forma de desenvolvimento dos próprios Estados e de suas economias nacionais.

O ano de 1932 é também o momento da consolidação do reino Saudita na Arábia sob a tutela anglo-americana (EILTS, 2004). A partilha dos demais territórios otomanos haviam-se mostrado mais interessante às potências europeias do que o controle sobre a península arábica. Após décadas de lutas entre as tribos do deserto e as forças otomanas das cidades na costa do Mar Vermelho, o acordo anglo-saudita de 1915 reconhece o controle saudita sobre Hasa e Néjede e os protetorados britânicos no Golfo Pérsico. O apoio britânico ao xarife de Hijaz, Hussein, pai do rei iraquiano Faiçal, termina em 1924, quando ele se autodeclara califa, reclamando sua soberania sobre todos os territórios árabes. Nesse momento, a figura de Ibn Saud¹⁵ se torna central na luta wahabista¹⁶ contra o que consideraram uma heresia da parte de Hussein. Em 1926, conquistam Hijaz e Jedá, finalmente unificando a Arábia sob um reino. O reino da Arábia Saudita nasce frágil frente à crescente influência britânica em seu entorno. Sua forma de sustentação surge com a descoberta de petróleo em seu território e com uma aliança estratégica com os Estados Unidos (BOWEN, 2008).

Os Estados Unidos eram vistos na época como um país não colonialista e por isso era considerado por Ibn Saud como uma alternativa ao cerco britânico (ver mapa 1). A aliança com os americanos se faz com a unificação da península em 1932 ao mesmo tempo em que pesquisas geológicas já eram feitas em busca de metais preciosos e petróleo. Nesse mesmo ano, um acordo é firmado com a Standard Oil of California concedendo direitos de exploração de potenciais reservas em território saudita. Assim, argumenta Sunayama (2007) que, dispondo do apoio americano, os sauditas conseguiram não cair sob o mandato britânico e ao mesmo tempo não atraíram hostilidades ocidentais. A grande vitória regional saudita, no entanto, é a reconquista das cidades de Meca e Medina, o que os estabelece como os novos guardiões do Islã, posto ocupado anteriormente pelos otomanos e Hachemitas. O Estado saudita organiza-se em bases religiosas, impondo o wahabismo, vertente ultraconservadora do sunismo, a todo o seu território.

¹⁵ Fundador da dinastia saudita, que até hoje está no poder naquele país. Era líder da cidade de Riad, atual capital do país, e foi capaz de expandir seu poder sobre os demais líderes de tribos e cidades do deserto até unificar quase toda a península arábica com auxílio de tratados com britânicos e, principalmente, com os norte-americanos.

¹⁶ O wahabismo é um movimento islâmico sunita de caráter ultraconservador que nasce nos desertos da península arábica durante o século XVIII a partir das pregações de Muhammad ibn Abd al-Wahhab. Seus principais alvos eram práticas xiitas de adoração a santos e a mártires. A aliança entre al-Wahhab e Ibn Saud foi determinante para a conquista saudita da península arábica.

É interessante perceber como as independências de Irã e Arábia Saudita apresentam semelhanças se observamos a relação do jogo de “poder sobre seus territórios”. Notoriamente, a Pérsia só consegue consolidar-se em torno de um Estado nacional quando as pressões russo-britânicas ao longo de suas fronteiras cessam e, assim, deixam de trazer instabilidades para seu território. A Arábia Saudita, sendo um território preterido pelos otomanos, foi capaz de formar centros de poder mais ou menos autônomos em relação ao império. A presença britânica em seu entorno, no entanto, facilita sua aproximação com os EUA e o surgimento do Estado saudita. Nesse sentido, ambos os “espaços de poder” tomam a forma de Estados Nacionais em períodos de relativo desinteresse ou enfraquecimento do poder britânico, dominante sobre seus territórios. Todavia, mesmo com a centralização de seus poderes em bases nacionais, as pressões estrangeiras não cessarão, ainda mais com o desenvolvimento do mercado de petróleo.

Dessa forma, o fim da Primeira Guerra Mundial faz surgir novos Estados Nacionais a partir dos antigos territórios do Império Otomano e das encruzilhadas do “Grande Jogo”. Em todos os casos aqui analisados, esses novos “espaços de poder” estão subordinados à lógica expansionista britânica. O vácuo de poder otomano é preenchido politicamente pelos britânicos, mas o sentimento anti-turco nesses novos países favorece um novo ciclo de arabização das culturas da região e de expansão do Islã, sendo esses elementos fundamentais para a formação dos respectivos laços identitários nacionais (VATIKIOTIS, 1997). A consolidação britânica segue durante a década de 1930, mesmo com o avanço de outras potências europeias pelas franjas dos domínios britânicos no Oriente Médio. É nesse contexto que novas camadas das disputas geopolíticas irão conformar as trajetórias de desenvolvimento dos novos Estados Nacionais.

2.4. Pressões de outras potências no entorno e reação britânica (1933 – 1943)

O frágil arranjo europeu do final da Primeira Guerra já demonstra seu esgotamento na década de 1930. Com a crise de 1929 e os esforços de reconstrução dos países envolvidos no conflito, diversas economias passam por processos inflacionários crônicos e se reacendem os ideais nacionalistas, levando a uma nova onda expansiva europeia que atingirá África e Ásia e, em especial, o Oriente Médio. Durante o período do entre guerras, Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque passam por momentos de fragilidade em seus arranjos políticos e econômicos internos e são imersos na nova lógica beligerante das potências estrangeiras (CLEVELAND & BUNTON, 2009).

A consolidação desses “espaços de poder” como Estados Nacionais ocorre no período entre guerras e apresenta fortes instabilidades internas. Na Arábia Saudita, uma revolta no Iêmen é sufocada e a unidade nacional garantida sob uma centralização do poder (WYNBRANDT, 2010). No Egito, o partido Wafd ganha maior aceitação popular e o rei Fuad decide dissolver o congresso, mergulhando o país em um período de governo autoritário. No Irã, Reza Khan dá início ao seu projeto modernizador, mas as dificuldades em manter a unidade territorial exigem reações ainda mais duras do governo central. Nesse contexto de instabilidades internas e centralização do poder, o caso do Iraque pode melhor ilustrar como os entraves à consolidação desses Estados Nacionais estava também relacionada às forças estrangeiras e como a inserção da lógica beligerante europeia afetou também suas economias nacionais.

O fim do mandato no Iraque inaugura um período em que o problema da unidade nacional sobe à superfície. O ressurgimento do tribalismo no sul e a ampliação do xiismo são aspectos que marcaram o período. Em agosto de 1933, um novo assentamento assírio reacende antigas rivalidades entre os diferentes povos que habitam o Iraque. O alinhamento dos assírios com os britânicos, notoriamente por meio dos *Levies*, exército assírio patrocinado pelos ingleses, os colocava em choque direto com os interesses dos árabes sunitas nacionalistas, maioria no poder. Quando os assírios decidem se reunir para formar um estado autônomo no norte do país, o exército iraquiano, sob o comando do general Bakr Sidqi, inicia um processo de forte repressão, chegando em alguns casos a exterminar civis assírios em vilarejos. Bakr é elevado ao posto de herói da unidade nacional, mesmo tendo manchado a imagem do Iraque no cenário internacional.

A situação de instabilidade política no Iraque se agrava com a morte de Faiçal em setembro de 1933. Seu filho, Ghazi, de apenas 21 anos assume o trono. Ghazi tinha fortes ligações com os jovens oficiais do exército iraquiano, ligados ao general Bakr. Logo se iniciam intrigas para a composição do novo gabinete entre os antigos chefes políticos e os oficiais em ascensão. A conjuntura política assume maiores proporções com o aumento da tensão entre sunitas e xiitas, principalmente devido às novas leis sobre a aquisição de terras, concentrando o poder nos latifundiários e empobrecendo o campesinato¹⁷.

Esse choque é o reflexo de uma expansão do controle do Estado para o interior do país, local onde os sheiks tradicionalmente dominavam, principalmente pelo auxílio britânico com

¹⁷ O conflito urbano-rural no Iraque é um desdobramento da rivalidade entre sunitas e xiitas. Os sunitas, em geral, concentram-se nos centros urbanos, ao passo que os xiitas, em sua maioria, dominam o meio rural, organizando-se em tribos que por várias vezes desafiaram a unidade territorial iraquiana.

crédito facilitado aos grandes proprietários. O alistamento militar obrigatório, enfraqueceu as milícias tribais e ampliou o exército para 23 mil homens em 1936. O “nacionalismo árabe” torna-se parte da propaganda oficial, entrando também no sistema educacional iraquiano¹⁸. O primeiro-ministro, Yasin al-Hashimi, assume posturas autoritárias, dissolvendo os partidos políticos e concentrando poder em suas mãos.

O governo centralizado torna-se vulnerável ante a tantos interesses antagônicos, que logo se organizam em blocos e começam a disputar abertamente o poder. De um lado, fortemente inspirados pelos modelos alemão e italiano, os nacionalistas apostavam em um governo monolítico capaz de unificar o país fragmentado, modernizá-lo, aos moldes do governo turco de Mustafa Kamal Atatürk¹⁹. Por outro lado, havia um bloco de reformadores sociais, liberais e intelectuais de esquerda, formado principalmente por jovens que haviam tido contato com o Ocidente. Dentro desse grupo, também faziam parte políticos mais antigos como Ja'far Abu-l-Timman e Hikmat Sulaiman, membro da família otomana, que ainda tentavam retornar ao poder. Havia um grande temor britânico de que suas possessões no Oriente Médio fossem influenciadas pelo governo germânico, que exaltava o caráter nacionalista, também forte em alguns movimentos políticos regionais.

De maneira geral, os movimentos das novas potências, em especial Itália e Alemanha, em direção ao Oriente Médio irão ocasionar uma reação britânica pela manutenção de seus domínios. O que se observou no Iraque é um movimento que irá ocorrer, com outros contornos, em Egito e Irã. Seguramente, a formação nacional iraquiana é a mais frágil dentre os casos aqui analisados e, talvez por isso, seja a que teve maiores influências estrangeiras em seu processo de consolidação como “espaço de poder” e na conformação de uma economia nacional que assegurasse sua autonomia internacional.

No Egito, o processo de centralização do poder se confunde com o contexto de rivalidades europeias. Em 1936, após um longo silêncio entre britânicos e egípcios, as discussões em torno de um acordo entre os países avançam. Esse movimento é acelerado pelo medo britânico de expansão do fascismo italiano, que já dominava a Líbia e a Etiópia, países muito próximos ao Egito. O rei Fuad tinha afeição pelo fascismo italiano, o que ampliava o

¹⁸ Trabalharemos ainda com as influências do “nacionalismo árabe” e do “pan-arabismo” entre os países árabes, em particular Egito e Iraque. Para uma melhor compreensão do fenômeno ideológico dessas correntes de pensamento, ver Dawisha (2003) e Raouf (1984).

¹⁹ Atatürk foi o fundador da República da Turquia ao final da Primeira Guerra Mundial. Seu ímpeto modernizador ao mesmo tempo de seu apelo a um Estado centralizado e forte foi modelo de projeto político e econômico nacional para muitos movimentos políticos no Oriente Médio, em especial no Iraque e no Irã.

temor britânico de perder o controle sobre o país. Os britânicos pressionam pelo retorno à constituição de 1923, mas o Wafd volta a ter maioria no congresso e pretende barganhar o apoio aos britânicos.

Durante esse período de negociações, o rei Fuad morre e deixa o trono para seu filho mais velho, Farouk, de apenas 16 anos. Logo o Wafd e os britânicos assinam um acordo firmando uma aliança de 20 anos, temendo movimentos populares que subvertessem a ordem no país. Os privilégios a estrangeiros no país são abolidos, em especial as Capitulações, que eram como imunidades de jurisdição sobre os cidadãos ocidentais, comuns nos países árabes à época (CLEVELAND & BUNTON, 2009). A Grã-Bretanha apoia a candidatura do Egito à Liga das Nações, e o Egito se torna livre para abrir embaixadas e construir sua própria política interna e externa.

As tensões em torno da criação de um Estado judeu na Palestina após a incorporação da Declaração Balfour²⁰ no Tratado de Sèvres²¹ fazem ressurgir o “movimento pan-arábico” no Egito, levando a um recrudescimento do nacionalismo, em especial do Wafd (DORAN, 1999). O rei Farouk tem ambições ditatoriais e, após 1936, compõe um governo de coalisão, em um momento em que a explosão de novos partidos no Egito pulverizam a oposição e fortalecem seu governo central. Nesse contexto, nasce a Irmandade Muçulmana como um movimento revolucionário. De fato, a Irmandade é uma resposta frente ao descrédito das instituições democráticas ocidentais e uma proposta de retorno às tradicionais instituições islâmicas como a sharia, a umma e a ulemá²².

O Egito é assim inserido em um contexto político complexo entre a democracia e o autoritarismo, com o complicador da questão palestina, e entre a escolha pelo nacionalismo egípcio, o movimento pan-arábico e a revolução islâmica. Nesse momento delicado, as novas potências europeias, Itália e Alemanha, começam seus movimentos expansionistas, acirrando as tensões que desembocariam na Segunda Guerra Mundial.

Se o avanço italiano no norte da África preocupava os britânicos no Egito, a possibilidade de adesão do Irã ao regime alemão foi capaz de mais uma vez unir britânicos e

²⁰ Carta do secretário britânico dos assuntos estrangeiros, James Balfour, para o Barão de Rothschild, então líder da comunidade judaica no Reino Unido, assegurando as intenções britânicas de facilitar o estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina caso a Grã-Bretanha vencesse o Império Otomano na Primeira Guerra Mundial.

²¹ Acordo de paz entre os Aliados e o Império Otomano, assinado em 1920, rearticulando os antigos territórios otomanos e selando a paz entre as partes beligerantes durante a Primeira Guerra Mundial.

²² A sharia é a instituição das leis corânicas, ou seja, do Alcorão, como as “leis civis do Estado”. A umma é a própria noção de irmandade muçulmana supranacional. E a ulemá é o conselho dos sábios muçulmanos, que seriam responsáveis por arbitrar as questões legais do país.

russo (então, soviéticos). Em 1937, o Irã inicia uma parceria com a Alemanha para a modernização de sua indústria, contando com uma extensa comitiva de engenheiros alemães encarregados, inclusive, de dinamizarem a matriz energética do país. Esta proximidade com o governo alemão era mal vista pela comunidade internacional, insinuando flertes iranianos com o regime nazista. Ao iniciar a Segunda Guerra Mundial, o Irã declara-se neutro, com medo de ataque das forças Aliadas por sua proximidade à potência do Eixo. Mesmo com a neutralidade, o Irã sofreu com as antigas forças coloniais de seu território, Grã-Bretanha e Rússia (União Soviética), agora sob o pretexto de conter um possível avanço nazista na região, invadem novamente o país e assumem as funções políticas locais. O Irã transforma-se em uma linha de suprimentos para as tropas soviéticas e britânicas alcançarem as frentes críticas de batalha na eurásia.

O início da Segunda Guerra Mundial acirra as posições de fragilidade dos países em questão durante o período entre guerras. Todos eles, de alguma forma, são inseridos no conflito. Por sua menor relação com as potências europeias, talvez a Arábia Saudita seja o país que participou de maneira mais indireta, mas não menos importante. Suas relações com os Estados Unidos se estreitam em torno do petróleo quando, em 1939, o primeiro petroleiro parte para suprir o mercado americano²³. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, a Arábia Saudita passará a ter um papel central no suprimento de petróleo para os Aliados. Os primeiros contratos trazem enormes receitas para o país, que irá iniciar um grande processo de modernização nos anos que se seguem. Mais imbricados com a dinâmica europeia, Egito, Irã e Iraque tem papéis de maior relevância durante a guerra e sofrem com outro movimento de avanço da dominação britânica.

O Egito, por sua posição no norte da África sofre pressões da Itália, que já dominava a Líbia e a Etiópia, e transmitia pela rádio italiana propaganda fascista para o território egípcio. Em 1939, o Livro Branco da diplomacia britânica, temendo maiores tensões na região, limita a migração judia para a palestina. Mesmo tentando manter-se neutro, o Egito entre 1939 e 1940 é novamente transformado em centro de operações militares do império britânico e seu território novamente recebe milhares de tropas britânicas.

²³ As concessões sauditas foram quase todas entregues a empresas americanas, em especial a SoCal (Standard Oil of California Co.). Essa petroleira tinha uma subsidiária na Arábia Saudita, responsável por suas operações, a California-Arabian Standard Oil Co, que em 1944, ou seja, durante o conflito mundial, transformaria-se na Aramco (Arabian American Oil Co) (ZUHUR, 2011).

Quando o general Rommel assume a campanha africana à frente da *Afrika Korps*, os britânicos dão um ultimato à Farouk para que se posicione junto aos Aliados oficialmente. Estabelece-se assim uma aliança entre o Wafd e os britânicos contra a invasão nazi-fascista que se avizinhava. De acordo com Goldschmidt Jr (2008), as tropas de Rommel já estavam a menos de 100 km de Alexandria. Esse acordo é tido como humilhante para o Egito, fazendo com que o Wafd perdesse popularidade. Da mesma forma, o exército demonstra seu descontentamento com o acordo, destacando-se as posições do general Mohammad Naguib e dos oficiais Abdel Nasser e Anwar Sadat, futuros líderes da revolução de 1952. De toda forma, a ocupação britânica volta a ser realidade no país.

O período de guerra trouxe, todavia, um forte crescimento econômico ao país. Nesse momento cresce a influência egípcia entre os países árabes, sendo o principal produtor de alimentos da região e tendo expansão significativa na exportação de algodão para os países aliados (MARSOT, 2007). Os britânicos, então, surgem com uma proposta de união econômica e posteriormente política para a região, União dos Estados do Crescente Fértil, em uma tentativa de diluir o poder egípcio.

Em maio de 1940, a queda da França para os nazistas, coloca a Síria nas mãos do governo de Vichy, ameaçando os interesses britânicos no Crescente Fértil. Quando a Itália declara guerra aos Aliados, a Inglaterra pede ao Iraque que encerre relações diplomáticas com aquele país. Nuri e o regente acolhem o pedido britânico, já os oficiais nacionalistas se negam, desejando manter o Iraque neutro. Em novembro, os britânicos dão um ultimato ao governo. O movimento nacionalista no exército havia se solidificado e tinha como líder Radish Ali, que é imediatamente afastado do poder. Bakhash (2004) argumenta que a tentativa de neutralidade iraquiana também influenciou o medo britânico sobre o Irã naquele então.

Em 1941, Radish e os oficiais dão um golpe, que força a entrada de tropas britânicas no Iraque, ocupando Bagdá em maio. Um novo governo é estabelecido em junho, com novamente Nuri à frente. Os oficiais fogem para o Irã, de onde planejam nova resistência. Em 1944, o general britânico James Renton é mandado ao Iraque para reordenar o exército, diminuindo seu contingente e sua influência política. O sistema educacional é também alterado, sendo retirados conteúdos de teor nacionalista. Concentra-se poder na monarquia, onde curdos e xiitas passam a ocupar mais cargos, enfraquecendo os sunitas. Reabre-se o espaço para os liberais e para a esquerda, sendo fundado o Partido Comunista (TAREQ, 2008). Claramente tratou-se de um movimento britânico de desarticulação dos nacionalistas iraquianos.

O período da Segunda Guerra Mundial é, no entanto, para além da reafirmação do controle britânico sobre o Iraque, um momento em que economicamente se acentuam as desigualdades no país. A forte inflação e a carestia de gêneros básicos trouxeram fome e miséria para a população. É marcadamente o momento em que a casta política iraquiana se diferencia da massa de miseráveis no país, ampliando-se os movimentos revoltosos como protestos e greves. Tais movimentos, no entanto, não foram capazes de articularem-se contra a dominação britânica, que se amplia por meio do fortalecimento da monarquia.

Em 1941, o Irã é então invadido por Grã-Bretanha e União Soviética, o que levou a fortes pressões políticas externas, culminando na abdicação do xá em favor de seu filho, Reza Pahlavi²⁴. Inicia-se um período de controle dos Aliados sobre o Irã, que realizam a conferência de Teerã em 1943 para definirem os rumos finais da guerra. Mohammad Reza Pahlavi é coroado sob a tutela britânica, mas detém um poder verdadeiramente limitado dada a presença aliada e dá início a uma monarquia constitucionalista, havendo eleições para a Majlis, o parlamento islâmico do Irã (MARLOWE, 1963).

Ao fim da Segunda Guerra e diante dos prospectos de paz, o território iraniano, no entanto, torna-se no primeiro foco de tensões após o grande conflito, quando em 1946 uma forte pressão anglo-americana pede a imediata desocupação das tropas soviéticas dos campos de petróleo do norte do país. A retirada soviética sagra o completo domínio britânico na região como um todo, embora agora, após a guerra, tal dominação comece a ser partilhada com os EUA, que já estendem laços com sauditas e agora com Pahlavi, que também passa a ver nos americanos uma opção para contrabalançar o poder britânico.

É sobre essa conjuntura internacional de supremacia anglo-britânica no Oriente Médio que se dão os novos governos de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque, que, enquanto Estados Nacionais independentes, terão forte viés modernizador quanto à economia, padrão que não se repetiria quanto à política. É a partir de 1945, passado o conflito mundial, que os recentes Estados Nacionais irão, de acordo com seus governos, experimentar de suas soberanias. Em cada um dos países, formas diferentes de afirmação nacional serão postas em prática. Por um lado, teremos movimentos políticos que buscarão opor-se claramente à dominação estrangeira, propondo a nacionalização das riquezas de seus países. Por outro, há movimentos que

²⁴ Reza Pahlavi governa o Irã de 1941 até ser deposto pela Revolução Islâmica em 1979. Passou sua juventude praticamente inteira longe do país, tendo estudado muitos anos na Suíça. Seu distanciamento em relação à população e sua proximidade com o Ocidente trouxe problemas a seu governo.

apostaram em uma relação mais próxima às potências como forma de consolidação de seus “espaços de poder”.

De toda forma, a gênese de tais Estados Nacionais, desde o fim da Primeira Guerra Mundial ao término da Segunda, já dá indícios de suas futuras trajetórias de desenvolvimento nacional. As fragilidades institucionais terão forte papel nas dinâmicas políticas internas e na sua relação diante das potências. O caminho de soberania dos Estados Nacionais passa assim pelo desenvolvimento de economias nacionais capazes de assegurar certo grau de autonomia regional e global. Se os conflitos mundiais foram capazes de trazer a identidade de Estados Nacionais a esses “espaços de poder” será no contexto da Guerra Fria que tais Estados buscarão mais espaço no “sistema interestatal capitalista”.

3. OS ESTADOS NACIONAIS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

3.1. O Poder Americano e o Sistema Interestatal Capitalista

Visto como se deu o surgimento dos “espaços de poder” de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque enquanto Estados Nacionais, veremos como tais Estados se inserem no sistema internacional e como se relacionaram entre si e com as superpotências que emergem do final da Segunda Guerra Mundial. Desde o nosso ponto de vista, as disputas de poder entre tais superpotências passam a compor a estrutura do que Fiori (2004) chama de “sistema interestatal capitalista”, gerando novos desafios geopolíticos aos Estados Nacionais recém formados, que passarão a lutar pela garantia de suas soberanias pela via da projeção de poder e pelo desenvolvimento econômico. Para tanto, parece-nos apropriado fazer uma breve discussão acerca do conceito de “sistema interestatal capitalista” e também compreender qual a importância da forma de organização dos “espaços de poder” enquanto Estados Nacionais para a dinâmica da Guerra Fria, em especial, para a “expansão poder americano” (FIORI, 2004). Tal digressão justifica-se a partir da necessidade de compreensão da conjuntura internacional a qual Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque inserem-se como Estados Nacionais e da possibilidade que os conceitos elaborados ao longo dos trabalhos de Fiori nos permitem aproximar de como se deu a influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento a que se propõe observar neste trabalho.

De maneira inicial, pode-se perceber que o eixo central da visão de Fiori é a ideia da necessidade de inserção da dimensão do poder (e das guerras) em uma teoria dinâmica das relações entre os Estados Nacionais e do funcionamento do capitalismo em sentido amplo. Nesse sentido, não seria possível, segundo Fiori (2004) e Fiori (2007), deduzir a necessidade de acumulação do lucro e da riqueza, característicos das trajetórias de desenvolvimento econômico capitalista, apenas a partir do mercado ou do jogo das trocas. De acordo com Fiori (2004), seria a luta pelo poder que implode os mercados locais e estimula a produção agrícola e a multiplicação do excedente. Seria essa a relação original e virtuosa entre poder e riqueza que estaria na gênese do capitalismo (FIORI, 2004)²⁵.

²⁵ Fiori (2007) parte de uma recuperação histórica das relações comerciais e tributárias que se desenvolveram nos Estados europeus e busca elementos que permitam sustentar uma perspectiva que dê conta de uma análise ampla das relações entre o poder político e a acumulação de capital. Segundo Fiori (2008), a história do “sistema interestatal capitalista” seria moldada por “explosões expansivas”, que seriam compostas de duas fases: uma de pressão competitiva em que ocorre um expansionismo das potências e o aumento de conflitos e uma fase de grande

Segundo Fiori (2008), o sistema interestatal capitalista teria como característica fundamental essa relação virtuosa e original entre poder e riqueza que surge nos Estados europeus e que se espalha para o resto do globo, multiplicando os conflitos entre as diferentes unidades nacionais e incorporando novos espaços ao sistema. A expansão europeia teria sido essencialmente uma expansão imperialista, subjugando novos territórios à sua lógica acumulação de poder e riqueza. Nesse sentido, Fiori (2004) fala que os primeiros “Estados vencedores” [europeus] e responsáveis pela expansão do sistema são, no fundo, espécies de “Estados-impérios”, que estariam sempre a violar suas fronteiras e formas de organização estatais. Outra característica desse sistema, que se mostraria com maior vigor após a Segunda Guerra Mundial, seria o fato de que os Estados Nacionais, mesmo os “periféricos”, buscaram submeter suas economias nacionais, perpetuando aquelas relações virtuosas observadas nos Estados vitoriosos europeus entre acumulação de poder, guerras e aumento da produtividade e do excedente econômico. Fiori (2004) define assim que os Estados Nacionais, em verdade, nascem também como “Estados-economias nacionais”, em que o traçado das fronteiras políticas trazia consigo também o movimento de delimitação das fronteiras econômicas.

Fiori (2004) aborda as características da expansão do poder americano. Segundo o autor, é sob a sombra do poder americano que o sistema interestatal capitalista toma sua forma mais acabada. Nesse sentido, o autor argumenta que o poder americano tenderia a se expandir pela ampliação do sistema entre Estados (inter-estatal) em contraposição ao sistema imperial britânico. Dessa forma, a expansão do poder americano dependeu e favoreceu a multiplicação dos Estados Nacionais ao redor do globo. Historicamente, a escalada americana rumo ao poder global dá-se com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reorganização do sistema interestatal a partir da derrocada dos antigos impérios, europeus e o otomano.

Tendo em vista essa perspectiva acerca das relações de poder no sistema interestatal capitalista, percebemos que nossa investigação se inicia com a expansão imperial britânica sobre os espaços de poder no Oriente Médio. Tal movimento, caracterizado *grosso modo* pelo imperialismo europeu, subjugou tais espaços como zonas de influência até o término da Segunda Guerra Mundial, quando as superpotências, em especial os EUA, passam a ditar com maior vigor o ritmo do sistema interestatal. A expansão do poder americano sobre a região coincide com a afirmação dos Estados Nacionais em questão – Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. Entendidos aqui como Estados-economias nacionais, os novos Estados passarão a

explosão que seria a fase na qual se observaria a projeção do poder dessas potências mais competitivas para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio “universo mundial”.

experimental de suas soberanias na construção de economias nacionais que atendam seus objetivos estratégicos. Em resumo, partindo do conceito de “Estados-economias nacionais”, podemos melhor perceber como os objetivos estratégicos de cada um dos países em questão pautaram seus respectivos projetos de desenvolvimento. Tais objetivos estratégicos, por sua vez, eram um produto das relações de poder no sistema interestatal, da geopolítica regional e dos conflitos políticos internos de cada país.

Por fim, Fiori (2007) observa que a escalada americana rumo ao poder global sofre diversos entraves advindos de reações nacionalistas das demais potências e dos novos Estados, marcando o passo de evolução do sistema em uma cadência de “conflito permanente” entre a expansão do poder das potências, em especial a própria expansão americana, e as reações nacionalistas. Nesse sentido, buscaremos observar como se dá a inserção de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque enquanto Estados Nacionais nessa nova estrutura internacional caracterizada pelos jogos de poder das superpotências. Em outras palavras, nossa intenção nesse primeiro momento é notar como tais países interagem entre si e com as superpotências sendo interpelados pelas estruturas de poder do sistema interestatal e também reproduzindo, em escala regional, os conflitos e contradições responsáveis pela perpetuação desse mesmo sistema. Para tanto, daremos maior ênfase ao desenrolar do tempo sobre tais relações em conjunto do que às narrativas individuais de cada país, que serão objeto da seção seguinte. Seguindo a trilha da história conjunta dos países no contexto da Guerra Fria, buscaremos dar ênfase aos conflitos geopolíticos nos quais os Estados Nacionais estão situados e suas distintas trajetórias de desenvolvimento enquanto respostas aos desafios impostos a seus “espaços de poder”.

3.2. Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque: a interação entre os Estados

Nesse primeiro momento de observação da história dos “Estados-economias nacionais”, partiremos desde o ponto de vista do tempo sobre o espaço. Dessa forma, apresentaremos o conjunto dos países e sua evolução no tempo, deixando que os diferentes conflitos nos quais estão inseridos sejam o nexos narrativo dessa história. As dimensões conflitivas, como já mencionamos, são a espinha dorsal dos movimentos e permanências no sistema interestatal capitalista, de acordo com Fiori (2004). Para a análise de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque, é perceptível que tais conflitos se travam em diferentes camadas e estão relacionadas a distintas temporalidades, em sentido braudeliano. De todo modo, para apreendermos as relações entre a geopolítica e projetos nacionais de desenvolvimento nesses

países, ficou claro que necessitaríamos costurar as tramas históricas desse conjunto a partir de fios definidos por suas políticas nacionais, seus entornos regionais e as estruturas mais amplas do sistema, que consideramos como a geopolítica da Guerra Fria.

Tal abordagem do conjunto dos países tem por objetivo diminuir ao máximo qualquer influência de traços apriorísticos acerca do processo de desenvolvimento de tais países. Não se trata de definir nem se a geopolítica tem a última palavra sobre o desenvolvimento nem se os elementos endógenos da política nacional são os determinantes de tal processo. A intenção é tão somente observar os condicionantes e, de certa forma, quebrar o “nacionalismo metodológico”²⁶ que paira sobre o tema do desenvolvimento. Referenciamos nossa crítica ao “nacionalismo metodológico” em Medeiros (2010, p.1), que afirma que:

Na presente nota argumenta-se que interpretações predominantes sobre as diferentes trajetórias nacionais de desenvolvimento assumem um “nacionalismo metodológico” em que as trajetórias dos países são explicadas essencialmente por estratégias implementadas por seus estados nacionais. Estes em geral são concebidos como entidades relativamente autônomas dos interesses materiais e das relações interestatais.

Desde o nosso ponto de vista, tendo em vista a existência de um “sistema interestatal capitalista” como aponta Fiori (2004), a construção de instituições nacionais, os arranjos econômicos e políticos internos estão todos inseridos dentro de uma lógica sistêmica que transcende as fronteiras nacionais. No âmbito deste trabalho, não se trata de buscar atribuir a causalidade do fenômeno do desenvolvimento a fatores internos ou externos, mas de ampliar o escopo investigativo para justamente dissolver essas dimensões, dando ênfase aos elementos que as tornam mais próximas do que àqueles que buscam as diferenciar. Portanto, as relações interestatais, compreendidas neste trabalho no âmbito da geopolítica regional e da Guerra Fria, são vistas como forças que atuam também para a conformação das trajetórias de desenvolvimento dos países em questão.

É importante ressaltar que tais Estados realmente passaram por processos de planejamento econômico nesse período. Portanto, ao falarmos em projetos de desenvolvimento nacional, não nos referimos a uma ideia abstrata de desenvolvimento, mas buscamos observar como cada Estado concretamente buscou orientar sua economia nacional a fim de firmar sua

²⁶ O termo “nacionalismo metodológico” vem de Gore (1996). De acordo com Gore (1996) *apud* Medeiros (2010, p.2): “...o objeto da investigação é frequentemente o desempenho econômico e social de um país, usualmente em comparação com outros países. Os desempenhos específicos são tipicamente explicados dividindo os fatores causais em fatores internos e externos, e então o que ocorre num determinado país ou ao conjunto de países de uma determinada região do mundo é atribuído aos fatores internos”.

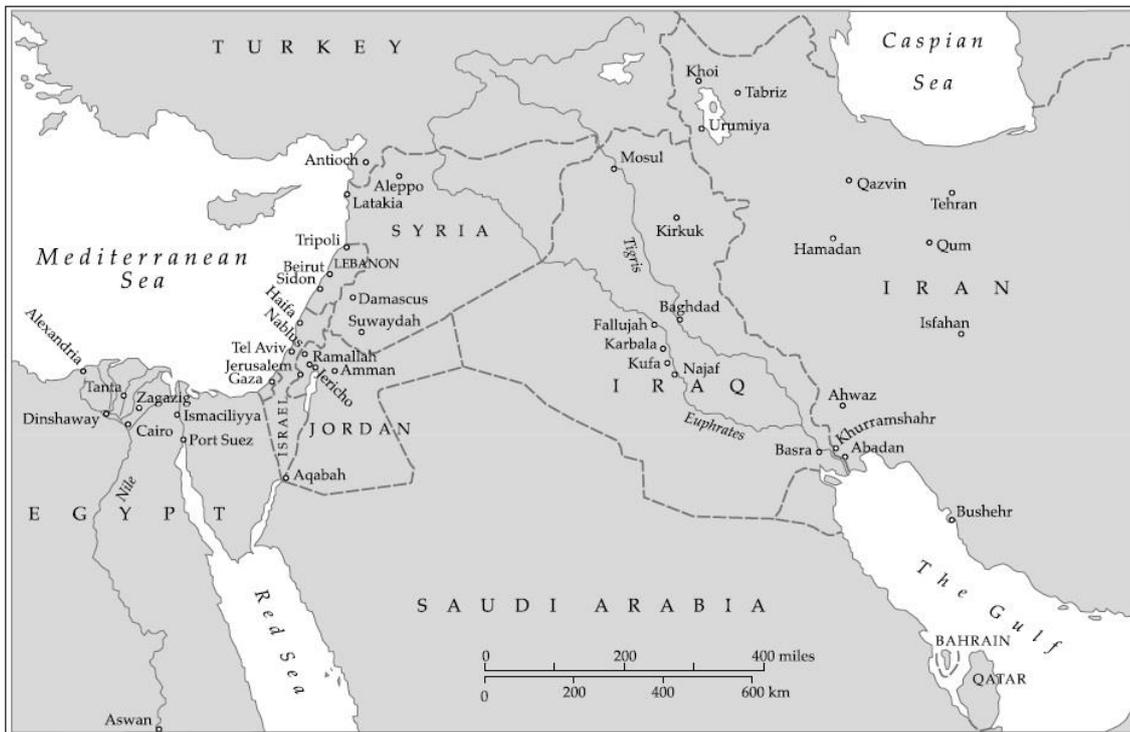
soberania internamente, diante de vizinhos e das potências estrangeiras. Tais projetos, por vezes na forma de planos mais amplos e outras vezes mais setoriais, desde o nosso ponto de vista, estiveram orientados pelas necessidades estratégicas dos Estados em relação aos desafios geopolíticos que a eles se impunham. Iremos observar, portanto, que as estratégias de desenvolvimento nacional constituíram-se como meios e não como a finalidade de uma estratégia mais ampla dos Estados. Fiori (2014) trabalha constantemente com essa hipótese de que o desenvolvimento nacional não é um fim em si mesmo, mas uma das formas de um Estado atingir seus objetivos estratégicos, enquanto parte em um sistema interestatal capitalista. É nesse sentido que compreendemos também como as disputas geopolíticas impõem sua influência sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento, hipótese que se procura observar nesse trabalho.

A seguir, tentaremos apresentar a relação entre os Estados em questão e a geopolítica da Guerra Fria a partir do ponto de vista das histórias dos próprios Estados, observando os embates entre a estrutura do sistema e suas próprias construções nacionais, mesmo que, em certos sentidos, débeis e frágeis frente às potências. O objetivo dessa seção é, portanto, ver de que forma evoluíram Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque enquanto “Estados-economias nacionais” e como se alteraram as posições por eles ocupadas em seus entornos regionais e no “sistema interestatal capitalista”, desde suas consolidações como Estados Nacionais, *grosso modo* a partir do final da Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria, que, regionalmente foi representada pela Guerra do Golfo.

3.3. Fim da Segunda Guerra Mundial: movimentos nacionalistas e início da geopolítica da Guerra Fria (1947 – 1955)

Iniciado com o fim da Primeira Guerra Mundial e passando por instabilidades no entre guerras, a formação dos Estados Nacionais de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque tomam novo fôlego com o final da Segunda Guerra Mundial. A ascensão de Estados Unidos e União Soviética como superpotências em disputa pelo poder global altera o equilíbrio de poder na região. Em especial, o Oriente Médio passa a ser uma região em disputa pelas superpotências, que buscam desbancar as antigas potências imperialistas e construir suas próprias esferas de influência. De acordo com Milton-Edwards & Hinchcliffe (2004), o final da Segunda Guerra Mundial dá início a uma série de conflitos regionais e coloca o Oriente Médio em um novo patamar nas disputas da Guerra Fria.

Do ponto de vista endógeno, ressurgem os movimentos nacionalistas em alguns países, como Egito, Irã e Iraque, que, por vezes, irão traçar conflitos com as superpotências em busca de mais ampla soberania nacional ou mesmo expansão de seus poderes. Já a proeminência da geopolítica do petróleo eleva o status da relação estratégica entre Estados Unidos e Arábia Saudita. Pode-se afirmar que, de maneira geral, com a descolonização de Índia e Paquistão e com a criação do Estado Israel, inicia-se um processo de perda de controle britânico na região, passando aqueles países a orbitarem em torno da geopolítica da Guerra Fria. São exatamente esses movimentos e processos que serão objeto desta subseção. Nesse sentido, buscamos observar como o ‘sentimento anti-britânico’ foi capaz de mover política e economicamente os países, fazendo-os mais próximos da dinâmica das superpotências.



Mapa 2: Oriente Médio antes Guerra de 1967

Fonte: Fieldhouse (2006).

A ascensão americana na região se dá com sua aproximação junto a Arábia Saudita. Já nas fases finais do conflito mundial, em fevereiro de 1945, o presidente Franklin Delano Roosevelt encontra-se com o rei Ibn Saud a bordo do navio de guerra Quincy nas proximidades do Canal de Suez. Os resultados imediatos foram cooperações militares entre os países, abrindo o território saudita às operações americanas durante a guerra, e a ampliação das relações econômicas entre os países. Os laços gerados por tal encontro, no entanto, perduram até hoje

na Arábia Saudita e transformaram o destino do país, que segue visceralmente alinhado aos interesses norte-americanos. De acordo com Eilts (2004), o encontro gerou frustração no primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, que via o Oriente Médio, sua tradicional área de influência, sendo cooptada por novas potências ocidentais aliadas dos britânicos. Em 1945, juntamente com Egito, Iraque, Líbano, Síria e Transjordânia, a Arábia Saudita funda a Liga Árabe, que já desde seu início aglutina os poderes regionais em torno da não aceitação de um Estado judeu na Palestina.

Com o fim da guerra, crescem os movimentos políticos mais radicais e não democráticos na região como um todo, em especial, tem-se o surgimento da Irmandade Muçulmana no Egito. Em 1947, com a votação da ONU em favor da criação do Estado de Israel, a Irmandade foi a primeira dentre os movimentos políticos egípcios a se voluntariar para um possível combate contra os judeus. A onda de descolonizações na África e Ásia foi um elemento que inflamou movimentos desse caráter. Ocorrem no Egito uma série de atentados contra líderes políticos que visavam um diálogo com os britânicos. Protestos estudantis são fortemente reprimidos pela polícia, criando um clima de tensão no país, que já não mais suportava a situação de submissão aos britânicos.

A independência de Índia e Paquistão torna vital para os britânicos o controle sobre o Canal de Suez, que transforma-se na maior base militar fora do bloco comunista, segundo Goldschmidt Jr (2008). Ampliam-se também as tensões entre Egito e Grã-Bretanha acerca do controle sobre o Sudão, fato complicador na relação entre os países, que nesse momento tinham como maior divergência ainda a questão palestina.

A escalada de tensões no Oriente Médio em torno da questão palestina foi rápida. Em 1948, após a decisão da ONU acerca da criação do Estado de Israel, a Liga Árabe declara guerra à Israel. É um momento delicado, em que a Liga ainda estava a se estabilizar politicamente, havendo grandes divergências internas, principalmente entre Egito, de um lado e Iraque e Jordânia, de outro. As pretensões expansionistas do rei egípcio, Farouk, no entanto, falam mais alto. No momento de declaração da guerra, o exército egípcio estava demasiadamente fragilizado e despreparado. O rápido avanço inicial foi ilusório e a vitória israelense, ampliando suas fronteiras iniciais foi encarada como um enorme fracasso pela sociedade egípcia. McGregor (2006) argumenta que a derrota militar em 1948 deveu-se mais ao ímpeto expansionista de Farouk do que à ineficiência de seus generais, que não se sentiam preparados para o combate naquele então.

O insucesso na campanha militar reacende as insatisfações populares. Denúncias de corrupção no Wafd e o novo embate entre a monarquia e o exército vão elevar as tensões pela dissolução do governo. Houve uma certa expansão do movimento comunista, principalmente pelo sindicalismo, mas o caráter ideológico ateu e o apoio da URSS à criação do estado de Israel, descreditaram o movimento no país. Assim, segundo Hopwood (1993), as ameaças à ordem interna se concentravam sobre a Irmandade Muçulmana e uma possível revolução islâmica, tamanha era a insatisfação popular com as ingerências ocidentais sobre o país e a região, a Palestina em particular.

Já no Iraque, ao fim da Segunda Guerra, em 1945, o regente inicia um processo de liberalização política, permitindo a abertura de partidos políticos. De fato, a iniciativa resultou na abertura de dois partidos, o *Istiqlal* (Partido Independência) e o Partido Nacional Democrata. Ambos disputavam público entre a classe alfabetizada urbana e a juventude e compartilhavam o ‘sentimento anti-britânico’. Quanto às relações entre os árabes, o *Istiqlal* era partidário do “pan-arabismo”, enquanto o Partido Nacional Democrata era mais comprometido com o nacionalismo iraquiano.

Em 1946, no entanto, de acordo com Tareq (2008) é o Partido Comunista, mesmo na ilegalidade, a organização política mais estruturada do país. À sua frente estava Yasif Salman ou “camarada Fahd”, como era conhecido. Era formado por minorias como judeus, cristãos e xiitas. Essencialmente urbano, seus quadros eram compostos por professores, advogados, jornalistas e trabalhadores de portos, da indústria do petróleo e das ferrovias. Segundo Marr (2012), apresentava pouco interesse pelo nacionalismo árabe e pela questão palestina.

Neste mesmo ano, a forte repressão policial a uma greve de petroleiros em Kirkuk põe fim ao processo de liberalização política. Nuri monta um novo gabinete e aponta Salih Jabr como primeiro-ministro, o primeiro xiita a ocupar o cargo. Embora progressista em algumas áreas, Jabr inicia o fechamento dos partidos de esquerda. Seu governo é encarregado de renovar o tratado de 1930 com os ingleses, negociando o controle sobre as bases aéreas no país. Esse movimento de aproximação entre a cúpula estatal iraquiana e os britânicos vai cada vez mais o aleijando dos interesses da população.

Em janeiro de 1948, é assinado o Tratado de Portsmouth, viabilizando a retirada das tropas britânicas do solo iraquiano, mas continuando com os laços de suprimento e treinamento militar entre os países, além de renovar o controle britânico sobre as relações exteriores iraquianas. O novo acordo gera imensa revolta no país, desencatilhando um movimento que

ficou conhecido como *wathba* ou ascensão. Um dia após a assinatura do acordo, uma manifestação estudantil é duramente reprimida em Bagdá, espalhando o movimento por todo o país. A rua passa a ser o principal palco político do Iraque. Jabr se afasta do cargo e o tratado é revogado, mas, Marr (2012) argumenta que, de fato, a posição britânica pouco se alterou em relação ao antigo tratado de 1930.

Protestos por parte da oposição e a violência policial por parte do regime se tornam uma constante do cenário político. A eclosão da guerra árabe-israelense em 1948 serviu para redirecionar o foco das questões internas do país e apaziguar as disputas. Todavia, a derrota militar para os israelenses deixa um sentimento de revanchismo nos oficiais iraquianos, que se sentiram traídos pelas forças dos outros países árabes, e começam a se expressar mais abertamente contra o regime monárquico apoiado pelos britânicos. Sem dúvidas, os movimentos militares, que tomarão um papel central na política iraquiana, iniciam-se com um forte sentimento anti-britânico e acentuado caráter nacionalista.

A perda do prestígio britânico na região se traduz também na influência crescente de Estados Unidos e União Soviética, em especial no Irã. O termo Guerra Fria parece não ser representativo do ambiente de tensões entre as superpotências naquela região durante a segunda metade do século XX. A escalada de tensões já é notória ainda no final da Segunda Guerra. Nesse contexto, o Irã apresenta uma posição estratégica de ligação entre três palcos de constantes conflitos desde então, o Oriente Médio, o subcontinente indiano e a Ásia Central. Além disso, insere-se na geopolítica do petróleo como produtor, como *gateway* entre o Cáspio e o Golfo Pérsico, além de ter o controle sobre o *chokepoint* do Estreito de Ormuz (MATIN-ASGARI, 2012).

A crescente influência internacional dos Estados Unidos a partir do pós-Segunda Guerra traz novas tensões para a região como um todo. É verdade que EUA e Inglaterra estavam juntos no cerco à URSS, em 1946 no Irã, mas já era possível perceber naquele período o avanço americano para ampliar seu poder global, estabelecendo sua influência também sobre as antigas possessões britânicas. Segundo Fiori (2004), o movimento de transição hierárquica americano ampliava o desafio soviético de consolidar suas posições na Eurásia. Esse contexto geral termina por encerrar na Ásia e no Oriente Médio um espaço privilegiado para os confrontos entre as superpotências na Guerra Fria.

O Irã encontra-se, assim, situado entre um confronto entre três potências, Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. O país estava situado em uma encruzilhada de interesses

estrangeiros que confluíam quase que unanimemente sobre a questão do petróleo. É nesse sentido que Axworthy (2008) argumenta que a Guerra da Coreia em 1950 aumenta as tensões entre soviéticos e iranianos. A elevação das necessidades de oferta de petróleo para a Ásia, a fim de alimentar o conflito, pressiona a orientação das exportações iranianas e principalmente a produção de petróleo no norte do país. Apesar da crescente influência americana na região, o petróleo iraniano seguia sendo liquidado em libras e não em dólares. Além disso, o governo iraniano pagava altos impostos ao Tesouro Britânico pelas transações, o que, segundo Abrahamian (1982), representava ainda a enorme influência britânica sobre o país.

Dentro desse contexto de distintos interesses internacional sobre o país, o xá inicia uma política externa voltada para a barganha política. Ideologicamente avesso ao comunismo, como declara em sua obra Pahlavi (1979), o xá se insere sob a esfera de influência anglo-saxã. Dado o extenso histórico da dominação britânica sobre o Irã, o xá identificava-se mais com as posições pró-americanas. Esse posicionamento, no entanto, não impediu a prática de uma barganha com os soviéticos. As pressões soviéticas se davam também pela manobra dos movimentos populares nacionais, como o partido Tudeh, que passa de um simples movimento popular e anti-imperialista, para um clássico partido comunista pró-soviético.

Talvez o Irã apresente de maneira mais clara como as disputas geopolíticas influenciaram fortemente os projetos nacionais de desenvolvimento no pós-Segunda Guerra. O histórico de dominação estrangeira sobre o país fez, já desde o período do reinado de Reza Kahn, haver uma associação forte entre modernização e autonomia internacional. Nesse sentido, lidando com suas possibilidades internacionais e diante das demandas populares, o xá lança um plano de desenvolvimento de sete anos. Seu caráter era fundamentalmente focado na urbanização, industrialização e melhoria das condições dos trabalhadores do campo. Suas pretensões, no entanto, são bloqueadas pela ascensão do movimento nacionalista da Frente Nacional, representada na pessoa do primeiro-ministro Mohammad Mossadeq²⁷.

A década de 1950 evidencia o desmoronamento das posições britânicas no Oriente Médio, e esse movimento se inicia no Irã, como argumenta Axworthy (2008). Em 1949, partidários do movimento nacionalista ligados ao partido Tudeh promovem um atentado contra o xá. A falha na tentativa de assassinato, dá início a um período conturbado no Irã em que se sucedem protestos de rua e que, como contrapartida, suscitam o decreto da lei marcial por parte

²⁷ Mossadeq era um antigo adversário político dos Pahlavi, sendo um dos representantes mais liberais na Frente Nacional e estando envolvido ainda na Revolução Constitucionalista de 1905. Teve papel central no processo de nacionalização do petróleo iraniano.

do governo. As insatisfações populares recaiam quase que unanimemente sobre a questão do petróleo, principalmente em relação à divisão dos lucros da Anglo-Iranian Oil Company entre o Irã e a Inglaterra, assunto por várias vezes evitado pelo xá, segundo Bakhash (2004).

Em meio às conturbações populares, o xá tenta estabelecer um governo de coalizão. Tendo seu candidato predileto ao cargo de primeiro-ministro, Ali Razmara, sido assassinado, Mohammad Mossadeq, líder da Frente Nacional (movimento majoritário na Majlis), assume o cargo. Mossadeq inicia ainda, em 1951, o processo de nacionalização do petróleo iraniano, o que acabaria com os acordos de concessões e estabeleceria um novo ponto de início para futuros contratos de venda e exploração.²⁸ A reação britânica foi imediata, impondo um bloqueio ao petróleo iraniano, impedindo sua exportação. A esperança de aumento das receitas públicas se vê frustrada, diante da paralização das exportações. Mossadeq tenta em vão negociar um financiamento com os Estados Unidos, que se opõem ao movimento nacionalista iraniano, que tinha suspeitas, infundadas segundo Axworthy (2008), de auxílio soviético.

Em 1952, Mossadeq tenta articular sua oposição aos britânicos institucionalmente, pedindo ao xá o direito de nomear o responsável pelo ministério da guerra. O xá nega o pedido, e Mossadeq ameaça entregar o cargo. Seu sucessor imediatamente reinicia as negociações com os britânicos, levando a reações das massas, incitadas pelo partido Tudeh. O xá articula destituir Mossadeq e colocar em seu lugar o general Zahedi. Mossadeq descobre o plano e reage contra o xá, o que enfraquece algumas alianças de seu movimento. Em 19 de abril de 1953 uma enorme manifestação toma as ruas de Teerã em oposição à Mossadeq. Fontes oficiais já assumiram o golpe conjunto da MI6 e CIA, denominada de Operação Ajax, que deu origem à manifestação em Teerã. O xá retorna ao poder, Mossadeq é preso e o general Zahedi é o novo primeiro-ministro. O movimento comunista é então alvo de constantes perseguições da SAVAK²⁹, que, segundo Abrahamian (1982) passa a operar de forma sistemática como sustentação da monarquia.

O golpe sobre Mossadeq no Irã mostra que, por vezes, britânicos e norte-americanos operaram conjuntamente no Oriente Médio e que a ascensão de movimentos nacionalistas não necessariamente ia ao encontro dos interesses americanos. Nesse sentido, diferentes alianças

²⁸ A nacionalização do petróleo iraniano em 1951 segue na esteira da nacionalização soviética em 1920 e da mexicana em 1936 e repercutirá intensamente no Oriente Médio, não apenas em relação ao petróleo, mas como exemplo de um movimento nacionalista de sucesso (TORRES FILHO, 2007).

²⁹ A SAVAK era a polícia secreta, o serviço de inteligência e segurança interna criada pelo xá Reza Pahlavi. Durante décadas foi responsável por torturar e executar opositores ao regime do xá. Foi desativada após a revolução em 1979.

eram formadas pelos americanos, ora com os países da região ora com as antigas potências a fim de assegurarem seus próprios interesses nacionais. O mesmo ocorreu com os países em questão. No Irã, por exemplo, a maior proximidade do xá com os americanos visava balancear a histórica influência britânica.

No Egito, o descontentamento com os britânicos também toma contornos críticos no início da década de 1950. Em 1950, ocorrem eleições, vencidas pelo Wafd. As tensões acerca do status do Sudão se elevam, com posições cada vez mais assertivas por parte dos britânicos, que estavam a fazer uma transição colonial tutelada, mantendo sua relação privilegiada com o Sudão (GOLDSHMIDT JR, 2008). Sob tais circunstâncias internas e externas, em 1951, Nahhas³⁰, o primeiro-ministro, revoga unilateralmente o tratado de 1936, tornando ilegais a presença militar britânica na região do Canal de Suez. Os movimentos radicais se espalham pela cidade do Cairo, no que ficou conhecido como o sábado negro. Mais de quatrocentos prédios, quase todos ligados à dominação cultural e econômica estrangeira, foram incendiados, segundo Goldschmidt (2008, p.141). Após conter a rebelião popular, Farouk dissolve o governo do Wafd e passa a governar o país autocraticamente. De acordo com Cook (2012), tais movimentos figuram como os antecedentes mais imediatos do golpe de 1952.

O Movimento dos Oficiais Livres é o grande mentor e executor do golpe de 1952. A Academia Militar Egípcia, fruto do acordo anglo-egípcio de 1936, era o centro de formação desses oficiais. McGregor (2006) afirma que, em seus quadros mais progressistas, a Academia nutria o sentimento de pôr fim ao triângulo de poder Wafd-Monarquia-Inglaterra. Previam tomar o poder em 1954, mas seus planos são antecipados pelos eventos do sábado negro. Por serem jovens oficiais, escolhem o general Mohammad Naguib como líder, a fim de conseguirem ampla aceitação política perante o povo.

O golpe se dá na madrugada de 22 para 23 de julho de 1952. Os membros do Movimento logo tomaram todos os principais postos militares do Cairo. De acordo com Goldschmidt Jr (2008), o rei Farouk tenta em vão o apoio das embaixadas americana e britânica. O Movimento decide que o rei deveria ser exilado, abdicando o trono em favor de seu filho, ainda jovem, o que levaria a formação de um governo regencial, que seria formado por três oficiais do Movimento.

³⁰ Nahhas foi o último primeiro-ministro egípcio sob a monarquia. Também foi personalidade importantíssima na formação da Liga Árabe e da articulação da ideia de uma 'identidade árabe' em oposição à criação de um Estado judeu na Palestina.

Goldschmidt Jr (2008 p. 145, tradução nossa) argumenta que o golpe teria sido favorecido pela CIA, que “logo fez contato com o novo regime e depois o auxiliou a afastar as promessas de aliança da Irmandade Muçulmana, dos comunistas e de antigos partidos”, como o Wafd. O medo de uma ascensão comunista no Egito teria levado os americanos a optarem pelos militares, que, formados pelos britânicos, seriam mais susceptíveis a posições pró-ocidentais. Estabelecem assim o Conselho de Comando da Revolução Egípcia, sendo sua primeira medida, em setembro do mesmo ano, uma reforma agrária, limitando forçadamente o tamanho das propriedades rurais por indivíduos.

O general Naguib, escolhido pelos membros do Movimento dos Oficiais Livres como líder do novo governo, dissolve o parlamento em dezembro de 1952. Em junho de 1953, a monarquia é abolida, e Naguib se torna o primeiro presidente do Egito. O general buscava um diálogo com o Wafd, a Irmandade Muçulmana e até com os comunistas, a fim de compor uma coalisão de poder para o novo governo. Segundo, Marsot (2007), essa visão era antagonizada pelo líder do Movimento, Gamal Abdel Nasser, que era a favor de um poder centralizado no Conselho de Comando da Revolução Egípcia. Nesse sentido, cria-se um ambiente de tensão entre o Movimento dos Oficiais Livres e o general Naguib.

Como forma de contornar a penetração do general nos movimentos populares, Nasser busca formar o “comício da libertação”³¹, com forte apelo estudantil, a fim de constituir um consenso popular de apoio aos oficiais. Em uma manifestação da Irmandade Muçulmana no Cairo, estudantes da Universidade do Cairo participantes do comício da libertação, entram em confronto com membros da Irmandade, que tinham apoio de Naguib. A situação se torna insustentável ao ponto de Naguib renunciar em 23 de fevereiro de 1954. Nasser o coloca em prisão domiciliar, o que desperta uma revolta popular, ocasionando uma reviravolta no caso, como argumenta Marsot (2007).

Naguib, então, volta ao seu posto, em um movimento tático de Nasser, que reuniu maiores forças no Movimento e no comício da libertação para mais tarde tomar o poder de forma definitiva. Há fortes indícios da ajuda da CIA, em especial de Kermit Roosevelt Jr³², na tomada de poder de Nasser³³. Aproximadamente três milhões de dólares teriam sido doados à

³¹ Tradução livre para “Liberation Rally”, em Goldschmidt (2008, p.150).

³² Cook (2012, p. 52) chega a afirmar que Kermit Roosevelt Jr funcionava como o elemento central das operações na CIA no Oriente Médio, havendo se envolvido na queda de Mossadeq no Irã e na tomada de poder de Nasser sobre Naguib no Egito.

³³ Nasser será um dos principais nomes da política mundial durante a Guerra Fria, estando a frente do Egito em sua proposta de liderança regional e de proeminência diante do Movimento Não-Alinhado.

Nasser, que teria utilizado o dinheiro posteriormente para a construção da Torre do Cairo, segundo Goldschmidt (2008, p.152). Os Estados Unidos esperavam que o Egito integrasse uma aliança militar anti-comunista ao estilo da OTAN, enquanto Nasser almejava o apoio americano à nacionalização do Canal de Suez (COOK, 2012).

Nasser se negou a fazer parte de uma tal aliança, alegando que se assim o fizesse, sofreria pressões internas que também não seriam do agrado anglo-saxão. Mais do que o sionismo ou o comunismo, Nasser temia uma desordem interna. Ao final das negociações, a evacuação de todo o pessoal britânico em um prazo de 20 meses foi ratificada em outubro de 1954. Havia cláusulas pró-britânicas, perpetuando a utilização da zona do canal como base aérea para a Royal Air Force e mantendo o direito britânico de reocupar o canal em caso de ataques de potências externas aos países da Liga Árabe ou à Turquia. Certamente o episódio do golpe no Egito em 1952 e a subida no poder de Nasser em 1954 são exemplos de fricções entre os interesses britânico e americano. Do ponto de vista egípcio, assim como em outros países da região, a busca de apoio frente aos EUA surge como uma opção para contrabalançar a histórica dominação britânica.

Apesar do avanço americano no Egito e no Irã, a morte do rei saudita, Ibn Saud (Abd al Aziz), em 1953, trouxe instabilidade para a relação entre os dois países. A primeira fratura na relação havia ocorrido por conta do apoio do presidente americano Harry Truman à criação do Estado de Israel. Todavia, mesmo diante de tal fato, o histórico britânico no Oriente Médio afastava os sauditas e o comunismo ateu dos soviéticos era considerado um anátema para os wahabistas (WYNBRANDT, 2010). A morte do rei saudita, no entanto, foi um fator desestabilizador interno das relações no curto prazo, desencadeando uma disputa pelo poder no país entre Saud e Faisal, filhos do rei morto. Saud assume o trono inicialmente e continua com a política de gastos suntuosos para a família real. Sua sustentação política se dá em torno de setores tradicionalistas da sociedade e por meio de pagamentos de propinas a líderes tribais a fim de garantir a ordem.

Ao período da morte do rei Saud (Abd al Aziz), em 1953, apesar do rápido aumento nas receitas petrolíferas, a dívida saudita já girava em torno de 200 milhões de dólares, de acordo com Bowen (2008), o que evidencia a situação de fragilidade do país frente às empresas petrolíferas americanas. A infraestrutura do país era precária, assim como o sistema de educação e de saúde. A situação se deteriora com a pressão americana pela adesão saudita ao Pacto de Bagdá, fato que não se concretiza. Nesse sentido, durante a década de 1950, a

monarquia saudita passa por dificuldades financeiras e estremecimentos em sua relação com os EUA.

O clima de instabilidade política que se segue na década 1950 é decisivo para a história iraquiana. A onda de acontecimentos que move a região, como a nacionalização do petróleo no Irã por Mossadeq e a revolução dos jovens oficiais no Egito inspiram o movimento nacionalista no Iraque. De acordo com Maar (2012 p.71), em 1952 uma série de manifestações e greves ficou conhecida como *intifada*. Em 1953, Faisal II completa sua maioridade e é coroado rei. O regente, no entanto, não estava disposto a abandonar o poder. Em meio às crises e instabilidades que o país enfrentava, as eleições de 1954 são canceladas, e Nuri, mais uma vez, volta a compor um governo na linha dura de repressão dos movimentos populares e de novas alianças com os britânicos.

O Iraque se encontra internacionalmente tensionado por duas forças, uma é o nacionalismo árabe, que desponta no Egito, e a outra é a aliança mais próxima com o Ocidente. Sob forte influência de suas relações com a Inglaterra, em 1955, ignorando as ameaças de Nasser, Nuri assina um acordo de segurança com a Turquia. Posteriormente, Irã, Paquistão e a própria Inglaterra se juntam, no que ficou conhecido como Pacto de Bagdá. A formação do bloco se faz como franca oposição ao movimento egípcio e inicia conflitos dentro do mundo árabe, criando barreiras à expansão do pan-arabismo nasserista, firmando-se como uma tentativa de rearticular as possessões britânicas na região, agora sob o signo da contenção ao comunismo.

O Pacto de Bagdá traz, de fato, a Guerra Fria para a realidade árabe, colocando o Iraque como parceiro preferencial do Ocidente na região. De acordo com Polk (2005, p.108), o acordo, oficialmente, Organização do Tratado Central, fazia parte da articulação militar ocidental com estreitas relações com a OTAN. Essa posição privilegiada iraquiana trouxe uma série de reformas para a economia do país. Nesse sentido, podemos já perceber as primeiras relações entre a geopolítica da Guerra Fria e um projeto nacional de desenvolvimento no Iraque. É na década de 1950 que a indústria do petróleo iraquiana passa a apresentar receitas significativas para o Estado. A Iraq Petroleum Company (IPC), única empresa do país, era na verdade um consórcio de empresas britânicas, americanas, francesas e holandesas com interesses conflitantes na região.

O petróleo se torna o carro chefe da economia, principal fonte de receitas para o governo, que é então dependente das empresas estrangeiras que compõem a IPC e de uma

mercadoria cotada no mercado internacional, independente da vontade nacional, transformando o Estado iraquiano em um Estado meramente rentista (MARR, 2012). De toda forma, pela primeira vez em sua história, o Estado iraquiano torna-se capaz de promover um plano de desenvolvimento com prazos mais alongados. Por certo, as receitas do petróleo e a ampliação do investimento estrangeiro em outras áreas são fruto da situação política internacional pró-ocidental após o Pacto de Bagdá. É o alinhamento geopolítico iraquiano que passa a garantir ao governo maiores receitas para ampliar seu domínio internamente.

A prioridade do plano de desenvolvimento implementado por Nuri era a agricultura, focando em sistemas de irrigação e controle de enchentes, levando entre 35% e 40% dos recursos de todo o plano (MARR, 2012). Inúmeras barragens foram construídas, como a barragem de Tharthar, que preveniu as enchentes em Bagdá, assim como diversos perímetros irrigados aproveitando as águas do rio Eufrates. A segunda prioridade eram transportes e comunicações. A ampliação do porto de Basra e o novo aeroporto de Bagdá são frutos desse plano, assim como milhares de quilômetros de rodovias e estradas de ferro e a construção de pontes. Investimentos no setor energético também foram feitos como usinas termoelétricas e a refinaria de Daura. Investiu-se também na indústria de cimento e de tecidos.

Praticamente todo o fruto do desenvolvimento foi concentrado nas mãos de poucos, sendo o investimento privado internacional parte significativa do processo de modernização iraquiana. Em 1958, por exemplo, 70% da população ainda era rural e representava apenas 30% do PIB. Ao mesmo tempo, os 3% dos maiores proprietários rurais controlavam cerca de 70% das terras do país (MARR, 2012). O plano de desenvolvimento não foi capaz de reduzir as desigualdades e acalmar a situação de caos social. Assim, o alinhamento geopolítico iraquiano trouxe recursos para a modernização da infraestrutura do país, não obtendo os mesmos resultados sobre os parâmetros sociais.

Mesmo com o apoio ocidental voltado para o Iraque, é certamente o Egito o país que desponta como potência regional na década de 1950. A figura do líder Gamal Nasser passa a se projetar na região e, também, para fora dela, ao passo que o poder interno no Egito ainda está em processo de consolidação. A assinatura do acordo anglo-egípcio de 1954, por ter feito concessões aos britânicos, reascendeu as velhas oposições contra Nasser, que sofre um atentado em Alexandria. O atentado inicia uma caça às bruxas direcionada à Irmandade Muçulmana. Segundo Cook (2012, p.81), inicia-se aí um forte movimento contra o regime de Nasser nas universidades, que passam a ser cada vez mais patrulhadas pelo governo. Naguib é posto

novamente em prisão domiciliar e Nasser assume como presidente em um plebiscito em que só ele figurava como candidato (GOLDSCHMIDT JR, 2008).

Nasser assume o poder em um período em que a questão palestina, apaziguada até então pelos tratados de não armamento por parte de EUA, Inglaterra e França, ressurge. Em 1954, agentes israelenses tentam sabotar a relação entre o Egito e os EUA, explodindo instituições culturais americanas no Cairo. O plano foi descoberto e os agentes executados pelos militares. Em fevereiro de 1955, tropas israelenses invadem Gaza, retaliando ataques de *fedayins*³⁴ palestinos treinados pelos egípcios. Quatro dias antes desse ataque, ocorre a assinatura do Pacto de Bagdá. Ambas as situações se apresentavam como uma ameaça ao governo de Nasser. Nesse período, o governo de Israel e a articulação em torno do Pacto de Bagdá são os principais desafios regionais egípcios, levando a um clima de instabilidade política na região.

Intensificam-se, assim, as demandas egípcias por armamentos, recorrentemente negadas pelas potências ocidentais. O ataque aos *fedayins* continuam e o Egito decide impor sanções econômicas a Israel. O Pacto de Bagdá, enfim, apresenta-se como uma ação das potências ocidentais explorando as fraturas entre a ‘solidariedade árabe’. Nasser é então convidado para participar do primeiro encontro do Movimento Não-Alinhado em Bandung, em abril de 1955. Lá é encorajado a comprar armas do bloco soviético, caso Inglaterra ou EUA tornassem a se recusar. Após a conferência do Movimento Não-Alinhado, o Egito passaria a ocupar uma posição proeminente no cenário internacional, e Nasser se propõe a ser o intermediador entre o sistema internacional e o mundo árabe política, econômica e militarmente.

A partir de então, Nasser passa a aliar o discurso anti-imperialista ao nacionalismo árabe (RAOUF, 1984). O programa da Rádio Cairo, a *Voz dos Árabes*, passa a ser transmitido por todo o Oriente Médio, exaltando a identidade árabe comum a todos os países da região. Em setembro de 1955, o Egito anuncia um acordo para a compra de 200 milhões de dólares em armamentos da Checoslováquia, de acordo com Cook (2012), pagos em exportação de algodão. Inicia-se uma corrida armamentista entre árabes e israelenses.

³⁴ Grupos guerrilheiros palestinos de motivação principalmente religiosa islâmica que se opunham ao estabelecimento do Estado de Israel. Eram, em geral, independentes, mas contavam com financiamentos de países árabes como Egito e Arábia Saudita.

A conjuntura regional do pós-Segunda Guerra, assim, revela o recrudescimento da influência britânica e a inserção cada vez maior da lógica da Guerra Fria como parâmetro geopolítico a orientar as alianças políticas internacionais no Oriente Médio. Assim, os movimentos nacionalistas, dentro ou fora dos governos, tomam volume, sendo o sentimento anti-britânico tônica constante nos países em questão. A consolidação dos poderes locais ou mesmo os processos revolucionários vividos até a primeira metade da década de 1950 evidenciam a maior presença norte-americana na política regional, figurando recorrentemente como alternativa à dominação britânica. Nesse sentido, pode-se observar que os contornos da estrutura do “sistema interestatal capitalista” no pós-Segunda Guerra apresentam-se como novos desafios e oportunidades para os novos “espaços de poder” enquanto Estados Nacionais.

A partir de então, as dinâmicas da ‘descolonização’ e da Guerra Fria se confundem e formam o substrato geopolítico capaz de dar corpo a projetos nacionais de maior envergadura. Nesse contexto, é perceptível que já desde então o desenvolvimento nacional ou a modernização das economias dos países em questão figura como variável desta equação mais ampla que envolve, em última análise, a soberania nacional. Assim, elementos da história institucional dos países e suas respectivas conjunturas políticas serão capazes de dar respostas diferentes frente ao desafio lançado pelas superpotências. Assim, a partir de 1955, com o embate entre o ímpeto egípcio de liderança regional e a posição internacional iraquiana no guarda-chuva do Pacto de Bagdá, a Guerra Fria entra definitivamente no Oriente Médio, ampliando o desafio do conflito árabe-israelense e as fraturas dentro do próprio “mundo árabe”, que se mostrará cada vez mais heterogêneo conforme os “Estados-economias nacionais” buscam afirmar suas soberanias.

3.4. Esferas de Influência, Tensão Regional e Evolução Econômica (1956 – 1967)

A geopolítica da Guerra Fria se inicia verdadeiramente na região com a liderança árabe do Iraque dentro do Pacto de Bagdá e com a posição proeminente do líder egípcio, Nasser, no movimento dos países do “terceiro mundo”. A diferenciação das posições adotadas dentro da dinâmica da Guerra Fria, iniciou um movimento de fraturas entre os “países árabes” (KERR, 1965). Ao mesmo tempo, é nesse período que se evidencia o fortalecimento ideológico do discurso pan-arabista, proferido em especial pelos egípcios, mas que também serve de fundamento para a construção da identidade de outros regimes políticos em países da região, como no Iraque e na Arábia Saudita (DORAN, 1999). O maior interesse internacional pela região provinha da centralidade do petróleo como suprimento militar (TORRES FILHO, 2007).

Nesse sentido, as tensões em torno do Estado de Israel fortaleceram o ambiente de disputa regional e permitiram o uso da barganha política em favor de investimentos econômicos e militares para os países da região.

O governo Nasser, após o sucesso na Conferência de Bandung, começa a construir internamente sua imagem em cima de símbolos do nacionalismo egípcio, realizando reformas urbanas e planejando grandes obras, como a construção da Represa Alta de Assuã. Tal obra representaria uma ampliação considerável da capacidade de geração energética do país e capitalizou forças políticas que seriam determinantes para o futuro da inserção internacional egípcia. Inicialmente, Nasser conversa com o Banco Mundial, a fim de conseguir os fundos necessários à obra. O banco, por sua vez, responde positivamente, mas incluindo na negociação um auxílio americano e inglês, que imporiam suas condições para a concessão do empréstimo. As condições anglo-saxãs demandavam controle sobre a economia egípcia e a interrupção no comércio de armas, especialmente após o contrato com a Checoslováquia. De acordo com Doran (2004), em uma tentativa de barganha política, Nasser decide negociar com os soviéticos, mas também não obtém o sucesso esperado. Se o nacionalismo de Nasser apresenta-se como um desafio para as relações egípcias com os EUA, seu governo ainda não dispõe de credenciais suficientes para atrair os investimentos soviéticos.

O certo é que a tentativa de negociação com o bloco comunista pôs fim ao monopólio ocidental no Oriente Médio. O Egito é de fato o primeiro país árabe a estabelecer relações com a URSS e a negociar com o bloco socialista. Nasser, com sua imagem em alta entre o movimento do “terceiro mundo”, consegue inflamar rebeliões anti-imperialistas em outros países como Tunísia, Marrocos e Sudão. Rapidamente os comunistas e Nasser passam a ocupar o vácuo de poder deixado pelas potências europeias na região, rivalizando com os interesses americanos. A aproximação do Egito com a URSS abre precedente para uma maior influência soviética sobre outros países da região (HEIKAL, 1978).

Quando, enfim, em 1956, Nasser aceita os termos do contrato do Banco Mundial, o Congresso Americano decide retirar a oferta de empréstimo ao Egito, o que deixa Nasser furioso. Sua resposta vem uma semana depois, durante seu pronunciamento por ocasião do quarto aniversário da abdicação do rei Farouk, o exército e a marinha ocuparam todas as instalações do Canal de Suez. Nasser, então, anuncia que os pedágios do canal iriam pagar a obra da Represa de Assuã, o que, de fato, representou a nacionalização do canal, segundo Goldschmidt Jr (2008).

As reações pelo mundo foram diversas. A Europa Ocidental surge com a demanda de internacionalização da administração do canal. Índia e URSS se opõem frontalmente. Os egípcios logo criam a Autoridade do Canal de Suez, em substituição à antiga administração franco-britânica. A nova administração recrutou condutores, capitães e funcionários de países comunistas ou neutros para ocuparem os postos deixados pelos europeus, que haviam deixado a zona em uma tentativa de boicotar a nacionalização. A nova administração foi capaz de manter o canal em funcionamento normal, formulando um plano de pagamento aos antigos acionistas, completando o processo de nacionalização segundo a legislação internacional.

Britânicos e franceses, contudo, opõem-se ao movimento egípcio, planejando o uso da força, mesmo com um encontro diplomático entre as partes, acordado para acontecer em Genebra. Ingleses e franceses, então, influenciam o exército israelense a agir, que se mobiliza para a faixa de Gaza e para a península de Sinai. Os ingleses dão um ultimato aos egípcios para que recuassem do Canal de Suez, que foi prontamente negado. Aviões britânicos bombardeiam pontos estratégicos no Cairo, Alexandria e na zona do canal.

Os EUA e a URSS se opõem ao ataque. Segundo Goldschmidt Jr (2008), os soviéticos chegaram a ameaçar ataques aéreos a Londres e Paris, caso as tropas anglo-francesas ocupassem o Egito. Navios anglo-franceses cruzam o Mediterrâneo, mas, devido à pressão internacional, são chamados de volta quando aportavam em Porto Said. Mesmo assim, ocupam a cidade por sete semanas, enquanto Israel passa a ter controle sobre a península do Sinai, já que Nasser havia retirado suas tropas de lá, temendo uma invasão anglo-francesa às principais cidades.

De acordo com Raouf (1984), para o Egito, a Guerra de Suez foi uma derrota militar, mas uma vitória política. A partir de então, Nasser passou a ser visto, pelos árabes, como o maior inimigo do imperialismo ocidental e do sionismo. O prestígio americano na região se amplia, em oposição ao colonialismo europeu, e a URSS ganha aliados no Oriente Médio. Algumas empresas inglesas e francesas são nacionalizadas no Egito, e o país rompe relações diplomáticas com Inglaterra e França. Segundo Cook (2012), a marinha egípcia afunda navios no canal de Suez, tornando-o intransitável, forçando a retirada das tropas inglesas, francesas e israelenses.

Em junho de 1956, apesar das conturbações do conflito, uma nova constituição é promulgada, assegurando a centralidade do poder do presidente, mas abrindo uma assembleia consultiva. O teor principal da nova constituição era, no entanto, a declaração de um Egito que fazia parte de uma nação árabe, tornando claras as intensões egípcias de formar uma

comunidade de países árabes (RAOUF, 1984). Após o incidente de Suez, o regime nasserista passa a ser um símbolo internacional da luta anti-imperialista e seus interesses passam a ser cada vez mais ambiciosos ao passo que se torna alvo das potências ocidentais, significando uma potencial ameaça de expansão comunista.

Com a crescente pressão internacional sobre o Oriente Médio, o pensamento do pan-arabismo toma forma concreta. De um lado, os EUA lançam um plano, segundo a Doutrina Eisenhower, de ajuda aos países árabes para combater o comunismo internacional, o que, de fato, dirigia-se a barrar o expansionismo de Nasser, terminando por acentuar a fragmentação árabe, ganhando apoio da Jordânia e consolidando seus laços com a Arábia Saudita³⁵. Por outro lado, a Síria, sofrendo pressões da Turquia, pedia ajuda à URSS. A lógica da Guerra Fria passa a se reproduzir internamente no Oriente Médio, inserindo os países em uma nova camada de conflitos, com alianças determinadas por suas alianças antagônicas com as superpotências.

Se o movimento antiamericano e anti-imperialista passa ser a estratégia fundamental dos egípcios, na Arábia Saudita, a chegada do príncipe Faisal ao executivo, em 1958, e o isolamento de seu irmão Saud, na figura do monarca, iniciam uma fase de modernização no país e consolidação de sua aliança com os americanos. Faisal procura isolar o irmão, Saud, e dar fim na prática comum de apropriação das receitas do Estado pela família real. Consegue equalizar as finanças do país, mas não é o suficiente para lhe dar sustentação política, sofrendo intensas pressões das frações mais conservadoras no poder apoiando o retorno de Saud ao executivo (WYNBRANDT, 2010). No final da década de 1950, o país já contava com uma rede de rodovias mais completa e um sistema de portos e aeroportos mais modernos. As obras em infraestrutura eram voltadas ao negócio do petróleo, contando sempre com a parceria das petroleiras americanas. Segundo Bowen (2008), tais avanços tinham pouca capacidade de dinamização da economia doméstica para além dos salários dos trabalhadores em suas construções e manutenções. De toda forma, os avanços econômicos sauditas eram sempre um subproduto de sua aliança com os americanos.

As articulações soviéticas na região também se ampliam no final da década de 1950 (HEIKAL, 1978). O partido sírio Baath³⁶ toma controle do poder com apoio egípcio e, em fevereiro de 1958, Egito e Síria formam a República Árabe Unida (RAU), sob a liderança de

³⁵ Para uma visão mais aprofundada de como a Doutrina Eisenhower se direcionou a conter o “nacionalismo árabe” no Oriente Médio, ver Yaqub (2004).

³⁶ Partido fundado na Síria em 1947 e alia elementos do nacionalismo árabe, do anti-imperialismo e do socialismo. Teve papel significativo na história política do Oriente Médio, destacando suas atuações na Síria e no Iraque.

Nasser. De acordo com Doran (1999), a RAU passa a influenciar alas políticas de países vizinhos, principalmente as dissidências pan-arabistas e comunistas. A guerra civil libanesa explode, colocando católicos maronitas e muçulmanos em lados opostos, reforçando a propaganda acerca de uma identidade árabe regional. Logo após, uma revolução estoura no Iraque, instaurando um governo militar que se assume socialista e apoia a RAU.

Em 1958, a formação da República Árabe Unida entre Síria e Egito tenciona ainda mais as relações entre os árabes, em especial entre Egito e Iraque. A crise de Suez em 1956 além de elevar a moral de Nasser na região, minou a legitimidade da aliança ocidental iraquiana, já que França, Inglaterra e Israel decidem atacar o Egito (MARSOT, 2007). O ano de 1956, foi assim um ano marcado por violentos protestos por todo o Iraque contrários ao regime de Nuri. Em 1957, a oposição ao regime une suas forças formando a Frente Nacional Unida, reunindo o partido Istiqlal, o Partido Nacional Democrata, o Partido Comunista e o partido de origem síria, Baath. O rei da Jordânia, também opositor do pan-arabismo nasserista por o considerar aliado dos soviéticos, propõe uma união com o rei do Iraque, a fim de contrabalançar o poder na região e impedir a expansão de Nasser (DORAN, 2004).

A oposição interna no Iraque era forte, somando-se também o movimento dos oficiais, que já haviam sido descobertos em um plano de golpe contra o regime (MARR, 2012). Quando em maio de 1958 estoura a guerra civil no Líbano, o rei da Jordânia, temendo que o conflito se alastrasse, ordena que as tropas iraquianas marchassem para a fronteira, assegurando sua integridade. Ao invés de marcharem para a Jordânia, os oficiais marcharam para Bagdá, e, em 14 de julho, executam o golpe que terminaria com o reinado dos Hachemitas e com o governo de Nuri no Iraque.

Os generais Abd al-Karim Qasim e Abd al-Salam Arif foram os líderes do violento movimento revolucionário de 1958. Embora Arif tivesse tido papel principal na tomada do poder, é Qasim que se consolida como líder do novo regime. Qasim se torna o primeiro-ministro e passa a concentrar poder em suas mãos, iniciando um processo de disputa política com Arif pelo comando do governo. De acordo com Marr (2012), Arif era ligado ao movimento nacionalista árabe e capitaneava uma campanha de união com o Egito, visando tornar o Iraque um estado federado à RAU. Ainda segundo a autora, Qasim não compartilhava da ideia e voltou as atenções de seu governo para o nacionalismo iraquiano, deixando de lado a identidade árabe.

Após uma série de tensões entre os generais, Arif é preso sob a acusação de tramar um atentado contra Qasim. Com Arif fora do cenário político, as demandas do nacionalismo árabe

se dividem em duas frentes, sendo representados por dois partidos clandestinos. O Partido Istiqlal era partidário do pan-arabismo nasserista, enquanto o Partido Baath era mais ligado à vertente síria do movimento (DORAN, 1999). As pressões sobre o governo se ampliam acerca de sua posição em relação aos vizinhos árabes, e Qasim busca apoio político junto aos comunistas, retirando o foco da rivalidade regional com o Egito e dando um caráter mais à esquerda ao seu governo (TAREQ, 2008).

O Iraque assim rompe com o Pacto de Bagdá, causando fricções com Turquia, Irã e obviamente com Inglaterra e Estados Unidos. As potências ocidentais olhavam com receio o novo governo, mas viam com maiores preocupações a ascensão de Nasser na região e acreditavam que Qasim poderia ser um instrumento de balanço de poder no Oriente Médio. De acordo com Heikal (1978), Qasim, no entanto, não tarda a estreitar laços com a União Soviética, fazendo acordos militares e como consequência, recebe verbas para programas de desenvolvimento e educação. A ampla preferência dos soviéticos pelas relações com o Egito, todavia, enfraquece a posição do Partido Comunista internamente, segundo Tareq (2008).

A barganha política por apoio regional às superpotências que envolveu Egito e Iraque ressaltou as diferenças entre os países em seus termos de recursos estratégicos. Se o Egito contava com uma posição privilegiada no Canal de Suez, o Iraque dispunha de grandes reservas de petróleo. Assim, o desenvolvimento das disputas regionais transparecia uma lógica internacional de expansão de poder por meio da busca de controle sobre tais recursos e posições estratégicas. Nesse sentido, a busca por alianças regionais também envolvia outros países na mesma lógica de barganha política (KERR, 1965). Nesse contexto, os países aqui analisados passarão por períodos em que as restrições monetárias internacionais serão relativizadas e projetos de desenvolvimento nacional serão postos em andamento, como forma de afirmação nacional dentro do contexto de barganha entre as superpotências.

Dentro desse contexto, após o conturbado período Mossadeq no Irã, o xá retomou seu projeto de construção de um Irã moderno, reflexo da busca por autonomia internacional. O país passou por um rápido processo de modernização que ficou conhecido como a “Revolução Branca” a partir de 1963. O programa modernizador do xá ficou conhecido também como “A Revolução Social do Irã” (PAHLAVI, 1979). O programa passa a tomar suas primeiras formas quando o xá expõe diante do primeiro congresso de cooperativas agrícolas em Teerã, em 9 de fevereiro de 1963, suas seis primeiras propostas fundamentais: reforma agrária, nacionalização das florestas e pântanos, transformação das empresas estatais em sociedades anônimas, a fim de partilhar as ações em vista da reforma agrária; participação dos trabalhadores nos lucros das

empresas, reforma da lei eleitoral, garantindo o sufrágio universal, incluindo o voto feminino; criação do “exército do conhecimento”, recrutando bacharéis para ampliar o ensino nas vilas rurais (PAHLAVI, 1979).

Ao todo, a proposta do xá passou a contar com mais dois pontos em 1964, incluindo posteriormente um esforço para a melhora na saúde e higiene da população, com o “exército da higiene”; um “exército do desenvolvimento e da reconstrução”, incumbidos de ampliarem a produtividade agrícola e modernizarem vilas e vilarejos. Essas medidas eram de certa forma mal vistas pelos líderes xiitas conservadores, que afirmavam que o país passava por um momento de ocidentalização em oposição às tradições islâmicas. Segundo Axworthy (2008), do ponto de vista político e econômico, as reformas auxiliaram a fomentar uma indústria subsidiária ao petróleo, como refinarias, e deram impulso ao programa nuclear iraniano. De fato, a posição de fronteira com a URSS deu incentivos aos americanos a desenvolverem a indústria do petróleo no Irã e, com isso, financiar indiretamente as obras do xá em troca de seu apoio político.

É durante esse período que se constitui o “condomínio americano-saudita-iraniano” ao qual se refere Torres Filho (2007, p.321). De acordo com o autor, os Estados Unidos definiram estrategicamente o Irã como potência local amigável em detrimento dos sauditas, apoiando financeiramente e militarmente o regime de Pahlavi, dando “carta branca” para a compra de armamentos americanos, a não ser o acesso à tecnologia nuclear, vista com restrições pelos americanos. Os americanos assim buscavam contrabalançar as alianças soviéticas com Egito e Iraque. De toda forma, as posições regionais também obedeciam a outras lógicas de disputa interna e não podem ser encaixadas em um esquema fechado, que separe países em pró ou antiamericanos. O fato é que a geopolítica da Guerra Fria e a geopolítica do petróleo se entrelaçam ao darem os contornos da conjuntura econômica e as alianças estratégicas desses países.

Frente aos movimentos restritivos de importação de petróleo nos Estados Unidos em 1960, Irã, Venezuela, Kuwait, Arábia Saudita e Iraque fundam a OPEP. De acordo com Torres Filho (2007), os americanos haviam instituído cotas de importação com a finalidade de protegerem os produtores domésticos, assegurando-lhes o mercado e preços de mercado que cobrissem seus custos de produção. A constituição da OPEP sinaliza que os países produtores, em especial os do Oriente Médio, procuraram também assegurar uma forma de controle político sobre os níveis de oferta mundial de petróleo, fazendo frente aos movimentos restritivos do mercado americano. A presença de Arábia Saudita, Irã e Iraque juntos na nova organização é o

sinal de que regimes políticos com orientações políticas diversas são capazes de se articular em vista de um interesse comum. A indústria do petróleo nesses países passa a se organizar melhor e a desencadear avanços econômicos mais complexos.

Apesar do caráter autoritário e fechado do regime de Qasim no Iraque, seus laços com a URSS o deram a possibilidade de estabelecer um regime que favorecesse a mobilidade social, em especial para a classe média (MARR, 2012). Reformas urbanas e rurais foram postas em ação, acentuando a oposição das classes conservadoras ao seu regime. Ademais, Qasim inicia a nacionalização das reservas de petróleo do país e deixando para a ICP apenas o controle sobre 0,5% das reservas (POLK, 2005). O país, então, passa a contar com mais recursos advindos das receitas do petróleo. Esse movimento passa a constituir um ciclo virtuoso entre as medidas nacionalistas e o desenvolvimento econômico em países da região. A autonomia que os regimes políticos no Oriente Médio buscavam, no entanto, incitam a preocupação das superpotências.

Frente aos movimentos de união política entre Egito e Síria, RAU, os EUA decidem agir. Mesmo em período eleitoral, mandam tropas para o Líbano, enquanto a Inglaterra envia soldados à Jordânia. As pretensões ocidentais, no entanto, não se cumprem como o esperado. A guerra civil libanesa termina com um governo simpático ao pan-arabismo no poder e o reino da Arábia Saudita, reconhecido aliado ocidental na região, apresenta fricções no poder após uma tentativa falha de assassinato de Nasser a mando do rei Saud (WYNBRANDT, 2010). Em meio a essa conturbada conjuntura, o Iêmen, que também atravessa uma guerra civil, também decide se federar a RAU.

Em 1959, a URSS e o Egito anunciam o início das obras da Represa de Assuã, demonstrando maior afinidade entre soviéticos e egípcios. Contudo, as disputas entre o pan-arabismo e o comunismo começam a se tornar mais frequentes entre o ideário político árabe (DORAN, 1999). No Iraque, de acordo com Tareq (2008), a questão se tornava explícita, sendo o país área de disputa entre as duas ideologias supranacionais. Já em 1960, segundo Raouf (1984), o partido sírio Baath influencia a RAU para o socialismo. Iniciam-se estatizações de bancos, jornais e outras empresas estrangeiras. Nesse mesmo ano, o Egito publica seu primeiro plano econômico quinquenal. É o início de uma nova fase, de conflitos e afinidades entre o pan-arabismo e o comunismo, chamada de “socialismo árabe”, em que os Estados passam a ter um papel mais proeminentes em suas economias nacionais.

A RAU adota o slogan: “Liberdade, Socialismo, Unidade”. E em julho de 1961 o Egito lança o pacote de leis mais progressivo de sua história, de acordo com Goldschmidt (2008).

Inicia a regulamentação de vários setores, estatiza as indústrias têxteis, farmacêutica, tabagista, as empresas de frete, todos os bancos e as agências de seguros. É um golpe agudo nos interesses comerciais de EUA, França e Inglaterra no país. Restringe a renda individual, com taxação de 90% sobre as remunerações que ultrapassavam o teto estabelecido pelo governo. Implementa uma forte redistribuição de terras. O Egito assim passa a implementar um modelo econômico fortemente baseado no setor estatal.

A experiência, no entanto, não dura muito tempo, em setembro, a Síria decide romper com a RAU. Passando por problemas econômicos graves e sofrendo a ação quase imperialista da burocracia egípcia no país, os sírios se mostram descontentes com a federalização (SUNAYAMA, 2007). Segundo Goldschmidt (2008), o plano de unidade egípcia com os países ricos em petróleo, resposta para seus desafios econômicos internos, mostra-se como uma ilusão, e o Egito segue solitário ainda auto intitulado-se de República Árabe Unida.

Segundo Marsot (2007), em outubro daquele mesmo ano, como resposta à desintegração do federalismo árabe, Nasser propõe uma série de medidas no sentido de dar maior abertura política no país, criando a União Socialista Árabe, espécie de esfera consultiva, servindo de canal de diálogo entre a população e o governo. No entanto, essa tentativa mostra-se apenas como um apelo à opinião pública. Sem bases concretas, apresenta-se muito tímida, denotando o caráter autoritário do socialismo árabe.

De acordo com Doran (1999), durante esse período, o nasserismo enfrenta um momento delicado, não obtendo apoio dos demais países árabes. Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Líbano, Síria, Tunísia e Líbia, posicionavam-se contra o pan-arabismo. O mundo árabe percebe as pretensões de expansão de poder do líder egípcio e passam a buscar cada vez mais as vias nacionalistas. Nasser contava apenas com o frágil apoio da Argélia, que terminara de sair de sua guerra de independência. Em 1963, porém, uma série de golpes colocam o partido Baath no poder na Síria e no Iraque.

No Iraque, a tentativa de criação de uma unidade nacional apresenta fortes limitações históricas e estruturais ao passo que a postura autoritária de Qasim vai o isolando no poder. O ressurgimento da questão curda no norte do país, liderada por Barzani³⁷ vai também minando

³⁷ Barzani foi um dos principais líderes do movimento de independência curda, em especial por meio do Partido Democrático do Curdistão (KDP, na sigla inglesa). Barzani não hesitava em atuar em bases transnacionais, fazendo da questão curda um entrave para o estabelecimento de fronteiras seguras em Turquia, Iraque e Irã. O movimento curdo, por diversas vezes, teve apoio americano e israelense, que se aproveitavam da instabilidade transfronteiriça como forma de pressão política sobre regimes nacionais contrários a seus interesses.

suas bases de sustentação sobre as minorias. Os xiitas também se rebelam contra o ‘caráter marxista’ do regime, criando o Partido Islâmico, e iniciam franca oposição a Qasim (TAREQ, 2008).

Quando em 1961 termina o protetorado britânico sobre o Kuwait, Qasim dá seu último passo para o total isolamento, agora em bases regionais, tentando anexar o país recém independente ao Iraque. A oposição da Liga Árabe é imediata, assim como a da Inglaterra. Com a erosão de todos os pilares de seu regime, a iminência de um novo golpe surge com a organização mais coesa da oposição em torno dos militares e do partido Baath (RAOUF, 1984).

O partido Baath liderou o golpe de fevereiro de 1963, onde forças da oposição enfrentaram dois dias de confrontos com as tropas de Qasim, deixando centenas de mortos. Ao fim do combate, Qasim e seus partidários são levados a um tribunal militar e brutalmente assassinados, sendo seus corpos exibidos pela televisão estatal (MARR, 2012).

O partido Baath era uma instituição política muito ramificada e organizada, mas, no Iraque, de acordo com Tareq (2008), contava com quadros majoritariamente jovens e inexperientes politicamente. De fato, o golpe fora obra de militares descontentes com o regime anterior, que pragmaticamente se alinharam ao Baath para tomar o poder. O novo governo se forma dessa coalização entre os jovens do partido Baath e militares mais experientes, como Abd al-Salam Arif, liberto da prisão, que figura como primeiro-ministro. Segundo Maar (2012), apesar de concentrarem o poder em um comando revolucionário, os membros do Baath são pouco a pouco retirados do poder pelos militares.

O novo governo logo sofre com o crescimento da revolta curda liderada por Barzani, exigindo posições mais duras, geralmente tendo os militares à frente. Um outro golpe do Baath na Síria revive a ideia da união pan-arábica com o Egito. Nasser, no entanto, é contrário à nova federalização, não desejando dividir o poder com o partido Baath e confiante de que o Egito seria capaz de levar a cabo seu projeto de poder sem o auxílio de outros países (RAOUF, 1984). Com a hostilidade do governo egípcio, o governo iraquiano se aproxima dos sírios, levando ao aumento da oposição interna, que temia um controle dos sírios sobre o Iraque. Fricções dentro do partido e entre sírios e iraquianos abrem espaço para a tomada de poder completa por Arif. O primeiro regime do Baath no Iraque duraria apenas nove meses.

Arif elimina os partidários do Baath e adota um modelo de governo sob a filosofia nasserista (POLK, 2005). No entanto, estava mais preocupado com a resolução dos problemas internos para a partir daí buscar uma relação mais autônoma diante das potências estrangeiras.

Em termos econômicos, Arif estabeleceu um planejamento que desse auxílio ao setor privado e público, fazendo com que os investimentos voltassem ao país. Renegociou as concessões com a ICP, agradando aos ocidentais, mas renovou a compra de armas com os soviéticos já em 1964. A afirmação nacional iraquiana passava assim por uma barganha política mais explícita entre EUA e URSS, sem posicionar-se firmemente no contexto da Guerra Fria. Tal estratégia rendeu ao país renovados investimentos e foi capaz de dar novo dinamismo à economia.

A proximidade com Nasser logo iria se materializar em uma série de acordos, até que, em maio de 1964, um acordo militar é estabelecido. Em julho, passa a lei das nacionalizações, estatizando boa parte da indústria e do setor financeiro. Assegurou também o monopólio do Estado na importação de carros e gêneros de primeira necessidade. Com a economia em suas mãos, segundo Maar (2004), Arif passou a se afastar politicamente da união com Nasser, provando mais uma vez o pragmatismo estratégico da política iraquiana.

Em 1964, frente às contendas envolvendo a partição das águas do Jordão entre Israel e seus vizinhos, Nasser convoca uma reunião com todos os líderes árabes, que terminam por fundar a Organização para a Libertação da Palestina. O prestígio de Nasser se amplia na região e o líder egípcio passa a novamente buscar capitanear a questão palestina entre os árabes. Esse era o grande trunfo de Nasser frente às superpotências ao mesmo tempo em que, principalmente para os EUA, representava uma grande ameaça. Segundo Cook (2012), as relações entre o Egito e o Ocidente entram em um momento de congelamento. Há uma interrupção no comércio egípcio de trigo com os EUA. Um conjunto de incidentes militares e tensões populares antiamericanas reforçam a polarização no Oriente Médio, principalmente entre Egito e Israel. As posições de esquerda se fortalecem no Egito, e o caráter ditatorial do regime de Nasser esmaga qualquer oposição ao socialismo árabe, de acordo com Raouf (1984).

A partir de 1965, no Iraque, inicia-se uma nova etapa no governo Arif, em que a consolidação do poder lhe deu a possibilidade de mover o regime para a ala civil, evitando a militarização, que, segundo Polk (2005), recorrentemente havia trazido instabilidade política e a iminência de golpes. Assim, aponta Abd al-Rahman al-Bazzaz como primeiro-ministro e fica com o cargo de presidente. Bazzaz consegue apaziguar a questão curda e trabalha firmemente para estabelecer a unidade nacional. Arif parte em uma campanha por todo o país para afirmar a identidade iraquiana, quando em 13 de abril de 1966, indo de Qurna para Basra, o helicóptero em que viajava cai, ocasionando a morte do presidente.

Após uma eleição indireta entre os membros do Conselho de Segurança Nacional, o irmão de Arif, Abd al-Rahman Arif é eleito presidente. Os militares voltam a ter um papel central na política, levando à renúncia de Bazzaz, que é sucedido por Najji Talib. Não sendo capaz de lidar com o novo embate entre as forças políticas no país, Talib logo renunciaria também em 1967, ampliando o momento de instabilidade. Ao largo da sucessão de poder no Iraque, o partido Baath empreende mais um golpe na Síria, iniciando um governo abertamente anti-israelense, o que culminou com a deflagração da guerra de 1967, levando os países árabes a um novo e, de acordo com Marr (2012), indesejado conflito.

Em 1966, uma minoria alauíta chega ao poder na Síria e inicia forte oposição à Israel como forma de ganhar prestígio político entre os sunitas tradicionais. Criam o grupo paramilitar Fatah para atacar Israel a partir da fronteira da Jordânia. O novo governo sírio havia firmado um acordo militar com o Egito. Em abril de 1967, a Síria declara guerra a Israel, confiando no apoio egípcio. Segundo Ashton (2007), o conflito árabe-israelense de 1967 traz uma nova abordagem das superpotências em relação ao Oriente Médio, com posturas mais ‘ausentes’ por parte tanto de EUA como de URSS. Em especial os EUA, em um primeiro momento, não se opõem abertamente ao avanço israelense no conflito como havia feito em ocasiões anteriores.

Tanto Israel como o Egito não viam vantagens em um confronto aberto, pois passavam por momentos econômicos difíceis. Nasser posiciona tropas no Sinai, mas não tinha como bancar a guerra, já que suas melhores tropas estavam lutando na guerra de independência do Iêmen. Enfim, bloqueiam o golfo de Aqaba, impedindo o comércio de petróleo iraniano para Israel. Os americanos tentam intervir diplomaticamente, já que seu envolvimento na guerra do Vietnã o impedia de mandar tropas (ASHTON, 2007).

Apesar do discurso áspero de Nasser, suas tropas não se mobilizam. Já em Israel, um plano de guerra entra em ação em 5 de junho. Jatos israelenses voam abaixo dos radares árabes e atacam bases aéreas, destruindo quatro quintos da aviação militar de Egito, Síria e Iraque. Sem o apoio aéreo, o Egito não pode conter o avanço israelense, que tomou a faixa de Gaza e toda a península de Sinai. Em 8 de junho um cessar-fogo foi assinado por pressão da ONU. O exército egípcio está praticamente destruído e o país entra em forte crise econômica e política. Segundo Oren (2002), o conflito de junho de 1967 foi responsável por remodelar toda a política no Oriente Médio.

Reconhecendo a derrota, Nasser renuncia, mas o clamor popular o faz voltar atrás. De acordo com Goldschmidt Jr (2008), Nasser recebe apoio árabe-soviético ainda mais forte, e a

política dos três não (não reconhecimento de Israel, não negociação, não à paz com Israel) sustenta um período de guerra de desgaste contra Israel. Os conflitos se seguem entre os dois lados do Canal de Suez. O desenvolvimento, a partir de 1969, da Guerra de Desgaste leva a um esgotamento das forças de ambos os lados. Um acordo de paz é proposto pelo secretário de estado americano, William Rogers.

As negociações são tensas, na medida em que cresce a desconfiança dos países árabes em relação a Nasser. De acordo com Oren (2002), os países árabes temiam que ele fizesse um acordo bilateral com Israel que não contemplasse os demais interesses árabes. A OLP entra em constantes conflitos com a Jordânia, fazendo oposição ao apoio do rei Hussein ao plano Rogers. Nasser convoca, então, um encontro dos líderes árabes no Cairo, tentando reconciliar Hussein e Arafat. Ao fim do encontro, Nasser volta para casa, onde inesperadamente morre.

As consequências da guerra de 1967 não foram tão desastrosas para o Iraque quanto para o Egito. Mesmo mandando tropas para a frente jordaniana, devido à instável situação do país, o Iraque pouco se envolveu na guerra. Contudo, de acordo com Marr (2004), a humilhante derrota abalou politicamente o regime, elevando os sentimentos antiocidentais no país. As atenções se voltaram para as marcas mais evidentes da influência estrangeira no Iraque, a IPC e a política do governo em relação ao petróleo. O governo decide negociar com franceses e soviéticos a exploração das novas reservas do campo de Rumalia, causando fúria do consórcio da ICP. Todavia, mais um golpe militar iria colocar os planos do governo em espera.

Demasiadamente ligados aos interesses americanos, Arábia Saudita e Irã não se envolveram no conflito. Recebendo crescentes receitas de petróleo, tanto o rei Faisal como o xá Reza Pahlavi concentram seus esforços em planos de modernização para o país durante a década de 1960. Assim, entre os anos de 1955 e 1967, os países aqui em questão passam por transformações políticas internas importantes, acentuando por vezes as rivalidades regionais ao passo que se intensificam os processos de consolidação de suas soberanias nacionais. Nesse contexto, a geopolítica da Guerra Fria operou significativamente não apenas gerando alinhamentos políticos estéreis, mas sendo o substrato de onde os “Estados-economias nacionais” buscavam divisas para investimentos e mercados consumidores para o petróleo, cada vez mais, nacionalizado. Essa lógica, eminentemente geopolítica, foi capaz de articular projetos nacionais de desenvolvimento, ainda que frágeis, com desempenho econômico considerável.

Em 1967, dentre os países analisados, o Irã é o país que apresenta maior volume de PIB, atingindo cerca de US\$7,5 bilhões e tendo um crescimento econômico de cerca de 14,5%

nesse mesmo ano³⁸. Se comparados com o PIB brasileiro, por exemplo, os números da região se mostrariam quase inexpressivos no período, já que sob a mesma metodologia de cálculo, nosso PIB seria de cerca de US\$21 bilhões para o mesmo período. No entanto, os valores de PIB *per capita* de Irã, Iraque e Brasil são impressionantemente próximos durante a década de 1960, girando em torno de US\$250³⁹ denotando um nível de desenvolvimento econômico em tais países que pouco se assemelha a percepção ocidental de ‘atraso’ dos países islâmicos. O gráfico a seguir nos dá uma visão dos patamares de PIB *per capita* de Brasil, Irã e Iraque em 1965:

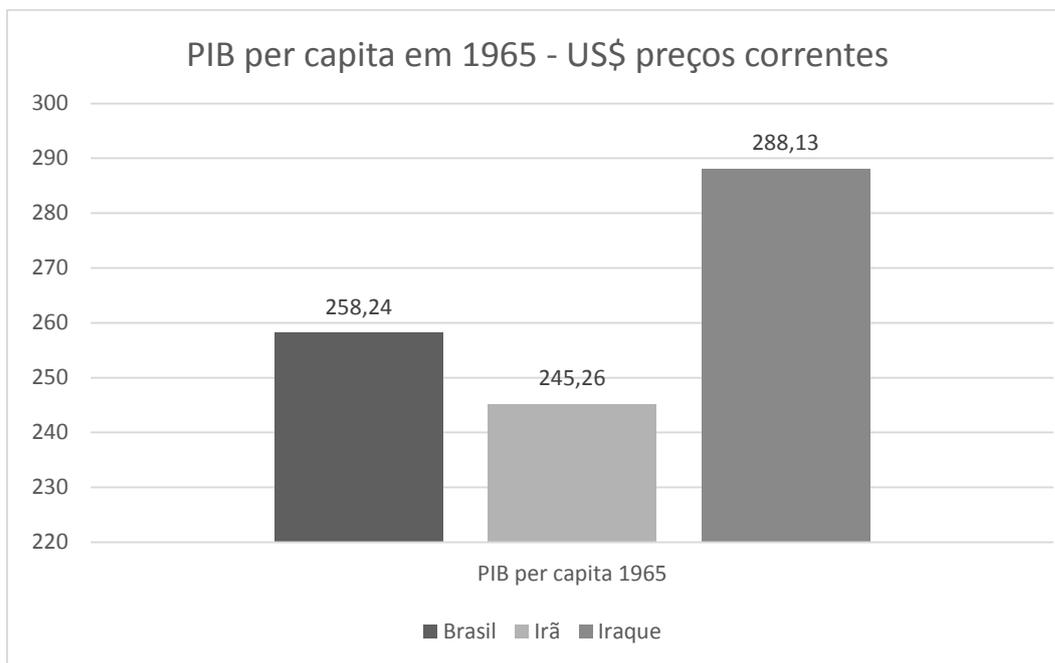


Gráfico 1: PIB per capita Brasil, Irã e Iraque em 1965 (US\$ preços correntes)⁴⁰

Esses “Estados-economias nacionais” estão em franca expansão no final da década de 1960 e apresentarão resultados econômicos mais robustos nas décadas seguintes. Dentro do contexto regional, diante da corrosão da liderança política de Nasser após a derrota para Israel, Arábia Saudita, Irã e, em especial o Iraque, buscaram melhores posições regionais a partir da

³⁸ Dados do Banco Mundial, World Development Indicators (WDI), disponíveis em <http://databank.worldbank.org/>. Os dados de PIB foram calculados com base na cotação atual da moeda, não ajustados pela inflação.

³⁹ Também com base em dados do Banco Mundial disponíveis em <http://goo.gl/4KP4ea>, sob a mesma metodologia de cálculo para os dados agregados do PIB.

⁴⁰ Mesma base de dados do Banco Mundial disponibilizada por Google Public Data Explorer. Detalhe para o dado referente ao PIB *per capita* do Iraque, referente ao ano de 1964.

década de 1970, quando o petróleo passa a ter mais e mais relevância nos destinos de seus “espaços de poder”.

3.5. *Détente e Disputa pela Herança Egípcia (1968 – 1978)*

O desfecho da guerra árabe-israelense de 1967 altera o equilíbrio de poder no Oriente Médio (OREN, 2002). Em um primeiro momento, o Iraque desponta como herdeiro do nacionalismo árabe (egípcio) por conta do domínio do partido Baath, mas logo mostra que seu governo está mais preocupado com questões internas do que em resgatar os projetos nasseristas. Arábia Saudita e Irã firmam suas posições em torno da exploração de petróleo, e a questão sionista traz novas fricções, em especial, entre Arábia Saudita e Estados Unidos.

No Irã, a Revolução Branca lançada em 1963 pelo xá Reza Pahlavi passa a assumir novos compromissos, ampliando sua legitimidade interna, enquanto os recursos do petróleo fluem com mais intensidade no país. De acordo com Pahlavi (1979), em 1968, ocorre a nacionalização dos recursos hídricos do país, o lançamento de um plano nacional de urbanismo, direcionada aos maiores centros urbanos, e uma reforma administrativa, ligada a uma reforma educacional. O país, que passa por tantas transformações em suas estruturas internas, prefere adotar uma política regional de baixo perfil durante esse período, mantendo seu alinhamento frente aos Estados Unidos, garantido pelo comércio petrolífero (BAKHASH, 2004).

O partido Baath conquista novamente o poder no Iraque em 1968 e, a fim de não cometer os mesmos erros do passado, busca desde o início de seu regime consolidar suas frágeis bases do partido no país. O perfil civil e jovem do partido vai ser contornado pela liderança de Ahmed Hasan al-Bakr⁴¹, que se torna presidente e primeiro-ministro. Ao seu lado, como vice, surge a figura de Saddam Hussein, um jovem ávido por crescimento no partido e que irá liderar o movimento de consolidação do Baath por meio de um regime de terror (POLK, 2005).

O partido procura se alastrar pelos cargos públicos e militares, eliminando qualquer dissidência ao regime. Membros do antigo governo foram presos e houve grande perseguição àqueles ligados ao Ocidente, fossem representantes do Estado fossem vinculados a grandes empresas. De acordo com Marr (2012), a criação do Conselho do Comando Revolucionário, reduziu também a penetração de militares anti-Baath no governo. Até 1970, a principal praça de Bagdá já havia assistido ao enforcamento de centenas de “conspiradores”, inclusive

⁴¹ Hasan al-Bakr foi militar e expoente da política iraquiana desde a queda da monarquia em 1958. Assume a presidência em 1968 como membro do partido Baath e insere o Iraque em um novo período de busca de autonomia externa e crescimento econômico, opondo-se ao imperialismo americano-sionista e girando em torno da URSS.

membros do Partido Comunista (TAREQ, 2008). As relações com o Irã logo se deterioraram bastante, havendo várias suspeitas de que um golpe contra o Baath seria orquestrado através da fronteira, principalmente pela relação próxima do xá com os americanos, israelenses e curdos.

Todavia, apesar da forte repressão aos opositores, em 1970, o regime aprova uma nova constituição instituindo uma república popular democrática. Assim, reconhecia a nacionalidade curda, sem contudo admitir a separação territorial. Definia a propriedade estatal dos recursos naturais, educação e saúde universais e gratuitas, avanços para qualquer país dito ‘periférico’ naquele então. De acordo com Polk (2005), a purga que passava os órgãos do governo e do próprio partido foi assegurando mais e mais o caráter personalista do regime, concentrando o poder quase exclusivamente nas mãos de Bakr e Hussein. A concentração de poder interno, no entanto, contrastava com o cenário internacional, que não se mostrava favorável ao novo regime iraquiano.

Em 1969, com a saída da Inglaterra do Golfo Pérsico, criaram-se novos e frágeis países na região, como o Barein, o Catar e os Emirados Árabes Unidos. Nesse mesmo ano, a Doutrina Nixon se inicia, oferecendo suporte financeiro e militar aos países que se colocassem como capazes de garantir a segurança e a paz regionalmente, na contenção de possíveis aliados do comunismo soviético. Segundo Torres Filho (2007), o Irã logo desponta como o principal aliado americano na região, recebendo farta ajuda financeira e militar dos EUA. As hostilidades entre os dois países se tornam explícitas com a incitação iraniana à questão curda na fronteira norte, patrocinando grupos separatistas em território iraquiano, e com a controvérsia em torno da navegabilidade do rio Chatt al-Arab, ao sul, que serve como fronteira entre os dois países.

A situação de deterioração do regime egípcio se agrava com a morte de Nasser. Nasser era diabético e já havia sofrido um ataque cardíaco em 1969, mas sua morte em 1970 foi um choque para o povo egípcio. Nasser deixa um grande legado político para o Egito, sendo o país respeitado como líder entre os países árabes. No entanto, a economia egípcia não apresentava um perfil tão positivo, já que sofreu bastante com os constantes movimentos estratégicos dos EUA em barrar o fortalecimento econômico do regime nasserista. O vice, Anwar Sadat, assume a presidência sob pressão dos nasseristas, que, segundo Doran (2004), o consideravam politicamente frágil. Logo Sadat toma controle de todo o exército e passa a operar reformas a fim de dismantelar os eixos de resistência ao seu mando ainda ligados ao seu predecessor, libertando presos políticos e ampliando as liberdades políticas e econômicas no país.

Anwar Sadat inicialmente não se afasta do bloco soviético, mas busca ampliar os laços com o Ocidente. O levante comunista no Sudão em 1971, de acordo com Goldschmidt Jr (2008), levou Sadat a adotar uma política de maior precaução e independência em relação ao Kremlin. O movimento pró-ocidental do presidente egípcio causa uma série de controvérsias com os soviéticos. Inicialmente a URSS se recusa a fornecer seus arsenais mais modernos ao Egito, enquanto o disponibilizam à Índia, em seu confronto com o Paquistão (S.I.P.R.I, 1976). A pressão soviética por mais bases militares em solo egípcio se amplia, mas Sadat a nega. Uma possível federalização entre a Líbia e o Egito preocupa os soviéticos, e a relação entre a superpotência e o Egito entra em franco desgaste no início da década de 1970.

A maior ligação com o Ocidente se traduz rapidamente em uma demanda direta por armas dos países da Europa Ocidental. No entanto, o atentado à delegação israelense nas Olimpíadas de Munique em 1972⁴², fez crescer o sentimento anti-árabe internacionalmente, dificultando quaisquer negociações militares. Sadat, então, reata com os soviéticos e, em 1973, recebe apoio militar total, passando a liberar suas novas inovações militares aos egípcios. Nesse momento, ressurgem o interesse egípcio em retomar a península do Sinai, como forma de recuperar o prestígio regional perdido.

Em outubro de 1973, Síria e Egito lançam um ataque surpresa a Israel. Foi um ataque desesperado de Sadat. Ao país havia sido negado o comércio de grãos com os EUA, que não aceitavam a moeda egípcia. A ausência de dólares, escassamente provenientes apenas do turismo e dos pedágios no Canal de Suez, chegara ao seu limite, com o estado de nem guerra nem paz com Israel, que levou ao fechamento do Canal desde 1967. A perda de Sinai e o fechamento do canal de Suez representavam os dois maiores entraves econômicos do Egito. O Sinai é a região mais rica em petróleo do país, e mesmo assim possui poucas reservas em comparação com os demais Estados árabes. O fechamento de Suez representa a restrição ao acesso a divisas estrangeiras, fator que sufoca as importações egípcias, tão necessárias em uma economia subdesenvolvida e carente de industrialização. O país precisava voltar a ter paz e retomar o Sinai, ainda mais porque já havia planos israelenses para novos assentamentos. Cook (2012, p. 131, tradução nossa) argumenta que Sadat, “(...) incapaz de levar Estados Unidos e

⁴² O massacre de Munique reverberou pessimamente aos países árabes já que foi orquestrado por um grupo palestino, o Setembro Negro, que tinha ligações com a OLP, organização apoiada por governos como Arábia Saudita e Egito. Já desde esse momento, o tema do terrorismo abalava as relações entre o Ocidente e o Oriente Médio.

Israel a um esforço significativo para resolver a situação das ocupações israelenses, envia seu exército para a batalha.”.

O ataque de 6 de outubro, liderado por Egito e Síria, ao Sinai e às Colinas de Golan respectivamente foi estrategicamente planejado para surpreender os israelenses, pois tratava-se do dia do Yom Kippur⁴³. Para os islâmicos, o mesmo dia simbolizava também a data do primeiro ataque de Maomé aos pagãos de Meca, e servia como uma data para levantar a moral árabe (RAOUF, 1984). No entanto, a superioridade militar israelense era evidente e a derrota árabe praticamente certa.

Assim, apesar do avanço árabe surpresa, as tropas israelenses logo rechaçaram o ataque e avançaram em direção ao Cairo e a Damasco. As superpotências urgem por um cessar-fogo que não prejudicasse suas políticas no Oriente Médio. Henry Kissinger⁴⁴ e Andrey Gromyko, respectivamente representantes internacionais de EUA e URSS, encontram-se em Moscou e submetem um cessar-fogo ao Conselho de Segurança da ONU. O Egito sofre mais um revés militar e as negociações da paz o encaminham a um novo alinhamento junto aos Estados Unidos (DORAN, 2004). A conjuntura regional dos anos 1970, assim, demonstrou a ampliação da presença americana na região, com alianças mais consolidadas com Arábia Saudita, Egito e Irã. O Iraque, isolado em seu projeto nacionalista, busca ocupar o vácuo de poder deixado pelos egípcios.

O apoio americano e inglês à Arábia Saudita e o caráter conservador dos novos reinados do Golfo relegaram ao regime do Baath no Iraque um sentimento de isolamento total na região. A insegurança volta o regime iraquiano para o bloco soviético, selando um acordo de amizade em 1972, sobretudo para a importação de armas soviéticas (S.I.P.R.I, 1976). As animosidades regionais se exacerbam com os conflitos com o Kuwait em relação às ilhas Warba e Bubiyan. O Iraque demandava o controle sobre as ilhas ou parte delas para a ampliação do porto de Umm Qasr, escoadouro da produção nacional de petróleo. As negociações falham e, em 20 de março de 1973, o Iraque ataca o Kuwait em uma ação quase desesperada, que logo é mediada pela Arábia Saudita e pela Liga Árabe, que partem em favor do Kuwait. Segundo Marr (2012), a rápida escalada da questão curda serviu para isolar ainda mais o regime do Baath. O

⁴³ Data sagrada para os judeus que o consideram como o Dia do Perdão. É dia de jejum e oração para todos os judeus.

⁴⁴ É importante lembrar que Henry Kissinger é um judeu americano, fato que gerava enorme desconforto entre os países árabes, inclusive em parceiros tradicionais como a Arábia Saudita, onde o rei Faisal sempre externou opiniões antissionistas e via com preocupação a ação de Kissinger nas negociações no Oriente Médio (WYNBRANDT, 2010).

fracasso Egípcio na guerra de 1973 e o isolamento do Iraque fortalecem as posições sionistas e geram reações inesperadas de atores tradicionais da região.

Diante do avanço do movimento sionista na região, a OPEP, em 1973, aciona a “bomba de petróleo” (TORRES FILHO, 2007), restringindo quantitativamente a oferta mundial, elevando as tensões entre os países produtores (OPEP) e os consumidores, em especial os Estados Unidos. Segundo o autor, o movimento fora encabeçado pelo governo saudita, que buscava dissuadir o apoio americano a Israel. De acordo com Eilts (2004), quando o conflito militar entre árabes e israelenses de 1973 se inicia, os EUA buscam o apoio saudita a fim de que utilizem sua influência entre os países árabes para forçar o término do ataque. No entanto, a Arábia Saudita preocupava-se com o avanço do território israelense ainda dos conflitos de 1967. Quando Nixon anuncia um apoio de 2 bilhões de dólares a Israel para enfrentar o ataque árabe, a Arábia Saudita decide agir por meio da OPEP.

No dia 19 de outubro de 1973, a Arábia Saudita consegue o apoio dos demais países árabes na OPEP para restringir a oferta de petróleo aos Estados Unidos e outros países ocidentais que haviam apoiado Israel no conflito árabe-israelense. O choque do petróleo causa abalos no Ocidente, que havia baseado boa parte de suas economias no petróleo barato que vinha do Oriente Médio, de parceiros, antes, considerados estáveis e confiáveis. Os preços internacionais de petróleo e gás triplicam, mas o embargo é encerrado em 1974, em uma reviravolta da política externa saudita, que resolve reatar seus laços com os americanos. De acordo com Bowen (2008), a visita de Nixon ao país, a primeira de um presidente americano, reestabelece as relações e demonstra uma vitória dos sauditas ao conseguirem que 60% das receitas petrolíferas ficassem com a Aramco, desfazendo o padrão regional de repartição igualitária das receitas (50/50). O movimento de embargo do petróleo demonstrou também as fricções entre a direção da OPEP, e seu desfecho revelou a prevalência do interesse saudita.

Segundo Torres Filho (2007), a direção dos movimentos da OPEP, como o desfecho do embargo de 1973 revelaram, não era inteiramente coesa. De um lado, o Irã, tendo em vista o projeto modernizador de Pahlavi, almejava o maior preço de petróleo possível no curto prazo. Do outro lado, a Arábia Saudita, avessa às modernizações, preocupava-se com as ameaças externas em casos de elevações agudas do preço por influência da organização. O movimento saudita de restrição da oferta serviu para que seus negócios nacionais tomassem um novo patamar, reforçando suas receitas de longo prazo após o novo acordo com a Aramco. No curto prazo, porém, serviu para turbinar as receitas dos demais produtores regionais, abrindo o precedente para que eles também pudessem negociar novas partilhas das receitas futuramente.

A partir de 1973 as economias petrolíferas passarão por um franco processo de crescimento dada a quase ilimitada oferta de divisas advindas dos preços crescentes do mercado internacional de petróleo.

É verdade que, de um lado, o choque de 1973 auxiliou o projeto do Irã de modernização (Revolução Branca), que por sua vez ampliou as contradições internas desse processo de choque entre a tradição e a modernidade na sociedade iraniana. De outro lado, a frágil economia iraniana se modernizava a passos largos e deficiências estruturais tornaram-se mais evidentes. Segundo Axworthy (2008), os gargalos de oferta no mercado de bens e de trabalho enfraqueciam a popularidade do governo. O país tinha dificuldades na formação de mão de obra qualificada para os setores mais dinâmicos da economia, apesar dos avanços no sistema educacional. Ademais, os setores tradicionalistas do país, em especial o “clero” xiita, era avesso aos caminhos de aproximação com o Ocidente que o regime do xá trilhava (CHENAL, 1980). Em verdade, o aumento das receitas do petróleo não se destinava apenas às reformas econômicas. O governo estava cada vez mais preocupado com os gastos militares para a sustentação interna do xá e para reforçar a segurança das fronteiras, devido à escalada de tensões com o Iraque. De acordo com Abrahamian (1982), esses fatores enfraqueciam a popularidade do regime iraniano.

De acordo com Doran (2004), a situação no Egito após o conflito de 1973 é delicada e aponta para uma maior aproximação com o bloco ocidental. Apesar do fracasso militar, já que Israel continuava ocupando o Sinai e as Colinas de Golan, os egípcios ganharam o apoio saudita e iraniano, que por meio da OPEP, dão o primeiro choque do petróleo como resposta ao novo expansionismo israelense. Segundo Goldschmidt Jr (2008), as demandas árabes eram o retorno de Israel a suas fronteiras anteriores à 1967 e o direito do povo palestino à autodeterminação. O conflito, então, passa a ter proporções mundiais. Kissinger vai ao Oriente Médio negociar a paz, e seu encontro com Sadat é amigável. Após rodadas de negociações envolvendo os diversos países, Nixon vai ao Egito e reabre as relações diplomáticas entre os países, que haviam sido encerradas em 1967.

A reaproximação com os EUA inicia uma política interna liberalizante, a *al-infithah*. De acordo com Doran (2004), tal política representou a retomada do capitalismo no país, atraindo os petrodólares da bonança advinda do choque do petróleo. A perspectiva de crescimento econômico fez com que os egípcios olhassem com ressentimento as antigas políticas de Nasser. O capital estrangeiro começa a retornar ao país, que passa por um *boom* no setor de construção civil. Para se ter uma ideia o volume de ajuda externa recebida pelo país

em 1972 era de US\$778,52 milhões. Já em 1975, com a reorientação da política externa egípcia em torno dos EUA, o número salta para US\$9,9 bilhões⁴⁵. A economia egípcia assim retoma certo dinamismo, mas, não possuindo grandes reservas de petróleo, passa a crescer menos do que os demais países da região, que passam por processos de crescimento econômico acentuado.

O quadro inteiramente hostil ao regime do Baath no Iraque começa a se alterar ainda em 1972 com o início do processo de nacionalização do petróleo. O boicote de produção da IPC, produzindo muito abaixo de sua capacidade real, tinha como alvo o enfraquecimento do novo regime. De acordo com Marr (2012), a solução encontrada pelo governo foi a nacionalização. Em primeiro de junho de 1972, a Lei Pública 69 nacionaliza a IPC. No entanto, apenas em outubro de 1973, após a resolução de todos os impedimentos legais, o consórcio estrangeiro estava nas mãos do governo iraquiano.

Polk (2005) argumenta que nacionalização do petróleo transforma o isolamento internacional do Iraque em autonomia, ampliando as receitas do Estado e, conseqüentemente, suas possibilidades de empreender projetos de desenvolvimento nacional. Coincidentemente, a nacionalização ocorre no mesmo período do primeiro choque do petróleo, acelerando ainda mais o processo de crescimento econômico no Iraque.

A bonança do petróleo se traduziu na constituição de um governo mais firme e presente na economia, direcionado a uma maior distribuição de renda e à construção de um complexo industrial-militar. O crescimento do PIB *per capita* no país em 1974 foi de impressionantes 12,41%, que, apenas como forma de parâmetro, foi maior do que a estatística brasileira, 11,31%, em 1973, auge do nosso “milagre econômico”⁴⁶. Segundo Marr (2012), todas essas ações visavam a consolidação do regime do Baath, que internacionalmente se traduzia na maior autonomia, gerando a possibilidade de expansão de poder regionalmente. De acordo com Marr (2004), o maior objetivo do crescimento iraquiano era a busca por uma economia autônoma e diversificada, que tivesse a capacidade de negociar com as potências regionais e internacionais em igualdade de termos, superando o passado de dominação estrangeira. Assim se percebem claramente como as relações geopolíticas influenciaram fortemente a consecução de um projeto de desenvolvimento nacional no Iraque.

⁴⁵ Dados do Banco Mundial, considerando doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE. Fluxo de ajuda em dólares constantes.

⁴⁶ Dados do Banco Mundial, tomando-se a variação anual.

A primeira iniciativa do governo foi ampliar a reforma agrária. De acordo com Marr (2012), entre 1958 e 1973 o percentual de grandes propriedades de terra cai de 70% para 18%. A instituição de fazendas coletivas de capital intensivo foi uma das iniciativas, que visava também relativizar o poder tribal e fortalecer o poder central. De acordo com Marr (2012, p.162, tradução nossa), o crescimento da indústria se concentrou na indústria pesada, principalmente de “ferro-esponja e aço em Zubair, uma companhia siderúrgica na mesma área, uma empresa de alumínio em Nasiriyya e um gigantesco polo petroquímico na região de Basra-Rumailia”. Indústrias leves também se instalaram no país, como montadoras de carros, eletrodomésticos, pneus e papel. Houve uma sensível melhora da infraestrutura de transportes. Os direitos constitucionais de educação e saúde universais são pouco a pouco conquistados, formando uma nova classe média urbana. De acordo com Owen & Pamuk (1998), em 1977, o país finalmente perde seu caráter eminentemente rural e observa um crescimento significativo do setor de serviços.

Em 1974, Saddam Hussein pessoalmente inicia o desenvolvimento de um programa secreto de armas de destruição em massa, contando com armas nucleares, químicas e, posteriormente, biológicas. Um acordo com a França é celebrado para a compra de um reator nuclear. A França era o principal elo de ligação do regime iraquiano com o Ocidente, principalmente no comércio de material bélico. De acordo com Marr (2012), o Estado de Israel, no entanto, sempre boicotou o projeto nuclear iraquiano, inclusive destruindo, em 1979, os reatores que saíam da França. Saddam Hussein, assim, jamais pôde dar início ao projeto de possuir armamento nuclear.

A partir de 1975, com a resolução temporária da questão curda e da navegabilidade do Chatt al-Arab, a paz com o Irã é restabelecida. Nesse mesmo ano, o xá inicia mais uma etapa de sua Revolução Branca, dando prosseguimento à política de repartição dos lucros das grandes empresas e iniciando um programa de combate à inflação, resultado dos vultosos recursos advindos do petróleo após o choque de 1973. Ademais, de acordo com Pahlavi (1979), o xá empreende uma generalização da seguridade social e da educação pública gratuita. Segundo, Axworthy (2008), as boas relações fronteiriças entre Iraque e Irã são reflexo da bonança fiscal dos dois Estados. As relações entre Iraque e Arábia Saudita melhoram significativamente também, inclusive com a demarcação de uma zona neutra⁴⁷ na fronteira entre os países, afetando

⁴⁷ Tal zona neutra foi demarcada com o auxílio dos Estados Unidos e da Inglaterra e estava assentada sobre imensas reservas de petróleo. A solução definitiva das fronteiras se deram em 1983, também sob a supervisão americana e atendeu aos interesses de suprimentos energéticos da potência na região (WYNBRANDT, 2010). O breve Estudo Internacional de Fronteiras de apenas 9 páginas do Departamento de Estado dos EUA, confeccionado em 1970

positivamente também as relações com o Kuwait. O *boom* econômico faz com que o Iraque tenha mais contato comercial com o Ocidente. Assim, o Iraque passa, pouco a pouco, a ter uma posição de prestígio na região.

Em 1976, é formada a Organização do Golfo para o Desenvolvimento do Egito e, em 1977, inicia-se a construção do oleoduto Sumed, uma alternativa ao Canal de Suez para o transporte de petróleo. Segundo El-Naggar (2009), a bonança egípcia, no entanto, favorece a poucos, e a desigualdade social se amplia drasticamente. Pressões inflacionistas ganham força, ao passo que os ativos financeiros e financiamentos tornam-se impagáveis, dada a política de altos juros. O FMI tenta intervir pondo fim à política de subsídios governamentais ao consumo de bens de primeira necessidade, o que acaba levando a revoltas populares e o retorno aos subsídios (HOPWOOD, 1993). A situação econômica se deteriora, enquanto o país busca uma saída pacífica para a questão com Israel.

De acordo com Doran (2004), a aproximação com o ocidente leva o Egito a adotar uma política externa mais centrada em si e menos preocupada com sua identidade árabe. A intervenção egípcia contra as rebeliões no Omã, auxiliando os interesses americanos, faz a URSS cancelar sua ajuda militar, e coloca o Egito ainda mais à margem das ofensivas árabe-israelenses, desde então lideradas pela OLP. Em 1977, Sadat vai à Jerusalém, repercutindo negativamente no mundo árabe, pois sua visita significava o reconhecimento do Estado de Israel. Segundo El Mahdi & Marfleet (2009), Sadat passa a ser hostilizado por islâmicos dentro e fora do Egito depois de sua visita a Israel.

Assim, percebemos que a década de 1970 apresentou intensas reviravoltas políticas no Oriente Médio, especialmente com a decadência do prestígio regional do Egito e a ascensão iraquiana. A ação de Arábia Saudita e Irã por meio da OPEP também revolucionou o mercado de petróleo, desfazendo a conjuntura de estabilidade e iniciando um período de caos. Segundo Torres Filho (2007), contratos passariam a ser renegociados, ampliando a barganha com as potências. O maior controle nacional sobre as reservas em Arábia Saudita, Irã e Iraque encharca tais Estados em receitas petrolíferas. Nesse sentido, a maior conexão com o mercado internacional de petróleo era central para a manutenção de seus projetos de soberania.

Em linhas gerais, o maior alinhamento dos países aqui estudados com os Estados Unidos, fruto já da *détente* na Guerra Fria, gerou um amplo processo de crescimento

econômico, não apenas para os produtores de petróleo. A geopolítica do petróleo é o nexos que interliga tais economias durante esse período e garante uma década de intenso crescimento. Todavia, o ano final da década catalisaria todas essas transformações e as potencializaria, lançando a região e os regimes políticos aqui analisados em novos e imprevisíveis cenários.

3.6. 1979 e os Novos Contornos das Disputas de Poder

Segundo Lesch (2001), o ano de 1979 é um ano central de redefinições políticas e econômicas para Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. O Oriente Médio como um todo passa por transformações profundas em que novos regimes sobem ao poder, antigos líderes regionais perdem suas posições tradicionais e a Guerra Fria, que parecia ter perdido sua força nos anos anteriores, retorna com amplo vigor para a região. O ponto de partida desse ano fatídico para a região é a Revolução Islâmica no Irã em fevereiro.

Em 1979, diferentes setores de oposição ao regime de Pahlavi se unem para o tirar do poder. De acordo com Abrahamian (1982), a Revolução Islâmica teve caráter eminentemente social e econômico para além de sua faceta religiosa; agregou facções tradicionalistas contrárias aos movimentos modernizadores e pró-ocidente do governo e os movimentos comunistas, em particular, o partido Tudeh. Segundo Pahlavi (1979), dá-se assim a união entre o negro, cor das vestimentas dos líderes xiitas, com o vermelho do movimento comunista. Nesse sentido, Pahlavi (1979) apresenta uma visão peculiar acerca dos acontecimentos no Irã naquele ano, pois é um livro escrito pelo próprio Reza Pahlavi, ainda com os ânimos exaltados, em seu “exílio” em Paris.

De toda forma, diante do fracasso do projeto desenvolvimentista do xá, em meio a constantes demonstrações públicas contra a situação econômica do país e a severa repressão política, o então exilado aiatolá Khomeini retorna a Teerã para ser aclamado como líder religioso supremo do Irã. O país se transforma oficialmente em uma república islâmica xiita. O caráter antiocidental e antiamericano da revolução se tornam claros após o famoso incidente da invasão da embaixada americana em Teerã em 1979.

Khomeini, ainda em 1979, forma o Partido Islâmico Republicano e o primeiro esboço de constituição. Estabelece-se a Assembleia dos Peritos e o Conselho dos Guardiães, constituindo a supremacia do poder religioso na República Islâmica do Irã. Desde então, segundo Axworthy (2008), muitos dos intentos modernizantes da Era Pahlavi foram reorientados, como a renovação da obrigatoriedade do uso do véu pelas mulheres. Não somente

isso, as antigas alianças do xá com EUA e Israel são diametralmente revertidas. Economicamente, o país cresce fortemente até 1975, quando as frágeis estruturas da economia iraniana demonstram não suportarem o rápido ciclo econômico. A dívida pública dispara assim como a inflação. Segundo Abrahamian (1982), a desigualdade social é perceptível pela disseminação da pobreza em grandes cidades como Teerã, onde bairros de apartamentos e casas sofisticadas contrastam com casebres insalubres na periferia. O novo governo busca afastar toda e qualquer influência ocidental, vista como sinônimo da exploração das riquezas nacionais e da formação do fosso social iraniano durante a década de 1970.

As reformas liberalizantes do governo Sadat aliadas com a derrota em 1973 levaram os demais países árabes a não mais enxergarem a antiga posição de liderança política do Egito em meio aos árabes. Segundo Cook (2012), o acordo de Camp David entre Israel, Síria e Egito, assinado em março de 1979, sela o fim da liderança egípcia entre os países árabes, abrindo espaço para a projeção iraquiana na região. Em 1979, o Egito é expulso da Liga Árabe em um encontro sediado, não por acaso, em Bagdá.

O fim da década de 1970 representa o despontar de Saddam Hussein como líder do Iraque. Segundo Tareq (2008), sua figura é cultuada pelo partido internamente e vista internacionalmente como responsável pela nova fase de projeção do Iraque. A esse ponto, a oposição interna encontrava-se totalmente desmantelada, com liberais desorganizados, comunistas sendo executados e os curdos com seu líder Barzani exilado. De acordo com Marr (2012), apenas uma questão preocupava o regime do Baath, a nova ascensão dos xiitas, inspirados pela revolução iraniana. O aiatolá Khomeini havia se exilado em Najaf, na região centro-sul do Iraque, por 13 anos, influenciando por demais os xiitas dessa região. Indo para o exílio em Paris, deixou um líder local, Baqir al-Sadr, que foi responsável por agitações no Iraque após a revolução no Irã. O perfil linha dura de Saddam frente às manifestações xiitas o fez ganhar popularidade no partido em contrapartida da posição de diálogo de Bakr. De acordo com Polk (2005), seria essa a escada de ascensão de Saddam ao poder, o estabelecimento dos xiitas como inimigos do Estado iraquiano e dos países árabes.

A transição de poder entre Bakr e Saddam foi a primeira pacífica em mais de uma década. A renúncia de Bakr, no entanto, não representava o desejo unânime daqueles ligados ao poder, e, apesar da aparente tranquilidade da transição, o partido Baath não era em suas bases um partido monolítico. A solução encontrada por Saddam foi expandir a distribuição de cargos-chave entre seus familiares, prática já recorrente desde a revolução. Marr (2012) argumenta que o partido passa a ser controlado por pessoas ligadas a Saddam. Assim, a autoridade não seria

mais repartida dentro do partido e sim concentrada em sua pessoa. Vatikiotis (1997) acredita que a revolução no Irã certamente acelerou o processo de transição entre Bakr e Saddam, e o clima de tensão entre os dois países, que escalaria rumo à guerra, seria o fator determinante de todo seu governo. A oposição à ascensão de Saddam viria principalmente da Síria, de onde uma tentativa de golpe havia sido descoberta. Como era prática do regime iraquiano, os líderes foram presos e executados. O novo governo estabelece uma fachada democrática com a restauração da assembleia nacional, mas a fonte do poder estava realmente em Saddam e sua família.

A revolução iraniana balançou os regimes da região do Golfo Pérsico, o medo de uma nova hegemonia persa logo orientou a política iraquiana para uma ação reativa frente às turbulências no país vizinho. De acordo com Marr (2012), o regime de Saddam logo constrói um discurso de que, desde de 1920, o Irã, estrategicamente, vinha cercado o território “árabe”. A absorção do território do Cuzistão em 1925; a incorporação das águas em torno de Khorramshahr em 1937 e a questão em torno do Chatt al-Arab em 1975 são exemplos da expansão iraniana sobre o Iraque e o ‘povo árabe’. A explosão da revolução iraniana em 1979 trouxe novos problemas territoriais no norte, com o reaquecimento da questão curda, e no sul, com a exacerbação do xiismo político, ambos ameaçando o poder central iraquiano.

Com o início das conturbações no Irã, a fronteira norte do país deixa de ser policiada pelo xá, abrindo espaço para a livre circulação dos curdos, que se rearticulam em torno do Partido Democrático Curdistão e dão apoio a Khomeini, demandando a queda do governo de Bagdá. Marr (2004) argumenta que, mais grave ainda era o problema com os xiitas, já que o apelo a uma revolução islâmica no Iraque era forte e o passado do aiatolá Khomeini no país deixara seguidores fiéis a essa bandeira.

Do ponto de vista estratégico, Saddam via grandes possibilidades com a guerra com o Irã. A possibilidade de anexação do território inimigo e da formação de uma grande potência no Golfo o atraía imensamente. Marr (2004) observa que as conjunturas nacional e internacional estavam a seu favor, já que contava com as sofisticadas armas soviéticas, o desenvolvimento interno de armas de destruição em massa e da frágil relação dos EUA com o Irã, em decorrência do incidente com a embaixada americana em Teerã. Desde junho de 1979 as relações entre Iraque e URSS estavam congeladas, chegando ao seu pior momento com a invasão ao Afeganistão. Em fevereiro de 1980, o Iraque capitaneia a Carta Árabe, sendo o porta voz dos países árabes pela paz na região, contra o domínio estrangeiro, contra a revolução no Irã e contra Israel. Ainda de acordo com Marr (2004), pode-se afirmar que a partir de então se inicia um

movimento de ‘pragmatismo independente’ na política externa iraquiana, que dava ao regime de Saddam a sustentação político-ideológica contra o governo revolucionário no Irã.

Em 1980, Saddam, então, decide revogar o tratado de 1975 sobre a divisão da navegabilidade do Chatt al-Arab, declarando fazer parte integralmente do território iraquiano. O governo revolucionário iraniano obviamente protesta, mas como o clima de guerra já estava montado, compreenderam assim, que a atitude de Saddam era de fato uma declaração de guerra. O Irã ataca alvos civis na fronteira, principalmente instalações industriais ligadas ao petróleo, enquanto o Iraque adentra o território iraniano com um ataque aéreo que destruiu dez bases aéreas inimigas. O Iraque avança, mas, não desejando prolongar o conflito, declara um cessar-fogo, imaginando que os iranianos iriam aceita-lo, o que não ocorre.

Segundo Marr (2012), esse momento representa o ápice do regime iraquiano em termos de prestígio regional em meio aos países árabes. A eclosão da revolução iraniana ascende o sentimento anti-ocidental e pró-árabe no Oriente Médio. No Egito, de acordo com El-Naggar (2009), apesar da maior abertura democrática, mais e mais jovens se filiam a movimentos extremistas islâmicos, corroendo as bases de sustentação do governo Sadat. Em 5 de setembro de 1981, Sadat, em cadeia nacional, anuncia a prisão de mais de 1500 líderes políticos e religiosos, causando verdadeira fúria na população. Em 6 de outubro, durante uma parada militar, Sadat é assassinado por um tenente que participava da parada e era ligado ao movimento radical islâmico no país. Segundo Doran (2004), é a derrocada do movimento nacionalista egípcio, que já estava bastante fragilizado desde a subida de Sadat ao poder. Assim, o avanço iraquiano sobre o Irã em 1981 significava que o regime de Saddam se tornara o bastião árabe na região, enfrentando o radicalismo islâmico e o expansionismo persa (iraniano).

Em junho de 1982, depois de uma forte contraofensiva iraniana, o Iraque declara sua retirada para as fronteiras originais antes do conflito, alegando ter atingido seu objetivo de destruir o aparato militar inimigo. Marr (2012) argumenta que, em verdade, Saddam percebia que suas forças estavam se esgotando e que não iria ter a capacidade de ocupar o território conquistado. O Irã, então, decide manter a guerra, avançando sobre o Iraque com o discurso de expandir a revolução islâmica ao país vizinho. Uma nova fase de guerra de atrito se inicia, esgotando os recursos de ambos os países. Essa fase se estenderia até 1986. De acordo com Polk (2005), em desespero, o Iraque passa a utilizar seu arsenal químico para conter o avanço iraniano sobre seu território.

Marr (2012) argumenta que esse é um momento crucial para o governo de Saddam. Com a virada completa de sua estratégia inicial de avanço para um recuo completo diante dos iranianos, com sérias possibilidades de uma derrota total, Saddam tem de manter a guerra a todo o custo para manter-se no poder. Nesse momento, não só a estratégia de guerra é alterada como todo o planejamento econômico e a projeção internacional. A fragilidade do governo se traduzirá na perda total de sua autonomia regional e internacional e ao retorno de sua situação de isolamento. A destruição de refinarias, poços de petróleo e oleodutos deixaram o governo sem as receitas do petróleo nas quais dependia. Owen e Pamuk (1998) afirmam que a guerra que custava cerca de um bilhão de dólares por mês ao Iraque que logo se transforma em dívida pública com os vizinhos árabes do Golfo e também com países europeus, como a França.

No entanto, a insistência no cessar-fogo por parte do Iraque e o constante avanço iraniano sobre o território inimigo fez a opinião pública mundial culpar o Irã pela guerra, favorecendo o auxílio internacional ao Iraque. Em 1983, Donald Rumsfeld⁴⁸, então enviado especial dos EUA ao Oriente Médio, visita Bagdá e declara o apoio americano no conflito. Inicia-se a *Operation Staunch*, que fazia um cerco ao fornecimento de armas do Irã⁴⁹. A operação, no entanto, não foi a principal ação norte-americana no conflito. Em 1984, o Iraque deixa a lista de países considerados terroristas pelos EUA e o Irã é incluído. A intervenção americana segue tímida, até que em 1987, com o cerco iraniano à cidade de Basra, a marinha americana entra em ação, bombardeando alvos estratégicos e promovendo um embargo ao petróleo iraniano no Golfo (POLK, 2005).

A resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas pede o imediato cessar-fogo, que é ignorado por uma última ofensiva iraquiana, em 1988. Mesmo afundado em dívidas, Saddam resolve investir em um novo arsenal, prevendo o final trágico para o conflito em que saísse derrotado da maneira como se desenhava o fim da guerra. Nessa última ofensiva, recupera os territórios tomados pelos iranianos. Em julho, o Irã, cercado pelos americanos, decide acatar a decisão da ONU. Saddam, no entanto, em uma tentativa de diminuir suas perdas com a guerra, demandava não somente o acordo internacional, mas uma negociação também bilateral. As conversações de paz se estendem por 1988 e 1989.

⁴⁸ À época era enviado especial dos EUA ao Oriente Médio, na administração Reagan. É o mesmo personagem que irá apoiar o governo Bush filho na invasão ao Iraque em 2003.

⁴⁹ Essa operação, no entanto, demonstrou um apoio distante e dubio dos americanos ao Iraque, o que fica claro com o escândalo Irã-Contras, com o tráfico de armas por agentes da própria CIA ao Irã em troca da soltura de reféns e para financiar os Contras na Nicarágua.

O Iraque sai da guerra com suas forças exauridas, e as negociações em torno do Chatt al-Arab, pretexto para o conflito, foram inconclusivas. Polk (2005) argumenta que o único resultado positivo da guerra para o Iraque foi a concentração total de poder nas mãos de Saddam. Ele se torna um símbolo para o povo, sendo o culto a sua imagem de líder no país uma tônica da propaganda estatal. O patriotismo iraquiano é colocado acima da identidade árabe, fazendo-se uma ligação entre o passado da Mesopotâmia e a “glória” do novo líder. Marr (2012) afirma que em certa medida, Saddam era tido como o Nabucodonosor moderno.

Para além da propaganda do regime, o Iraque estava completamente destruído e entregue nas mãos de seus credores. A ocidentalização do regime foi uma das consequências mais imediatas da guerra. Apesar dos empréstimos, o Iraque encontra-se isolado no Golfo e já não possui mais sequer a possibilidade de liderança árabe. Parte significativa da indústria petroquímica havia sido destruída, e o financiamento interno para a guerra se deu por meio de um violento processo de privatização do setor de serviços e da agricultura, diminuindo imensamente a capacidade de reação do Estado para a reconstrução do país. O endividamento público e o desinvestimento privado foram agravados pela persistente inflação e carestia generalizada. De acordo com Polk (2005), há um forte movimento de empobrecimento da população ao passo que uma nova classe burguesa toma forma.

No Irã a guerra também trouxe consequências trágicas para a economia. No entanto, suas principais regiões petrolíferas não são tão atingidas como no Iraque e, após o cessar-fogo, o país tenta relançar sua economia, renegociando acordos de concessões com países europeus, que passam a ser intermediários entre o regime islâmico e o Ocidente. O mercado internacional de petróleo também se desaquece, trazendo perdas em termos de PIB também para outros países produtores como a Arábia Saudita a partir de 1980. O final da década já se mostra mais generoso com o Egito, que retoma lentamente seu crescimento econômico, baseado em uma relação mais próxima com os EUA.

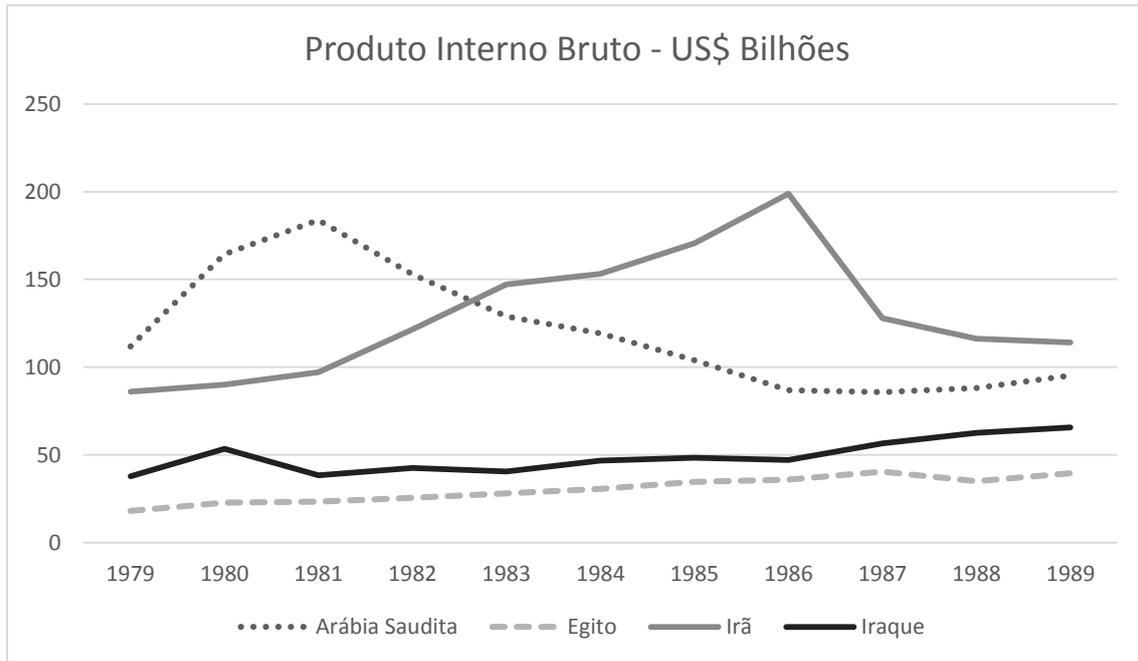


Gráfico 2: Evolução do PIB de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque entre 1979 e 1989 (US\$ - preços correntes)⁵⁰

Podemos assim perceber que, as economias petrolíferas, que haviam crescido intensamente durante a década de 1970, não apresentam o mesmo dinamismo durante a década de 1980. O destaque maior é para o crescimento iraniano, animado pelo esforço de guerra contra o Iraque o país cresce fortemente até 1986, quando o avanço iraniano passa a se tornar um desafio para o poder americano na região, após o cerco à cidade de Basra. A entrada da marinha americana em socorro iraquiano determina um ponto de inflexão na campanha do Irã. Os reflexos econômicos dessa movida tática da geopolítica americana são sentidos no fraco desempenho do produto iraniano nos anos subseqüentes.

A nova geopolítica da região e a supremacia americana não somente entre os países árabes, mas já em nível global, demarcam a fronteira entre Irã e Iraque como a nova linha de contenção do ‘comunismo’, rearticulando as alianças regionais e dando renovado destaque à relação entre geopolítica e desenvolvimento. O fim trágico da guerra Irã-Iraque para este último trará também novos conflitos para a região.

3.7. 1990: Guerra do Golfo e o Fim da Guerra Fria

O retrato final da região e dos países analisados não difere do quadro internacional mais amplo de vitória americana na Guerra Fria. A única exceção seria o Irã, que perpetua seu

⁵⁰ Mesma base de dados do Banco Mundial (WDI) disponibilizada por Google Public Data Explorer. Produto Interno Bruto em dólares americanos correntes, não ajustado pela inflação.

governo de caráter antiamericano, mas não radicaliza suas posições após o encerramento do conflito com o Iraque (BAKHASH, 2004).

Em 1989, a saída soviética do Afeganistão decreta o início da derrocada do bloco comunista. No Irã, a união entre o negro e o vermelho, assim, durou pouco. Segundo Axworthy (2008), com o enfraquecimento do comunismo a nível internacional, resultado do movimento de dissolução da União Soviética, a revolução iraniana passou a ter como líderes eminentemente setores ligados ao poder religioso xiita. Nesse sentido, os líderes comunistas foram pouco a pouco sendo marginalizados do processo, como quando da declaração da inelegibilidade de Radjavi, líder da Organização dos Mujahadin do Povo Iraniano às eleições presidenciais de 1980 (AXWORTHY, 2008). Após a Guerra Irã-Iraque, o movimento é declarado ilegal e seus membros são exilados. Dessa forma, o governo islâmico do Irã foi-se consolidando de forma coesa dentro do país, reforçando o caráter antiamericano e fortalecendo seu viés nacionalista, sem mais enfrentar a ameaça interna dos partidários comunistas. A guerra Irã-Iraque não representou, assim, uma vitória para o Iraque, já que o regime revolucionário islâmico no Irã saiu fortalecido do conflito, tendo, inclusive ampliado seu poder, radicalizando o caráter antiamericano sob o comando de Khomeini. Do lado iraquiano, o conflito trouxe imensos gastos e determinou ações quase que desesperadas do governo de Saddam.

De acordo com Marr (2004) a invasão do Kuwait em 1990 materializava as pressões que Saddam enfrentava. O Kuwait havia encharcado o mercado internacional com petróleo barato, o que reduzia ainda mais as receitas iraquianas. A acusação de exploração ilegal do petróleo iraquiano por parte do Kuwait por meio de perfuração inclinada também se encontra entre os fatores para a invasão (MARR, 2012). O que se segue é somente a exacerbação da situação dramática do Iraque. De acordo com Tareq & Haddad (2004), a intervenção americana em 1990 apenas acelerou o processo de controle estrangeiro sobre o Iraque e o esfacelamento do regime de Saddam.

As fricções entre radicais islâmicos e governo no Egito não foram suficientes para impedir a subida ao poder do vice presidente, Hosni Mubarak, provando a maturidade do sistema político egípcio. A posição pró-ocidental iniciada com Sadat se perpetua, mas passa a ter cada vez menos importância para a dinâmica interna egípcia, a partir do desmantelamento do bloco soviético. Em verdade, de acordo com Vatikiotis (1997), os EUA terminam por ampliar sua influência na região com parcerias estratégicas com os países do golfo pérsico, à exceção do Irã, algo que se concretiza com a operação Tempestade no Deserto no Iraque em 1990.

Segundo Eilts (2004), é durante a Guerra do Golfo, que o caráter submisso à política externa americana do reino saudita torna-se mais evidente. O território da fronteira norte transforma-se em base militar americana, funcionando também como rota de fuga de refugiados do Kuwait. A total dependência do petróleo é patente na trajetória de desenvolvimento da Arábia Saudita. O certo é que o país está inserido no coração da geopolítica do petróleo, fato que torna praticamente irrelevante para o ocidente o caráter centralizado, teocrático e desigual da monarquia saudita⁵¹.

No Iraque, apesar da franca decaída do regime de Saddam, seu governo permanece no poder até 2003, funcionando sob forte embargo e controle internacional, sem já mais qualquer possibilidade de ação autônoma. Quando da nova intervenção americana, encerra-se seu regime e se inicia um período caótico para a história iraquiana com um ressurgimento do tribalismo, com os xiitas no poder. O território autônomo curdo passa por um rápido processo de desenvolvimento devido à franca expansão da exploração de petróleo no norte, mas a questão de sua independência parece passar ao largo dos interesses econômicos estrangeiros na região (MARR, 2004).

Assim, ao término da Guerra Fria, Arábia Saudita e Egito figuram como países aliados aos interesses americanos na região, estando um intrinsecamente ligado à geopolítica do petróleo e outro atuando com seu peso político regional em favor da potência ocidental. O Iraque figura como um Estado praticamente falido e sob fortes sanções internacionais. O Irã, por sua vez, aparece como novo desestabilizador regional, posição diametralmente oposta àquela que ocupava até a década de 1980. Em todos os casos, apesar de alinhamentos internacionais mais automáticos ou não, os países conseguiram, de certa forma, inserirem-se enquanto “Estados-economias nacionais” na geopolítica da Guerra Fria. Nesse sentido, seus resultados econômicos foram de certa forma expressivos e em muito contrastam com a visão predominante no Ocidente de que tais países constituem-se em um núcleo aleijado das conquistas civilizacionais do último século.

Como podemos ressaltar, em todos os casos, a articulação entre a dialética “espaço de poder” e “poder sobre o espaço”, proposta por Novy (2002), foi observada, desde o final da Segunda Guerra ao final da Guerra Fria, pelos constrangimentos geopolíticos regionais e globais na conformação das trajetórias nacionais de desenvolvimento. Estas, em última

⁵¹ De fato, a força e a violência são marcas de vários regimes nos países aqui analisados. Rubin (2002) argumenta que tal característica é sinal do fracasso ocidental em montar novos Estados nacionais (*state-building*) na região.

instância, não se firmaram apenas por uma lógica econômica, em que os objetivos de aumento da riqueza são vistos como um fim em si mesmo. Ao contrário, foi possível notar que, sobretudo, o desenvolvimento nacional significou um meio, uma estratégia, utilizada pelos países em questão na busca pela soberania de seus Estados e, em última instância, na sua existência enquanto tal dentro do sistema interestatal capitalista. Nesse sentido, a influência das relações geopolíticas, regionais e globais, sobre os projetos nacionais de desenvolvimento foram marcantes durante a segunda metade do século XX, do ponto de vista do conjunto dos países.

4. DESENVOLVIMENTO NACIONAL: OS ESTADOS E SEUS CONSTRANGIMENTOS (GEO)POLÍTICOS

Os homens fazem a sua própria história, mas eles não a fazem de livre e espontânea vontade, em circunstâncias que eles mesmos escolheram, mas em circunstâncias presentes sem mediação, dadas e transmitidas pela tradição.

Karl Marx – O 18 de Brumário de Luís Bonaparte

4.1. Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque: os Estados como objeto de análise

Após uma breve visão histórica acerca do conjunto dos países, desde o fim da Primeira Guerra Mundial até a Guerra do Golfo, iremos descer mais propriamente na análise dos países nas perspectivas dos eixos, geopolítica e desenvolvimento nacional, que permeiam o argumento deste trabalho. Seguindo nossa hipótese acerca da forte influência da geopolítica sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento, iremos também explorar nessa análise país a país aspectos mais ligados às narrativas individuais, como as relações entre permanências e rupturas em suas histórias, e outros que se colocam em diálogo com as realidades regional e internacional, como as relações entre um interesse nacional de longo prazo e táticas conjunturais de estilo desafio-resposta.

Essa análise país a país se norteará, então, por quatro perspectivas: o projeto nacional ou a ideia de uma construção nacional político-econômica; o lugar desse dito projeto nacional em seu entorno regional; a inserção geopolítica nacional, com suas rivalidades regionais, dentro do contexto da Guerra Fria; e, por fim, como esse projeto nacional, seus limites e possibilidades geopolíticas, articulou-se por meio de aspectos econômicos concretos do país. Apoiando-se na narrativa histórica construída nas seções anteriores, iremos aqui dar maior ênfase à dimensão do espaço em relação ao tempo. Todavia, não nos furtaremos em descer em certos fatos históricos que nos auxiliam a embasar argumentos acerca das quatro perspectivas analíticas escolhidas.

É perceptível como as perspectivas em análise para cada país, Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque, estão entrelaçadas. Com o enfoque em cada país, os liames entre cada uma dessas perspectivas tratarão de dar por fim um tecido mais denso de análise que permita observar com mais propriedade cada um desses países, absorvendo melhor suas especificidades dentro do grande nexos que se busca observar a forte influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento. Para tanto, buscar-se-á apoio em ideias-força de alguns autores acerca de projetos nacionais de desenvolvimento ao mesmo tempo em

que se fará uso de um instrumental conceitual de certa forma inovador a fim de se observar as relações entre geopolítica e desenvolvimento desde a perspectiva dos Estados, enquanto sujeitos, diante das estruturas do sistema interestatal capitalista.

Gerschenkron (1970) lança-se inicialmente na explicação das causas da superação do atraso (econômico) em um esquema de “desafio e resposta”, no qual os Estados vão respondendo aos diferentes desafios aos quais são interpelados ao longo da história, sem necessariamente percorrerem os mesmos trilhos dos países avançados. Essa visão original e dinâmica do desenvolvimento nacional perde-se em meio à generalidade de seu modelo esquemático, que termina por criar uma gradação dos níveis de atraso e a defender que, conforme se aumenta o grau de atraso, maior deve ser o esforço de articulação entre sistema produtivo, bancário e estatal em vista da superação do atraso econômico. A ideia-força de “desafio-resposta”, no entanto é uma grande contribuição para este trabalho, pois auxilia na compreensão da dinâmica interna e externa dos Estados na tomada de decisões, estratégicas ou táticas, de sobrevivência ou expansão de seus poderes nacionais.

Tilly (1990) apresenta também uma ideia que segue no mesmo caminho do “desafio-resposta” gerschenkroniano: a ideia de coerção. Seriam os sucessivos e constantes momentos de coerção externa, guerra ou preparação para a guerra, que teriam modelado os Estados Nacionais europeus, segundo o autor. A ideia geral de “coerção” ou “cerco”, é norteadora da análise acerca das políticas externas dos países em questão e é representativa do “sentimento nacional” que foi, por vezes, propulsor de suas dinâmicas de desenvolvimento nacional.

Ao buscarmos dar maior ênfase aos Estados em questão nesta seção, propomos também não apenas olharmos de fora, mas, na medida do possível, partir a observação do ponto de vista dos próprios Estados, compreendendo-os como sujeitos, com seus “interesses nacionais” dentro de uma estrutura mais ampla, de um “cerco” geopolítico, marcado pelas estruturas regional e global de poder. Nesse sentido, propomos uma abordagem da dinâmica entre “estrutura” (geopolítica regional e global) e “subjetividade” (projeto nacional de desenvolvimento) nos termos do que Foucault (1995) chama de “nova economia das relações de poder”.

Para Foucault (1995), existir é resistir. Assim, toda ação é também um movimento de resistência, de desobediência. Segundo Foucault (1995, p. 234) para se entender as relações de poder, é necessário “usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida.” Todos os países aqui estudados tiveram papéis relevantes tanto em seus

entornos regionais como também entraram no cálculo estratégico global das potências, EUA e URSS, no período em questão. É este o ponto de partida que foi tomado para esta seção, como cada país buscou existir enquanto “Estado-economia nacional” dentro das distintas relações de poder no “sistema interestatal capitalista”.

Nesse sentido, os estudos de caso dos países selecionados buscam observar que as trajetórias nacionais de desenvolvimento foram todas, em diferentes níveis e formas, lutas transgressoras, resistências, diferentes estratégias de se afirmar como sujeitos de seus próprios destinos dentro das estruturas do sistema interestatal. Essa construção da ação nacional passa, portanto, ao largo da discussão acerca de políticas econômicas interventoras ou liberalizantes e as insere no campo das disputas interestatais de poder e riqueza. É portanto norteador da análise dos estudos de caso aqui proposta observar as relações entre poder, geopolítica e desenvolvimento, indo ao encontro do que afirma Foucault (1995, p. 234):

Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela [a nova economia das relações de poder] consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. [...] E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações.

A proposta de observações de suas trajetórias de desenvolvimento a partir de suas próprias “formas de resistência” à estrutura do “sistema interestatal capitalista”, no entanto, não surge para este trabalho como um objetivo abstrato e distanciado da realidade de tais países e suas histórias. Como bem lembra Said (1978), muito do que percebemos da região que ficou conhecida como Oriente Médio são imagens criadas por autores, em geral europeus, ao longo dos séculos de contato entre esses diferentes povos. Muitos desses relatos e percepções serviram para conformar uma ideia de que o Oriente seria algo aleijado da forma de ser o Ocidente e que, portanto, não participa ou compartilha de uma história comum com o Ocidente. A esse respeito, Said (1978, p.13 e 14) vem nos lembrar que:

O Oriente não está apenas adjacente à Europa; é também onde estão localizadas as maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural e uma das suas mais profundas e recorrentes imagens do Outro. [...] Mais ainda, o grande aumento da importância do papel econômico e político dos americanos no Oriente Próximo (o Oriente Médio) assume uma grande porção do nosso entendimento desse Oriente.

Nesse sentido, Said (1978, p. 17) afirma que “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia.”. Assim, existe uma relação direta entre a construção do discurso *orientalista* e a própria história das relações entre poder e riqueza do Oriente. Assim, nossa tarefa de agora analisar caso a caso como se deu a influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de

desenvolvimento a partir do ponto de vista de cada um dos países objetos desse trabalho servirá também para ir de encontro às generalizações históricas acerca de tais países. Como latino-americanos e também frutos desse processo de expansão europeu, o Brasil inseriu-se de maneira muito mais integrada ao Ocidente do que esses países. Para nós, a distância da “Civilização” nos pareceu sempre mais uma questão socioeconômica, verbalizada pelas preocupações com o desenvolvimento. Passamos, por aqui, décadas tentando encontrar o caminho correto, o mais eficiente, o mais seguro, para se chegar ao desenvolvimento.

Por isso, parece-nos interessante perceber que, primeiramente, houve projetos de desenvolvimento nacional ‘nessas terras longínquas’, em especial durante a segunda metade do século XX, mesmo não movidos pela ideia geral de que o desenvolvimento seria alcançar o Ocidente. Talvez, como veremos a seguir, o desenvolvimento, para tais países, tenha significado o oposto. Em segundo lugar, esse período não significou apenas um recorte temporal para tais países, mas uma nova configuração das antigas relações de “poder sobre o espaço” (NOVY, 2002), em que mais uma vez, inseridos na Guerra Fria, seus “espaços de poder” estiveram intimamente conectados ao Ocidente.

Para cada caso, possivelmente o recorte temporal específico da Guerra Fria ou das relações de poder que perpassam o século XX será ampliado, principalmente para se buscar aqueles traços mais permanentes de suas construções nacionais, mais próprios do tempo longo, em termos braudelianos. Esse resgate dos movimentos mais profundos da história não quer dizer que se está a tentar moldar uma caricatura determinista dos Estados Nacionais tampouco uma imagem abstrata do que sejam suas realidades concretas no tempo breve. Apenas parte do reconhecimento de que tais países, como se apresentam no século XX, são frutos de processos históricos, por vezes milenares, e de que ignorar tal realidade parece tão ou mais próximo da abstração do que tentar incorporar, mesmo que de maneira imperfeita, tais traços mais permanentes.

A percepção de um conflito ou coerência entre as permanências e as rupturas nas histórias desses países, em termos de política externa e econômica, é também objetivo dessa análise. Assim também, as relações do país com seu entorno e a dinâmica geopolítica mais ampla e sistêmica serão analisadas em termos da consecução de um projeto nacional estratégico e de longo prazo ou se tais relações foram sendo construídas como respostas imediatas diante de constrangimentos geopolíticos conjunturais.

Dessa forma, inserida na perspectiva do tempo longo, a análise dos movimentos conjunturais de cada país toma novos significados. As trajetórias nacionais de desenvolvimento estão imersas nessa complexa trama de relações de poder e nelas também atua. Assim, faremos o resgate das interações políticas, geopolíticas e econômicas ao longo dessa conjuntura da Guerra Fria, em que se consolidaram esses Estados nacionais e seus respectivos projetos nacionais de desenvolvimento.

4.2. Arábia Saudita

4.2.1. A Casa de Saud, o wahabismo e o petróleo

A formação histórica da Arábia Saudita é marcada por duas dimensões igualmente importantes: a árabe e a islâmica. Ao longo dos séculos essas duas “identidades” foram se transformando, conformando a aliança que governa o maior país da Península Arábica, o wahabismo, vertente sunita do Islã, e a “Casa de Saud”, família de origem beduína que formou o país.

A herança otomana na Península Arábica foi frágil. O baixo interesse otomano ressaltou a presença da tradição e do poder das tribos beduínas naquele território. Para além das relações políticas, o fato da capital do califado otomano, centro político e religioso islâmico por excelência, jamais terem retornado às suas origens, nas cidades sagradas de Meca e Medina, influenciou o surgimento da vertente wahabista do Islã. Ainda no século XVIII, a reforma ultraconservadora dos wahabistas encontra parceria política com a família Saud, na província de Nêjede no centro da Península Arábica. A expansão wahabista-saudita, que despertara a fúria do Império Otomano no século XIX, termina por conquistar a província de Hejaz em 1925, expulsando os Hachemitas das cidades sagradas. A união entre as duas províncias, Nêjede e Hijaz só seria oficializada com o selo anglo-americano em 1932, formando a Arábia Saudita.

Assim surge o maior país da Península Arábica. É a primeira vez em séculos que aquele território é unificado sob o domínio de um só poder centralizado proveniente daquela mesma região. A expansão wahabista-saudita é vitoriosa após quase duzentos anos de guerras entre os diversos poderes tribais, com uma forte influência britânica, que já dominava regiões da costa oeste do Golfo Pérsico. Dessa forma, a sobrevivência da dinastia Saud está no centro do propósito de existir da Arábia Saudita. Essa unidade político-territorial está visceralmente associada ao sucesso da aliança entre o wahabismo e a tradição beduína da tribo vencedora, a família Saud.



Mapa 3: Arábia Saudita – Divisão Política Interna (províncias)⁵²

Fonte: Wyndbrandt (2010).

Essa aliança de forças totalmente endógena não foi a única responsável pela manutenção da configuração político-territorial da Arábia Saudita. Logo após um ano após a unificação entre Nêjede e Hejaz, em 1933, lançam-se as bases do que seria a atividade econômica que projetaria o país internacionalmente: assina-se um acordo para prospecção de petróleo em solo saudita com a empresa americana *Standard Oil*. A aliança com os Estados Unidos e as imensas reservas de petróleo são outros dois vetores que orientam a política saudita. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, a aliança com os americanos e o petróleo irão ter cada vez mais um papel mais relevante para a Arábia Saudita.

Podemos afirmar que o wahabismo, a raiz beduína da família Saud, a aliança com os EUA e o petróleo são os quatro pilares da política saudita. Esses pilares, no entanto, por algumas vezes não se apresentaram como elementos complementares na sustentação do poder saudita. Conflitos de interesse entre essas dimensões foram constantes ao longo da história da Arábia Saudita. No plano do projeto nacional saudita, no entanto, podemos destacar que a aliança

⁵² Divisão atual das províncias após a Guerra do Golfo. Os sauditas multiplicam suas províncias com receio do espalhamento das rebeliões, em especial xiitas, advindas da ‘falência’ do Estado iraquiano.

wahabista-saudita está no centro do interesse do Estado. Em algumas vezes, a identidade beduína aparece com mais vigor, em outras, é a austeridade e o pragmatismo do wahabismo que orienta o sentido da política do país. Esses movimentos são perceptíveis de acordo com o perfil dos reis e homens de Estado sauditas ao longo da história.

Ibn Saud, pai da Arábia Saudita, vem a falecer em 1953, abrindo uma disputa por sua sucessão entre seus dois filhos, Saud e Faisal. De acordo com Laurens (1991), as distintas personalidades de Saud e Faisal são expressão das diferenças entre as raízes tradicionais da monarquia saudita. Por um lado, Saud é um autêntico beduíno, com pouca vivência no exterior, amante do luxo e pouco interessado pelas questões de Estado. Por outro, Faisal, que já assumira as relações exteriores no reinado de seu pai, era um austero wahabista, com uma visão pragmática de governo, um autêntico homem de Estado. As disputas internas pelo poder fizeram com que Faisal, após mais de uma década de embates, prevalecesse sobre Saud. O reinado de Faisal foi de extrema importância para a projeção internacional da Arábia Saudita e para a manutenção de sua coesão interna.

Dentre as distintas camadas da política saudita a que mais se destaca é a da segurança. De acordo com diversos trabalhos como Laurens (1991), S.I.P.R.I. (1976), Owen & Pamuk (1998) e Eilts (2004), a manutenção do controle da monarquia saudita sobre seu território é o assunto-chave da política saudita. A segurança articula as demais camadas – wahabismo, raiz beduína, aliança com os EUA e o petróleo – e traz um novo fator, o demográfico, para a compreensão da política saudita. A Arábia Saudita apesar de ser o maior país da Península Arábica apresenta uma população bastante reduzida. A grande extensão dos desertos e a baixa fertilidade do solo podem ser destacados como fatores a influenciar esse fenômeno (OWEN & PAMUK, 1998). Se por um lado, a baixa demografia auxilia na manutenção da monarquia internamente, por outro, a dificuldade em arregimentar um grande exército e a baixa ocupação de seu território são fatores que trazem insegurança às fronteiras do país diante de seus vizinhos e potências estrangeiras (ZUHUR, 2011).

A existência de enormes reservas de petróleo em seu solo amplia o sentimento de insegurança da monarquia saudita. As experiências com revoluções militares ao largo dos países árabes durante a década de 1950 ampliou o medo da monarquia em investir em um exército poderoso. Segundo Laurens (1991), o medo da monarquia de sofrer um golpe militar é o motivo do desmembramento institucional das forças armadas sauditas.

Exatamente pelo receio de ameaças internas e externas é que a monarquia saudita tem como prioridade de Estado a questão da segurança. Para tanto, ela opera com sua influência sobre os países árabes, como o maior país da Península Arábica e do Crescente Fértil, sobre o mundo islâmico, sendo o guardião das cidades sagradas, e, com o auxílio do aliado americano, garante a soberania de seu território e de suas imensas reservas de petróleo. A Arábia Saudita é definitivamente um Estado que existe por conta do petróleo. Suas posições regional e internacional são asseguradas pelo poder de ingerência sobre esse ativo estratégico e por causa dos imensos recursos financeiros advindos de sua comercialização.

No início dos anos 1960, a Arábia Saudita já será a última grande monarquia do mundo árabe, após os golpes no Egito e no Iraque. Diante do fenômeno do nasserismo e do desenvolvimento do mercado mundial de petróleo, a monarquia saudita teve duros desafios a enfrentar para perpetuar sua sobrevivência no poder. O conflito com Israel é outro elemento de destaque da teia de rivalidades regionais na qual a monarquia está inserida.

4.2.2. Os sauditas e o cerco à Península Arábica

De acordo com Eilts (2004), a formação da Arábia Saudita enquanto Estado nacional passa pela definição de suas fronteiras. Esse processo coloca a monarquia saudita em relação direta com problemas envolvendo seus vizinhos e as potências globais no entorno da Península Arábica, do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho (ver Mapa 3). As primeiras décadas de formação da monarquia, pode-se dizer que sua política regional foi orientada de modo a conter “o cerco britânico” ao seu território.

A ostensiva presença militar britânica em todo o Oriente Médio trazia ressalvas para os sauditas quanto a possibilidade de seu país também vir a se tornar uma colônia ou um protetorado britânico. Em especial, a proximidade dos britânicos com os principados e emirados da costa oeste do Golfo Pérsico traziam preocupações à monarquia. As questões no Catar ainda 1949 e a “disputa Buraimi” em 1952 tiveram intervenção direta do governo saudita e envolveram disputas fronteiriças com Omã e os então chamados Estados da Trégua, hoje Emirados Árabes Unidos. Os sauditas chegaram a patrocinar os rebeldes no Omã a fim de derrubar o sultanato. A contenda com o Catar teve uma solução provisória em 1965, mas só foi resolvida em 1995, após uma revisão no acordo. Em todas essas disputas territoriais a Arábia Saudita temia uma ingerência maior dos britânicos na Península Arábica e se impôs como maior país da região, buscando estabilizar os conflitos de acordo com seus interesses nacionais.

De todos os conflitos na Península Arábica certamente a guerra civil no Iêmen foi o que mais demandou esforços e despertou a preocupação do governo saudita. Com o golpe em 1962, instaura-se uma república no país, com o explícito apoio egípcio. Os sauditas, por seu lado, apoiam a monarquia deposta. A relação entre Egito e Arábia Saudita já apresentava uma série de fraturas. Saud e Nasser apareciam como rivais no cenário árabe, havendo inclusive rumores de que tanto um quanto o outro haviam tramado o assassinato de seus rivais (EILTS, 2004). Em 1957, os sauditas aderiram à Doutrina Eisenhower e quando explode a revolução no Iêmen, a tensão entre os países sofre uma escalada aguda. O Egito retira suas tropas em 1967, após a derrota para Israel, mas o perigo para a monarquia saudita continua, já que o Iêmen continua em guerra civil até a década de 1990.

Na fronteira norte, o maior temor saudita é a expansão da dinastia Hachemita que governa o Iraque e a Jordânia. Em 1961, apoiam a independência do Kuwait. A monarquia nutre uma relação próxima com esse país por servir como um anteparo frente ao Iraque. A independência do Kuwait não foi bem recebida no Iraque, que logo após a revolução de 1958, ainda no governo de Qasim, passa a reivindicar territórios do novo país. A Zona Neutra, de administração internacional até 1975, entre Iraque e Arábia Saudita também foi ponto de tensão entre os dois países, por ser uma região com grandes reservas de petróleo. Assim, fechava-se “o cerco britânico” à monarquia saudita. Essa ideia de que havia um plano britânico para cercar seu território orientou durante muito tempo a política regional saudita (LAURENS, 1991).

As relações com o Iraque só melhoram diante da ameaça da revolução islâmica no Irã. Os sauditas chegam a dar uma ajuda financeira de 21 bilhões de dólares para o governo de Saddam Hussein. Segundo Eilts (2004), os sauditas eram contrários a qualquer divisão do território iraquiano, como a tomada do território ao sul de Bagdá pelos xiitas iranianos. A aproximação com o Iraque, no entanto, é efêmera. Com a invasão do Kuwait em 1990, o governo saudita torna a se voltar contra o expansionismo iraquiano, comandando parte das operações contra o regime de Saddam.

Se ao sul a guerra civil no Iêmen trazia riscos à segurança da monarquia saudita, no Oriente Médio, sua maior ameaça vem do Estado de Israel. A tradição puritana do wahabismo impede qualquer diálogo com Israel, o que transformou a questão em ponto de fricção com a aliança americana. A identificação da Arábia Saudita como a guardiã das cidades sagradas do Islã e a afluência financeira advinda do petróleo colocam a monarquia como uma das maiores patrocinadoras dos movimentos sunitas ao redor do mundo. Nesse sentido, os sauditas patrocinaram fortemente durante muitos anos a OLP, na Palestina, o Hamas, no Líbano e em

Gaza, e a Irmandade Muçulmana, no Egito. Alegam que a ajuda financeira serve apenas a fins religiosos, mas é sabido do envolvimento político de tais grupos na região.

A formação da OPEP em 1961 e o início das operações conjuntas dos países produtores de petróleo no mercado internacional uma década depois revelou fraturas ainda maiores entre a Arábia Saudita e demais países da região, em especial, o Irã. Os planos modernizadores do xá e sua vontade de potência ameaçavam a estabilidade do mercado internacional e colocavam em risco a posição saudita de fornecedor em última instância. Ademais, o Irã havia se transformado em uma potência militar durante os anos 1960 e 1970, com apoio dos EUA. A Arábia Saudita buscou contrabalançar a crescente influência iraniana na região do Golfo Pérsico, mas não possuía capacidade militar nem prestígio diante dos americanos para conseguir se impor. Certamente é a revolução islâmica no Irã que muda os rumos dessa relação entre os países e firma a Arábia Saudita como o principal polo regional do mercado internacional de petróleo.

Dessa forma, percebe-se que as rivalidades regionais, em especial, fronteiriças, orientaram a relação da Arábia Saudita com os demais países da região. Como maior país da Península Arábica, soube se posicionar diante da presença britânica no Golfo Pérsico. Como maior monarquia árabe, soube defender seus interesses nacionais em alianças com o Kuwait e com os grupos mais moderados do Iêmen. Como guardião das cidades sagradas do islã, patrocinou a luta contra o Estado de Israel e contra os xiitas, considerados hereges pelos wahabitas, no Irã.

A dinâmica do mercado de petróleo projeta o país no cenário internacional, mas suas relações com as potências ocidentais, com destaque para os EUA, não se deixa levar apenas pela lógica do lucro fácil. A questão da segurança e da manutenção da monarquia saudita, que perpassa a dinâmica regional, está também presente em sua inserção geopolítica.

4.2.3. O reino saudita e a contenção do comunismo

A união entre Néjede e Hejaz, como já comentado, faz-se sob o selo anglo-americano. A inserção internacional da Arábia Saudita se dá, no entanto, apenas com a explosão do mercado de petróleo logo após a Segunda Guerra Mundial. Logo em 1945, ocorre o famoso encontro entre o líder saudita, Ibn Saud, e o presidente americano, Franklin Delano Roosevelt a bordo do navio U.S.S. *Quincy*. Nessa ocasião é selada a parceria internacional mais duradoura da monarquia saudita. A presença americana na Península Arábica se dá inicialmente com as empresas petrolíferas, mas com a construção da base aérea americana em Dhahram, a presença

militar dos EUA na região é utilizada pelos sauditas como uma forma de contrabalançar o poder britânico em seu entorno.

A aliança com os EUA coloca a monarquia saudita como braço da política externa americana de contenção ao comunismo. Todavia, a monarquia soube bem se utilizar dos pretextos de alinhamento ao Ocidente na Guerra Fria para alcançar seus objetivos nacionais. Assim como havia traçado o “cerco britânico” como orientador de sua política de segurança até então, o governo saudita, durante as décadas de 1960 e 1970, passa a se a orientar pelo sentido de “cerco comunista” para barganhar melhores acordos com os Estados Unidos. Essa política tem início com a adoção da Doutrina Eisenhower em 1957, em uma oposição clara às pretensões expansionistas de Nasser entre os países árabes.

Assim, o Egito de Nasser e sua proposta de “socialismo árabe”, o Sudão comunista, o partido Baath na Síria e no Iraque, foram todos apresentados aos EUA como o cerco do perigo vermelho à Arábia Saudita⁵³. Dessa forma, o problema da insegurança da monarquia saudita era inserido na dinâmica da Guerra Fria. A aliança com os EUA foi sempre vista de maneira pragmática e ambivalente pelos sauditas, que buscaram em tudo se favorecer de sua posição privilegiada frente à superpotência ocidental.

A guerra civil no Iêmen também foi explorada pela política de segurança saudita para barganhar equipamentos militares junto aos países ocidentais. O movimento republicano, que logo dividiu o Iêmen em duas parcelas, sofreu forte influência maoísta em sua porção sul, a partir de 1967. Nesse mesmo ano, os britânicos, sob governo do Partido Trabalhista, anunciam que irão se retirar do Golfo Pérsico, trazendo maiores incertezas acerca dos rumos dos novos governos da região. Esse ambiente de incertezas ajuda o estreitamento de laços entre os sauditas e o Irã do xá Reza Pahlavi em busca de um equilíbrio no Golfo Pérsico. Essa aproximação, em parte patrocinada pelos EUA, não deixa de criar uma corrida armamentista no Golfo.

De acordo com o levantamento S.I.P.R.I. (1976) é durante esse período que a Arábia Saudita passa a investir mais pesadamente em armamentos, comprando caças *Lightning* dos britânicos, caças F-111 e mísseis *Hawk* dos americanos. Os EUA constantemente barravam a venda de aviões e mísseis para os sauditas por sua política contrária à existência do Estado de Israel. O *lobby* sionista por muitas vezes conseguiu impedir tais transações, mas não diante do perigo do estabelecimento de um governo ligado diretamente à URSS no sul da Península

⁵³ Para uma abordagem mais aprofundada acerca das relações entre Síria e Arábia Saudita, ver Sunayama (2007).

Arábica. A dificuldade em conseguir armamentos com os americanos leva os sauditas a negociarem com o Paquistão, fato que desagrade a Casa Branca.

A relação com Israel foi sempre muito tensa e ponto de fricção na aliança entre americanos e sauditas. A monarquia não suportava o constante apoio americano à causa israelense, mas soube jogar com seu peso de maior produtor mundial de petróleo e de maior monarquia árabe. Em 1967, os sauditas não participam da campanha militar dos países árabes contra Israel, especialmente por discordar das posturas de Nasser, que estava em conflito com os sauditas no Iêmen. Já em 1973, com a derrota no conflito anterior e a tomada de territórios árabes pelos israelenses, a Arábia Saudita passa a financiar a campanha militar de Sadat. A nova derrota para Israel traz uma nova postura saudita, que passa a operar politicamente suas reservas de petróleo.

Torres Filho (2007) argumenta que a Arábia Saudita lança “a bomba de petróleo”. O boicote no fornecimento de petróleo no final de 1973 foi utilizado como forma de pressão política sobre os países ocidentais, em vista da devolução por parte de Israel dos territórios ocupados durante as guerras contra os países árabes. Foi a maior demonstração de poder do petróleo saudita. A Arábia Saudita havia se destacado por sua posição ponderada em relação à regulação dos preços do petróleo dentro da OPEP. Por suas imensas reservas e sua enorme capacidade financeira, funcionava como *swing producer*, ou seja, regulava o preço internacional de acordo com sua quantidade individual de produção, funcionando como um fornecedor em última instância.

A “bomba de petróleo” traz consequências para o mundo ocidental, em especial, para os EUA, que eram dependentes do petróleo saudita. Os altos preços do petróleo trazem inflação para os países compradores e lançam os países produtores em um período de bonança econômica. Os americanos tentam articular uma espécie de organização dos maiores compradores de petróleo a fim de contrabalançar o poder da OPEP, mas a França boicota a iniciativa, que vem a fracassar (LAURENS, 1991).

A revolução islâmica no Irã em 1979 fragiliza a posição americana entre os países produtores de petróleo, aumentando a importância saudita para a política externa americana. A invasão soviética ao Afeganistão em 1980 coloca sauditas e americanos no mesmo lado no apoio aos *Mujahidin*. O mesmo ocorre com o apoio ao regime de Saddam Hussein em sua contenção dos xiitas iranianos, mesmo que o governo Reagan tenha agido em favor dos dois lados na Guerra Irã-Iraque.

Os pontos de afinidade e de fricção na relação entre sauditas e americanos demonstra que o governo saudita também perseguiu seus interesses nacionais mesmo quando esses não estavam alinhados com o da superpotência no contexto da Guerra Fria. O caráter ateu do comunismo já trazia por si só uma posição saudita favorável à contenção do perigo vermelho. As imensas reservas de petróleo do país, responsável por 25% da produção mundial na década de 1980 segundo Owen & Pamuk (1998), eram cruciais para a política externa americana, que faria de tudo para não perder sua posição privilegiada. Os sauditas assim, souberam colocar seus interesses nacionais sob a linguagem da contensão ao comunismo, objetivo primordial americano nos anos da Guerra Fria.

Mesmo em momentos de suposta concorrência de interesses, como na ocasião da operação *Tempestade no Deserto* em 1991, a presença de tropas americanas no solo saudita não foi do agrado das correntes mais conservadoras da monarquia. Assuntos delicados como o de Israel e o da presença militar americana, pouco a pouco, foram gerando maiores críticas também do governo americano em relação à monarquia saudita. Principalmente durante os governos democratas, em especial o de Jimmy Carter, a questão dos direitos humanos foi levantada como forma de manchar a imagem internacional dos sauditas, que tem seu sistema legislativo sob a sharia e seu judiciário e o poder policial operados pelos *Mutaween*⁵⁴.

4.2.4. *Segurança em primeiro lugar: o desenvolvimento é papel do Estado*

O desenvolvimento nacional da Arábia Saudita é perpassado pela sua participação na geopolítica regional e global. Os rumos da economia saudita foram de diversas formas afetados pelo interesse nacional de seu Estado. Em um país governado por uma monarquia e sem a presença de partidos políticos, os interesses estatais aparecem de forma mais evidente. A base de sustentação econômica dessa monarquia ao longo dos anos foi sem dúvida alguma o petróleo. Assim como a projeção internacional do país, sua economia cresceu juntamente com o avanço da indústria petrolífera em seu território.

A criação da OPEP em 1961 e, de forma especial, o início da articulação efetiva entre os países produtores a partir de 1971 fez o preço do barril de petróleo subir sucessivamente. De acordo com Owen & Pamuk (1998), o preço do barril havia flutuado entre US\$1,75 em 1951 e US\$1,80 em 1971, o que representa uma variação muito baixa. Para se ter uma ideia, a “bomba de petróleo” saudita faz os preços atingirem a marca de US\$11,65 em janeiro de 1974. Em julho

⁵⁴ Polícia político-religiosa do reino saudita.

de 1979 foi estabelecido o valor de US\$18,00 como piso para o valor do barril e US\$32,00 como seu teto, em junho de 1980. Durante esse período, as receitas do petróleo encharcaram a economia saudita, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Receitas de Petróleo na Arábia Saudita entre 1946 e 1980 – US\$ (preços correntes)

ANO	MILHÕES DE DÓLARES
1946	10
1960	334
1970	1.214
1980	104.200

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Owen & Pamuk (1998)

A afluência do setor petrolífero fez com que o negócio se transformasse na principal fonte de receitas para o Estado, representando em 1973 cerca de 93% da arrecadação total do Estado saudita. Assim, na Arábia Saudita, a formação de uma economia capitalista dependeu em grande medida da ação estatal. Como afirma o Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1980 – 1985), “o desenvolvimento econômico é, em grande medida, atividade do governo, e o setor privado é dependente do gasto do governo” (THIRD DEVELOPMENT PLAN *apud* OWEN & PAMUK, 1998, p. 210, tradução nossa).

Assim, durante um primeiro período que vai de 1945 à 1969, a economia saudita é em grande medida movimenta pela Aramco e pelo próprio governo. A empresa petrolífera busca comprar serviços e produtos de fornecedores locais além de ter financiado e operado inicialmente a estrada de ferro entre Dhahram e Riad, a segunda a existir no país. Os gastos suntuosos do rei Saud e o desempenho ainda tímido da indústria do petróleo mergulham o país em uma crise no balanço de pagamentos entre os anos de 1957 e 1960. Quando Faisal assume, o país retoma o caminho do crescimento, com gastos estatais em infraestrutura, especialmente estradas e prédios públicos. Iniciam-se também as primeiras tentativas de diversificação da economia nacional, buscando uma dependência menor das receitas do petróleo. Em 1964 é fundada a Saudi Arabia Fertilizer Company, adentrando na cadeia de valor mais agregado dos petroquímicos e auxiliando a agricultura nacional. Em 1965 é formada a Central Planning Organization, a fim de concentrar as ações de planejamento econômico da monarquia. Em 1968

é criada a Petromin, que coloca os sauditas também no ramo do refino de petróleo, produzindo gasolina e óleos lubrificantes.

Em 1970 é lançado o Primeiro Plano de Desenvolvimento (1970 – 1975). Esse plano tem como objetivo primordial a construção de infraestrutura no país, como estradas, comunicações e energia elétrica. O segundo ponto de ação é a educação, já que o país sofre de uma escassez acentuada de mão de obra qualificada para poder nacionalizar os processos a jusante e a montante da cadeia de exploração e produção de petróleo. A ambição por controlar mais etapas da cadeia do petróleo está diretamente ligada à soberania saudita frente às potências que dominam este mercado, em especial os Estados Unidos. Mesmo com tanto planejamento, as receitas advindas do choque do petróleo de 1973 foram muito maiores do que os objetivos pouco ambiciosos do Plano de Desenvolvimento. Diversas ações foram tomadas por fora daquilo que estava planejado e logo se perceberam vários gargalos no escoamento do petróleo saudita.

O lançamento do Segundo Plano de Desenvolvimento (1976 – 1979) foi voltado a modernizar a estrutura portuária do país. O setor petroquímico foi reforçado, com a construção de dois polos, um em Iubayl, nos arredores de Dhahram, e outro em Yanbu, na costa do Mar Vermelho. Assim, o escoamento do petróleo saudita passa a possuir duas frentes importantes tanto pelo Golfo Pérsico como pelo Mar Vermelho. O país passa a também ser capaz de explorar os derivados do gás natural. Para tanto, uma série de gasodutos e oleodutos são construídos. Em 1976, é fundada a Saudi Basic Industries (SABIC) e logo após a Saudi Industrial Development Fund (SIDF) entra em funcionamento. O SIDF oferecia auxílio em *expertise* e crédito de longo-prazo para o setor privado. Assim, conseguiu-se a abertura de 330 novas empresas de peso e o país tornou-se autossuficiente em materiais de construção (OWEN & PAMUK, 1998).

É a partir do Segundo Plano de Desenvolvimento que o governo saudita passa a se preocupar diretamente com a agricultura. A baixa produtividade agrícola era considerada pela monarquia como um ponto a ser combatido em busca de segurança alimentar. Amplos subsídios foram dados para a produção de trigo e outros cereais. A produção total de cereais quadruplicou durante a década de 1970. A instabilidade regional e uma política externa mais independente em relação aos EUA por conta da questão do Estado de Israel podem ser apontados como motivadores para o incentivo saudita em investir em segurança alimentar.

O Terceiro Plano de Desenvolvimento (1980 – 1985) apresenta um foco em gastos militares e um incremento do investimento na produção de trigo. Certamente a revolução islâmica no Irã e a guerra Irã-Iraque influenciaram essa guinada nos gastos sauditas. No período entre 1986 e 1990, a orientação do gasto estatal foi direcionada a subsídios ao consumo da população local. A população saudita, apenas pouco mais de 16 milhões de pessoas em 1990, e destes, cerca de 30% era composta por imigrantes⁵⁵, é extremamente exígua. Esse fato permite que o governo consiga assegurar educação, saúde e acesso a produtos básicos a uma boa parcela da população.

É perceptível que, ao longo dos anos, o projeto de desenvolvimento nacional saudita esteve orientado segundo a lógica de segurança e manutenção da monarquia. Seja em relação aos rivais regionais seja *vis-à-vis* às potências estrangeiras, a segurança foi o fio condutor da política saudita e o ponto que orientou a trajetória de seu desenvolvimento econômico. Ficam claras assim, as influências das relações geopolíticas sobre o projeto de desenvolvimento nacional, em sua história ao longo da segunda metade do século XX, estando ela firmada sobre a inserção saudita na geopolítica do petróleo.

4.3. Egito

4.3.1. O projeto nacional de uma civilização: permanências e rupturas

A extensão e fertilidade do rio Nilo tem uma importância central na formação de uma unidade social e política coesa no Egito, assim como foi alvo do interesse dos povos vizinhos ao longo da história. O território do Egito se forma na região de confluência entre a África, Ásia e Europa. Sua história civilizacional milenar é perpassada por atores desses três continentes. Cada um à sua maneira, deixou marcas profundas na construção da sociedade egípcia, em termos culturais, religiosos, mas também na forma como se estrutura o poder e a economia no território.

Sua posição geográfica, assim, coloca o Egito em contato com diferentes culturas e povos ao longo da história, em sua maioria, vindos do leste ou do mar Mediterrâneo, já que sua fronteira oeste é formada por um imenso deserto. Sua cultura própria também influenciou diversos povos invasores como os macedônios e os romanos. A expansão árabe logo chega ao

⁵⁵ Dados do WDI do Banco Mundial, disponíveis por meio do Google Public Data Explorer. O padrão populacional da Arábia Saudita se aproxima ao do Iraque, enquanto Egito e Irã apresentam uma população quantitativamente mais próxima ao longo dos anos, cerca de 56 milhões de habitantes em 1990.

do Egito durante a Guerra Fria, passa necessariamente pela compreensão da ideia de interesse nacional para esse país.

A história do Egito moderno e da compreensão de um interesse nacional para o país inicia-se com Muhammad Ali, fundador do sistema estatal no país (MARSOT, 2007). Ainda no século XIX, seu governo visou ampliar a autonomia egípcia frente ao império otomano e lançou as bases do que seria o Egito moderno à luz da grandeza da civilização do passado. Ali realiza melhorias na agricultura e inicia a formação de um exército forte. Suas campanhas militares sobre o Sudão, Síria e a península arábica são a primeira demonstração de força do Egito após séculos de dominação estrangeira.

A postura de rivalidade de Muhammad Ali frente ao Império Otomano amplia sua autonomia regional, mas atrai a preocupação britânica, já com sérias implicações no subcontinente indiano. Durante todo o século XIX e parte do século XX, o Egito firma seu projeto nacional sobre a dinastia de Muhammad Ali, amparado pelo poder britânico, interessado em equilibrar o poder regional entre egípcios e otomanos (MARSOT, 2007). Esse é o contexto de formação do Egito moderno e de seu projeto enquanto estado nacional.

Esse projeto de autonomia regional fundamentado em uma aliança com os britânicos foi-se deteriorando na medida em que os novos quedivas viam-se cada vez mais submissos às ingerências estrangeiras, especialmente durante as guerras mundiais, quando o país se transforma em base de operações britânicas. Contudo, é fato que o próprio reconhecimento do Egito como um ator internacional relevante para o equilíbrio de poder no Oriente Médio durante o século XIX é representativo da projeção alcançada por Ali e seus descendentes. A sociedade egípcia não permanece passiva diante da perda de autonomia do país e das constantes ingerências britânicas em seu território. Segundo Shepard (2005), a política nacional e suas relações internacionais foram foco da literatura egípcia, revelando assim as tensões entre a “modernidade” trazida pelos sistemas políticos ocidentais e a tradição do país.

O interesse nacional egípcio, a partir do fim da II Guerra Mundial, passa a ser capitaneado por uma sociedade cada vez mais consciente do potencial de seu país e cada vez menos tolerante à presença militar britânica. O sentimento anti-britânico é o que molda o surgimento do estado nacional egípcio em sua forma mais bem acabada, em 1952 com a ascensão de Nasser ao poder e o fim do protetorado britânico. Em certo sentido, Vatikiotis (1997) argumenta que a revolução de 1952 no Egito é uma expressão da herança histórica do

país, em particular, conectando os feitos de Ali com o sentimento nacionalista capitaneado pelos Oficiais Livres.

A vitória do movimento dos Oficiais Livres representa a um só tempo um duplo movimento de centralização do poder interno e de ampliação da autonomia das relações exteriores do país. De maneira geral, a sociedade egípcia do pós-Segunda Guerra mantinha-se unida apenas pelo sentimento anti-britânico, já que eram inúmeras as expressões políticas que despontavam naquele então. O regime de Nasser foi pouco a pouco eliminando as vozes dissonantes como a do partido Wafd, do Partido Comunista e da Irmandade Muçulmana.

A pauta interna do país terminou por se impor sobre a política externa, buscando o novo governo isolar a influência britânica não apenas internamente, mas também no Oriente Médio. A ascensão das superpotências, Estados Unidos e União Soviética, surgiam como alternativas para neutralizar o passivo de dominação britânica na região. Inicia-se assim, um jogo de alianças regionais e globais que serviram ao Egito impor-se regionalmente como potência regional e galgar o espaço internacional de uma potência média.

A figura de Nasser é central nesse processo de consolidação de um projeto nacional, principalmente após sua opção ideológica pelo pan-arabismo. Sob essa bandeira, o líder egípcio conseguiu unificar opiniões não somente internas, tendo em vista sua luta anti-imperialista e antissionista⁵⁶. Assim, pôde jogar com todo o peso institucional que seu país passa a ter na região em busca de alianças estratégicas com as superpotências. A figura de um “irmão mais velho” dentre os países árabes, mais bem articulado dentro e fora da região, com instituições internas mais sólidas, põe o Egito em uma posição privilegiada em assumir uma identidade de ponto de conexão necessária entre as potências do sistema interestatal e o subsistema dos países árabes.

4.3.2. *O expansionismo pan-arabista*

Segundo Doran (2004), é a partir da catalisação do sentimento anti-britânico dos países árabes ao final da Segunda Guerra Mundial que o Egito passa a se auto definir e a agir regionalmente como o país árabe mais importante. Dentro do plano regional, o Egito passa a

⁵⁶ O processo de “consolidação” da opinião pública egípcia, no entanto, não foi simples. De acordo com Cook (2012), foi somente após a tentativa falha de assassinato de Nasser por Mahmoud Abdel Latif que Nasser passa a figurar de certa forma como líder nacional. Mesmo assim, a política do Comando Revolucionário de eliminar quaisquer opositores ao regime teve papel importantíssimo na “consolidação” da liderança interna de Nasser. Todavia, o que consolida a visão interna de Nasser como líder político é, sem dúvida, o processo de nacionalização do canal de Suez em 1956, fato que também o projeta para os demais países árabes.

agir em função de seus interesses e em vista de bloquear qualquer influência britânica, ampliando seu prestígio regional. Assim, de certa forma, a identidade entre a política externa egípcia e a ideia de pan-arabismo é anterior ao Movimento dos Oficiais Livres e se relaciona com a criação da Liga Árabe (DORAN, 1999).

A criação da Liga Árabe em 1945 no Cairo é a primeira medida concreta tomada pelo Egito a fim de contrabalançar a influência britânica na região. Contudo, sua posição como líder dos países árabes não estava consolidada, havendo fraturas políticas dentro da instituição recém fundada. De fato, os países da Liga se organizavam em dois blocos distintos. De um lado aqueles dominados pelas dinastias Hachemitas, Iraque e Jordânia, mantinham posições pró-britânicas, inclusive nutrindo o desejo de uma federalização entre os estados Hachemitas englobando a Palestina, a Síria e o Líbano, sob a alcunha de “União do Crescente Fértil”, que seria amparada pelo poder britânico. Do outro lado, encontravam-se os países pertencentes a “Aliança Triangular”, denominação de Doran (2004), Arábia Saudita, Egito e Síria. Esses países uniam-se pelo forte sentimento anti-britânico e foram fortemente influenciados pelo pan-arabismo egípcio. O primeiro grande desafio da Liga Árabe foi a criação do Estado de Israel na Palestina em 1947.

Diante da criação do estado de Israel, as duas forças opostas da Liga Árabe buscaram articular-se a fim de saírem na frente na disputa pela liderança regional. A iniciativa de um ataque a Israel em 1948 parte da Jordânia, único país da região com um exército verdadeiramente bem formado e equipado naquele então. O governo egípcio hesita em se unir às forças jordanianas, mas a possibilidade de uma ação unilateral da Jordânia frente a Israel poderia dar aos Hachemitas enorme prestígio entre os árabes. O grande temor egípcio girava em torno de um possível acordo entre britânicos e jordanianos acerca da existência do Estado de Israel, que, em retribuição, poderia apoiar o projeto da “Grande Síria”, que envolveria a incorporação da outra parte da Palestina pela Jordânia.

As ações militares contra Israel assumem diferentes frentes, a egípcia e a jordaniana. A derrota militar dos países árabes foi, em verdade, mais dura para a Jordânia, que perde parte significativa de seu exército. Assim, para o Egito, a perda na guerra para Israel significou, de fato, uma vitória sobre os Hachemitas, freando o possível expansionismo jordaniano e assegurando a existência da Síria, sua aliada. Dessa forma, o primeiro conflito árabe-israelense teve um papel central no futuro projeto de liderança regional do Egito ao assegurar-lhe a dianteira dentro da Liga Árabe, passando a ser cada vez mais identificado como o bastião árabe em detrimento do prestígio Hachemita.

A derrota da Jordânia ainda não foi capaz de pavimentar o caminho para a ascensão regional egípcia. Os últimos anos da era Farouq foram marcados por um cenário político interno de enormes disputas e que não conseguiram catalisar o aumento do sentimento anti-britânico no país e na região em um projeto político organizado. A instabilidade regional se segue com uma sequência de golpes civis na Síria em 1949. Tal fato reacendia os temores egípcios com uma possível anexação da Síria pelo Iraque Hachemita.

Em 1952, ainda antes da revolução dos Oficiais Livres, o Egito consegue costurar um acordo de defesa nos marcos da Liga Árabe, o Pacto de Segurança Coletiva. Embora, efetivamente, não tenha conseguido articular militarmente os exércitos dos países da Liga, sua criação representou a articulação de um sistema regional de defesa, sob liderança egípcia, o que viria a ser a base de um projeto de um bloco árabe independente dentro do contexto da Guerra Fria.

A vitória do Movimento dos Oficiais Livres em 1952 passa a ser um símbolo regional do anti-imperialismo e a esperança de populações árabes frente ao avanço do sionismo. Todavia, em 1955, surge o Pacto de Bagdá, que suscita a possibilidade de transformar o Iraque em pivô regional do Ocidente. Assim, a estratégia regional egípcia se volta à contenção do Pacto de Bagdá, movimento que passa a ser o elo de ligação entre a política doméstica, a política em relação aos países árabes, os atritos com Israel e a geopolítica global.

A estratégia de contenção ao Pacto de Bagdá, como preocupação primordial do governo de Nasser até então, passa a ser o critério para a tomada de decisões e articulações internacionais. Sua operacionalização demandava espaço político, principalmente, frente aos britânicos⁵⁷. A ratificação do acordo anglo-egípcio em 1954, prevendo a evacuação total das tropas britânicas do Egito até junho de 1956 e admitindo a cláusula de retorno das tropas na ocasião de algum ataque soviético aos países árabes, Turquia ou Irã, é significativo dessa preocupação regional. Nesse sentido, afirma Ahmad Hamrush “a assinatura do Acordo de Evacuação não foi o fim da disputa com o imperialismo britânico; foi o início de um novo estágio, a disputa sobre o Pacto de Bagdá.” (HAMRUSH *apud* DORAN, 2004, p. 103, tradução

⁵⁷ McGregor (2006) traz uma importante contribuição ao traçar a história militar do Egito. Nesse sentido apresenta como os termos do acordo anglo-egípcio remontavam a difíceis negociações entre os generais britânicos e o partido *Wafd*. De todo modo, após o Egito ter-se transformado em base militar britânica durante a Segunda Guerra Mundial, o espaço para negociações do governo de Nasser com os britânicos era pequeno, mesmo com o forte sentimento nacional anti-britânico. De acordo com o autor, coube à Nasser uma negociação bem articulada entre a opinião pública egípcia e os britânicos a fim de não pôr em risco os interesses de seu governo.

nossa). Outro exemplo da busca de diálogo com os britânicos a fim de prosseguir em seus planos regionais é a solução da questão do Sudão.

De fato, o Pacto de Bagdá articulava estados árabes em torno de um acordo de defesa coletiva com a adesão e supervisão britânicas. O fato da presença britânica no Pacto foi utilizado por diversas vezes no discurso egípcio a fim de ganhar apoio regional, assim como a associação direta entre a expansão do sionismo e a presença de bases britânicas no Oriente Médio. O Egito como o “irmão mais velho” dos países árabes e sustentando seu projeto de se estabelecer como a conexão entre o sistema global e o subsistema árabe, passa, a partir da segunda metade da década de 1950, a disputar regionalmente com os países que ainda se mantinham sob a sombra britânica. É fundamental perceber que, para o governo egípcio, sua existência enquanto tal dependia da contenção britânica na região, que, naquele então, materializava-se no Pacto de Bagdá.

4.3.3. *O Egito e as superpotências*

A perspectiva global das disputas regionais foi um dos principais fatores a potencializar as ações egípcias em relação aos países árabes. Da mesma maneira, a liderança regional era condição *sine qua non* para uma inserção na geopolítica global de forma mais autônoma, garantindo, em última instância, segundo a visão do governo egípcio, sua própria existência.

É sabido que após a Conferência de Bandung, Nasser passa a ser visto pela comunidade internacional como um relevante líder na luta dos países do terceiro mundo por uma posição independente e autônoma dentro do contexto da Guerra Fria. Regionalmente, seu prestígio se dava não apenas pelas emissões de rádio do programa a Voz dos Árabes, mas por seu suporte à guerrilha contra Israel. Do mesmo modo, o passado de dominação britânica, fazia com que o governo egípcio almejasse cada vez mais uma aproximação com os norte-americanos. Estes, todavia, eram reticentes ao envolvimento egípcio no anti-sionismo. A abertura política conseguida frente aos britânicos na resolução da questão do Sudão e nos termos do Acordo de Evacuação, possibilitaram também o flerte com o bloco soviético em busca de divisas e armas, em que se tem por exemplo o acordo militar com a Tchecoslováquia ainda em 1955.

O ataque israelense à faixa de Gaza em 1956 e as negativas do Ocidente em fornecer ajuda militar ao Egito são as escusas para que o país se envolva mais na esfera soviética. De certo, o apoio ocidental ao Pacto de Bagdá era apresentado aos demais países árabes por Nasser

como a renovação da submissão do povo árabe. Essa leitura fazia da aproximação com a URSS um passo rumo a maior autonomia, já que seus acordos militares, em tese, não contariam com as cláusulas de intervenção costumeiras das potências ocidentais, como a Grã-Bretanha.

A crise de Suez, logo após o conflito com Israel foi uma demonstração egípcia à sua região de que se era capaz, de uma vez por todas, libertar o povo árabe do controle britânico. De fato, o episódio contou com a concorrência de outros fatos para tomar as proporções a que se chegou. Em primeiro lugar, a relutância da Jordânia em aceitar fazer parte do Pacto de Bagdá e seu movimento de também “expulsar” as tropas britânicas de seu país. A essa época, a influência americana na Jordânia já era considerável. Outro fator e, talvez o mais significativo, é que a total retirada das tropas britânicas da zona do canal se fez exatamente nos termos do acordo ratificado em 1954, ocorrendo em junho de 1956. Obviamente a situação gerou preocupação internacional, sendo mobilizada inclusive uma ação aos auspícios do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas a articulação egípcia com os soviéticos, impediu que as velhas formas de dominação britânicas se perpetuassem. Ao fim de tudo, o simbolismo da ação no Canal de Suez elevou amplamente o prestígio de Nasser entre os países árabes. Mesmo que a Doutrina Eisenhower o afastasse do fluxo de divisas ocidentais, seu prestígio regional se ampliaria com o posicionamento mais independente que o Egito vinha tomando.

A ruína do Pacto de Bagdá em 1958, com a revolução no Iraque, pavimentou o caminho para a ascensão do pan-arabismo de Nasser, gerando também outras fraturas entre os países árabes. O gigante Egito, agora sob o governo de Nasser, tem a coesão interna necessária para levar a cabo seu projeto pan-arabista, fato que, frente a alguns governos dos novos estados árabes recém independentes ou constituídos, será visto ainda com ressalvas.

A Ascensão da República Árabe Unida, união política entre Egito e Síria, surge em 1958 como a face mais acabada do pan-arabismo. No entanto, tal união decorre da situação de fragilidade institucional em Damasco, em que o Cairo não deixaria que o vácuo de poder no país aliado fosse ocupado por potências rivais. A constituição da RAU e o alinhamento soviético do governo iraquiano de Quasim criou um novo cenário de tensões entre os países árabes, o que levou a Kerr (1965) definir o período como o início da “Guerra Fria Árabe”.

O projeto egípcio de se firmar como o intermediário entre os países árabes, como um bloco coeso, e o sistema interestatal não mais poderia ser conseguido, isso porque não só a ordem internacional estava dividida entre as superpotências, como os países árabes passaram a se alinhar neste mesmo jogo. Não havia mais espaços políticos para se operar por consenso.

Qualquer opção política feita pelo Egito traria, de alguma forma, consequências negativas. Assim, tem início o processo de barganha política egípcia frente às grandes potências e aos demais líderes árabes.

Dessa forma, a união com a Síria era apresentada aos americanos como uma ação de contenção do Partido Comunista naquele país. As acusações de que o novo governo iraquiano seria um fantoche de Moscou também amenizavam suas relações com o Ocidente. De maneira inversa, a aproximação do Egito junto a URSS era malvista pelos sauditas, que viam na RAU um braço do comunismo entre os países árabes e, também pressionados por Washington, esfriaram suas relações com o Egito. Por esse caminho de afastamento, seguiram também o Líbano, a Jordânia e o Irã.

A dissolução da RAU em 1961 aprofundou o isolamento egípcio, principalmente com a escalada do partido Baath ao poder na Síria e posteriormente no Iraque. A fracassada campanha de Nasser no Iêmen levou o Egito ao seu pior nível nas relações com Riad e Washington. Cada vez mais o regime nasserista se via dependente dos soviéticos para manter sua posição regional, posição essa que era o fundamento do poder de barganha com Moscou. O momento de fragilidade egípcia foi lido de maneira correta pelos sírios, que viam no atrito com Israel uma forma de drenar ainda mais as energias do Cairo. Os conflitos na fronteira entre Síria e Israel eram um verdadeiro desafio para Nasser, que tinha no anti-sionismo uma das bandeiras de garantia de seu papel proeminente entre os países árabes. O Egito foi empurrado para um novo conflito armado com Israel em 1967, e seu resultado negativo trouxe consequências ainda mais severas para o Egito do que as derrotas anteriores⁵⁸.

De fato a vitória israelense em 1967 aliada à retirada apressada/forçada do Iêmen e a reaproximação com a Arábia Saudita foram fatores centrais para o sepultamento da política egípcia do pan-arabismo. O final do governo de Nasser é marcado por um sentimento de fracasso frente à ideia de fazer do Egito a liderança dos países árabes. De fato, o pan-arabismo teve uma vida curta e não suportou o jogo de forças da Guerra Fria. Internamente, a opinião pública e a economia egípcia já demonstravam sinais de cansaço diante das restrições que as opções de política externa impunham ao país na década de 1970. Contudo, sem se deixar

⁵⁸ Para se ter uma ideia Barnett (1992) apresenta dados indicando que, de 1960 à 1966, o Egito acumula uma dívida líquida apenas com a URSS de cerca de US\$ 119 milhões. Esse valor passa para mais de US\$ 2 bilhões entre 1967 e 1973. Para além da URSS, a partir de 1973, o governo egípcio também passa a se endividar com seus vizinhos árabes.

influenciar por ideologias, o pragmatismo político de Anwar Sadat agiu sem dúvidas em vista da retomada do crescimento econômico no país.

4.3.4. *As consequências econômicas da paz (e da guerra)*

Somente aqueles capazes de fazer a guerra podem negociar a paz. Embora tivesse atravessado por momentos de vigorosa expansão econômica sob o governo de Nasser, o Egito chega à década de 1970 com seus recursos exauridos por uma guerra de atrito e sem acesso a recursos estratégicos na península do Sinai. A difícil equação entre paz, prestígio e petróleo delineava uma mudança drástica nos rumos da política externa egípcia. Já distante dos ideais do pan-arabismo e sofrendo pressões internas em vista de um melhor desempenho econômico, Sadat tenta desesperadamente reaver as perdas oriundas da derrota de 1967 e da situação de “nem paz nem guerra” com Israel.

A guerra de 1973 é uma guerra pela paz. O Egito já não mais podia suportar a situação na península do Sinai, principal localização de poços de petróleo do país, e no Canal, que já não mais contava com o volume de tráfego anterior ao conflito de 1967. Contudo, o governo toma nova postura ante aos países árabes ao buscar negociar a paz bilateralmente com Israel. O acordo de Camp David em 1978 encerra sem dúvida a trajetória egípcia enquanto *player* regional de peso. O ostracismo regional ao qual é delegado, contudo, destoa de sua recuperação econômica, esta última, fruto de sua reaproximação com o Ocidente.

De fato, a reorientação da política externa egípcia nos anos 1970 é fruto do processo de liberalização econômica que Sadat implanta no país. O fracasso do pan-arabismo se mostra assim nos campos político, militar e também econômico (EL-NAGGAR, 2009). Contudo, a economia quase que planificada que operava no Egito foi capaz de feitos significativos durante as décadas de 1950 e 1960. Barnett (1992) argumenta que houve uma relação virtuosa no Egito entre o esforço de preparação para a guerra, motivado pelos atritos constantes com Israel, e a economia egípcia até a derrota em 1967.

O governo de Nasser foi capaz de expandir a agricultura, progressivamente substituindo as exportações de algodão bruto por fios de algodão e têxteis. Manteve uma moeda própria e certa estabilidade macroeconômica, mesmo com constantes dificuldades em seu balanço de pagamento e restrições à importação em fins dos anos 1960. Seus principais feitos foram relacionados à constituição de indústrias de base, a química e a siderúrgica em especial, e de uma economia de serviços sofisticada. Também foi capaz de solucionar o problema energético interno com a construção da barragem de Assuã, responsável em 1967 por suprir

50% da necessidade energética do país. Essa obra, em particular, é sintomática da virada na estratégia egípcia, quando foi financiada pelos soviéticos, que, a partir de então, passaram a ser o principal parceiro internacional do país.

Segundo Rivier (1979), responsável pelo relatório do CERMOC (*Centre d'Études et Recherches sur Le Moyen-Orient Contemporain*) acerca da economia egípcia, o país, entre 1955 e 1973, teve uma taxa média de crescimento do PIB de 4,7%, sendo a taxa média de crescimento agrícola no período de 3,1% e da indústria de 5,9%. A participação da indústria no PIB é crescente em todo o período, encerrando o ano de 1977, representando 25,7% do PIB, havendo uma forte tendência de elevação da participação da indústria petrolífera na década de 1970, setor inexpressivo para a contabilidade nacional até então. O crescimento do PIB durante as décadas de 1950 e 1960, no entanto, ocorreu a despeito de uma participação tímida dos investimentos como parcela do PIB. A derrota para Israel em 1967 termina por diminuir consideravelmente os fluxos de capital para o país, que só retornariam após a negociação de paz em 1974. Além da seca de recursos externos, os gastos militares acabaram por comprometer por demais o investimento do governo egípcio na economia civil. Para se ter uma ideia, a participação dos investimentos no PIB passa de 13,8% no período 1967 – 1973 para 23,4% no período de 1974 – 1977.

A série de derrotas militares de Nasser e, em especial, a complexa situação na qual o país entra após 1967 colocam a economia do país em situação delicada (BARNNET, 1992). A estagnação da economia egípcia é fruto também da falta de dinamismo da política soviética na região e do avanço sistemático dos acordos americanos com países árabes, essa situação terminou por estrangular o fluxo de divisas internacionais para o país. A *infītah* operada por Sadat visava exatamente reabrir ao país o acesso aos fundos de investimento internacionais e, por meio da aliança com os EUA, receber ajuda econômica externa (EL-NAGGAR, 2009). Sua ação, entendida como o fim do projeto pan-arabista, não foi, no entanto, o fim de um projeto nacional egípcio. Tawfiq al-Hakim, célebre escritor egípcio nos auxilia a compreender um mais sobre a política egípcia:

(..) aquele que se dedica a cuidadosamente estudar os eventos políticos, militares e sociais que ocorreram no Egito durante o governo de Nasser irá descobrir que a verdadeira força motora escondida foi 'excitação e reação', e não o calmo, composto e sério pensamento construído nas bases de uma visão de longo-prazo das coisas. (AL-HAKIM *apud* DORAN, 2004, p. 105, tradução nossa).

A visão estratégica de longo prazo, coerente com o conceito de interesse nacional, não foi, no caso do Egito, excludente de uma tática de desafio e resposta no curto prazo como argumenta Doran (2004) e al-Hakim. Da mesma forma, soube o Movimento dos Oficiais Livres, em especial, Nasser alinhar a geopolítica global, o tabuleiro regional e o crescimento econômico de seu país. Desde a nossa perspectiva, foi exatamente essa coerência que capacitou o país a empreender uma trajetória de independência no cenário internacional, assegurar, entre meados da década de 1950 até a década de 1970, proeminente posição regional e internamente promover um processo de modernização da agricultura, da infraestrutura, dos serviços e da indústria.

A percepção do Egito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial de que sua existência enquanto estado nacional soberano dependia do bloqueio à dominação britânica no Oriente Médio fez inicialmente do combate ao Pacto de Bagdá e posteriormente da expansão da sua versão de pan-arabismo os elementos centrais da coesão entre as dimensões da economia nacional, da liderança regional e da geopolítica global.

Se por um lado o fluxo de investimentos e ajuda externa retorna ao país a partir de 1978, por outro, é neste mesmo período que o pagamento de juros de mora da dívida pública dispara no país.

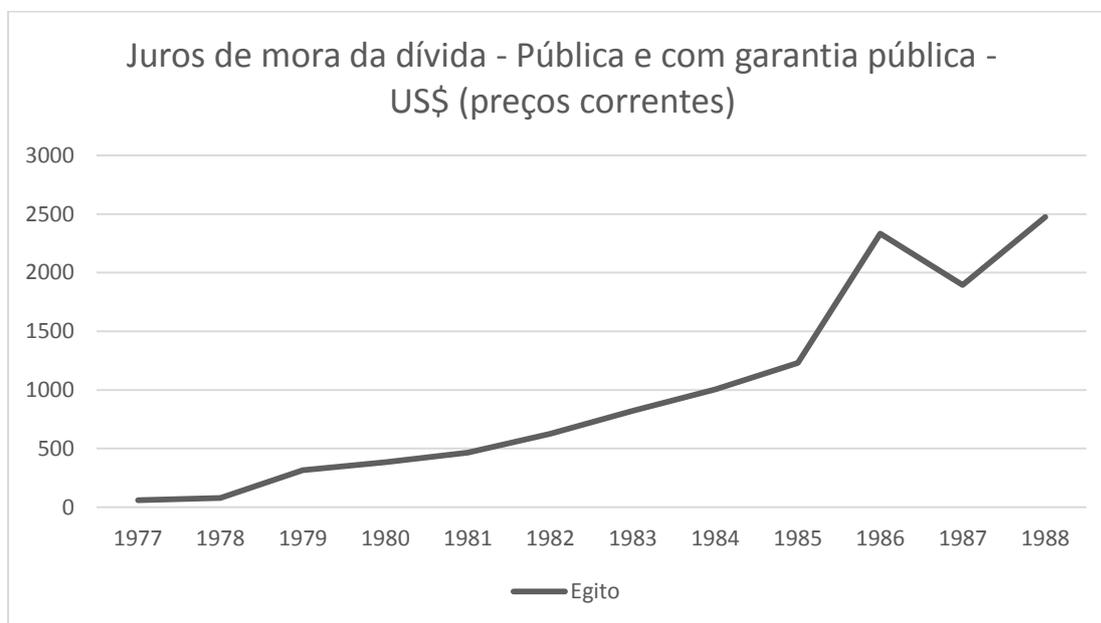


Gráfico 3: Juros de mora da dívida - Pública e com garantia pública -US\$ (preços correntes)⁵⁹

⁵⁹ Dados do WDI do Banco Mundial disponíveis no Google Public Data Explorer. Dados do montante do pagamento da dívida externa pública egípcia. Dívida externa / Fluxo da dívida: Pública e com garantia pública.

O projeto pan-arabista perde forças com Sadat, que retoma o alinhamento automático com o Ocidente. A rivalidade com Israel que antes era instrumentalizada em vista da liderança árabe culminou em um acordo de paz que passou a significar apenas uma tática para a sobrevivência do Estado egípcio (HOPWOOD, 1993). Ao fim da Guerra Fria, o Egito apresentou um projeto de autonomia frustrada, porém economicamente mais bem acabada do que os demais países árabes, com um processo de industrialização mais complexo e com maior participação da indústria no produto nacional. O encaixe de sua política externa, regional e global, com seus objetivos econômicos internos permaneceu virtuoso por aproximadamente uma década (1955 – 1967). O ônus de seu *quasi*-alinhamento com os soviéticos veio a ser sentido posteriormente, com o isolamento regional e a humilhante posição frente ao Estado de Israel e a Washington, que decretaram o fim do projeto egípcio de liderança árabe.

4.4. Irã

4.4.1. Uma Monarquia Revolucionária

Dentre todos os países que são foco deste trabalho, o Irã é o único que não possui raiz árabe ou sofreu um processo intenso de “arabização” de sua população ou cultura. O islamismo adentra o país e logo toma o contorno majoritário do xiismo. Assim, o Irã apresenta características peculiares dentre os demais países estudados, por apresentar uma continuidade maior entre o passado imperial e as formas mais modernas do Estado e por sua adesão particular à vertente xiita do Islã, o que o destaca dentro do dito “mundo islâmico”.

O território do Irã não chegou a ser dominado pelo Império Otomano, mas foi um ponto de disputa entre os impérios russo e britânico, no que ficou conhecido como o “Grande Jogo” do século XIX. As duas potências foram rivais pelo domínio ou influência sobre o território do Irã até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando Inglaterra e Estados Unidos unem-se para expulsar as tropas soviéticas do norte do país. De fato, tão longo período de forte influência estrangeira sobre o país fez surgir dentre a população e as classes políticas locais um arraigado desejo de independência. Esse sentimento certamente esteve presente na revolta contra o monopólio do comércio do tabaco (1890 – 1911) e na Revolução Constitucionalista de 1905.

O início da Era Pahlavi, marcada pela ascensão de Reza Khan ao poder em 1921, trouxe um novo elemento que marcará o projeto nacional iraniano no século XX, a ligação estratégica entre independência e modernidade. Durante os anos de mando da família Pahlavi

investimento em infraestrutura, em substituição de importações e até mesmo em educação foi de alguma forma relacionado com a necessidade de se formar um bom exército.

Economicamente, o xá tinha como meta a autossuficiência do país. No entanto, com o início do negócio do petróleo no Irã, as ambições estrangeiras em relação ao seu território tornaram-se crescentes. Tais interesses econômicos terminaram por trazer maior ingerência britânica sobre a política nacional. O tom nacionalista do regime de Reza Khan não suportou as pressões britânicas no período da Segunda Guerra Mundial, e seu filho assume o trono da monarquia iraniana.

O território iraniano permanece ocupado por britânicos e americanos mesmo após a retirada dos soviéticos dos campos de petróleo ao noroeste, na fronteira com o Azerbaijão. A retomada do projeto nacional iraniano se inicia em 1951 com o processo de nacionalização do petróleo, que tem como figura central o primeiro-ministro Mossadeq. De certa forma, mesmo após a Operação Ajax e a recentralização de poder na pessoa do xá Reza Pahlavi, o Irã passou a seguir um caminho em busca da independência pela via da modernização (nas mesmas claves do que o antigo xá compreendia por modernização).

A partir de 1953, o Irã passa por um processo severo de centralização de poder na pessoa do xá. Em 1955, o xá assume também o cargo de premier e em 1957 é criada a polícia secreta iraniana, SAVAK, sob treinamentos da CIA e do Mossad. Grandes projetos de engenharia são iniciados, muitos deles servindo de propaganda para o governo do xá (AXWORTHY, 2008). Em 1963, o Irã inicia um amplo processo de reformas – urbana, rural, educacional, sanitária – que ficou conhecida como Revolução Branca e que foi descrita no item 3.4 da seção anterior. As modernizações socioeconômicas as quais o xá propunha para o país foram alvos de duras críticas do Aiatolá Khomeini em suas pregações em Qom, ainda em 1963.

Khomeini centralizava suas críticas no caráter desigual do desenvolvimento iraniano, que deixava de fora das benesses dos planos econômicos grandes parcelas da população. O líder religioso também criticava a aproximação do xá com o ocidente e o excesso de centralismo de seu governo. As bases do islamismo conservador que pregava também o colocavam em choque com medidas progressistas adotadas pelo xá, como a não obrigatoriedade do uso do véu para as mulheres e o sufrágio feminino. No entanto, nesse período, Khomeini ainda não pregava acerca da formação de uma república islâmica, fazendo apenas críticas à monarquia, sem pretender a subverter. De toda forma, ainda em 1964, foi exilado no Iraque.

As observações de Abrahamian (1982) acerca do período entre 1953 e 1977 no Irã levam o autor a formular uma tese que em parte conflui com as críticas de Khomeini acerca do regime do xá Reza Pahlavi. O autor argumenta que o Irã passa por um desenvolvimento desigual. A desigualdade de tal processo se dá de diversas formas. Primeiramente o país passa por um boom econômico devido aos altos preços do petróleo. Esse movimento traz impulsos diferentes para a economia e gera imensas desigualdades sociais no país. O abismo social no Irã durante as décadas de 1960 e 1970 não é, contudo, o centro da desigualdade que Abrahamian (1982) deseja mostrar. A desigualdade seria entre o que o autor chama de “sobredesenvolvimento” socioeconômico e o “subdesenvolvimento político” que o país passa.

O regime Pahlavi manteve-se sobre três bases de sustentação, segundo Abrahamian (1982). A primeira e mais importante delas era o exército. O xá relacionava diretamente o aumento da importância do Estado no país com a ampliação do prestígio e do poderio de seu exército. Assim, mais e mais militares passavam a ocupar cargos-chave no governo e mais e mais compras de equipamentos militares eram feitas do estrangeiro, em especial vindas dos EUA. A segunda base era o clientelismo. A família Pahlavi, de maneira ampla, tornou-se a maior proprietária de terras do Irã e os empreendedores mais ricos do país enquanto estavam no poder. Muitos eram os ligados à família que passavam a influenciar a sociedade em favor dos interesses do Estado. Da mesma forma, agia a última base, a burocracia estatal, que passava a incorporar mais e mais pessoas à medida em que o Estado ampliava sua presença social por meio de escolas, universidades, hospitais e demais serviços públicos.

Em 1975, o xá dá sua última movida em favor da centralização de poder, dissolvendo a Majles e criando um partido único, o *Rastakhiz*. O desenvolvimento desigual do projeto iraniano de independência pela modernidade, a partir de então, entra em profunda crise, que culminará com a Revolução Islâmica. Após a primeira década da revolução, sob o comando de Khomeini e em guerra com o Iraque, o Irã passo a passo retoma algumas linhas da política dos tempos do xá. Talvez essa marca do convívio entre elementos tão distintos seja a marca do projeto nacional iraniano. Foi um império modernizador e passou a ser uma república fundamentalista. Em todo caso, seja no império seja na república, o Irã jamais perdeu seu caráter revolucionário.

4.4.2. A Pérsia, ‘Mundo Árabe’ e o nexu do petróleo

A teia de rivalidades regionais do Irã pode ser representada por três distintas fronteiras que apresentaram diferentes desafios ao país desde a era Pahlavi até as primeiras décadas da

República Islâmica. A primeira seria a fronteira norte, que divide o Irã da zona de influência soviética/russa da Ásia Central, do Mar Cáspio, e dos países entre o Cáspio e o Mar Negro. A segunda seria a fronteira com os países árabes por terra, Turquia e Iraque, e as monarquias e a Arábia Saudita pelo Golfo Pérsico. A terceira seria aquela ao leste, em que faz divisa com Afeganistão e Paquistão.

A fronteira norte do Irã inseriu o país, já desde o século XIX na dinâmica de expansão do Império Russo e no século XX coloca o país a poucos quilômetros de distância da superpotência soviética. Iremos analisar tais relações com mais propriedade no subitem seguinte. A fronteira leste, mesmo que tenha um peso histórico para o Irã, já que o Afeganistão já foi em grande parte uma província persa, não foi relevante no jogo de poder regional no qual o Irã se insere ao longo da segunda metade do século XX⁶⁰. A fronteira com os países árabes é a que apresenta maior dinamismo nesse período e por meio dessas relações o Irã faz a ligação entre a política doméstica, sua inserção geopolítica global, articulando, assim os condicionantes e as possibilidades para seu projeto nacional de desenvolvimento.

Ao longo da era Pahlavi, a articulação regional dos xás girou em torno de alianças com países também monarquistas e, em geral, dentro da esfera de influência antes britânica e depois americana. Assim acontece quando o país adere ao Pacto de Bagdá em 1955. Na política iraniana, o jogo de alianças mais amplos, por muitas vezes deram sustentação ideológica para ações pragmáticas com os países do entorno regional. Esse é o argumento de Bakhash (2004) ao fazer um estudo acerca das permanências e rupturas na política externa iraniana antes e depois da Revolução Islâmica. A relação com os países árabes sempre trouxe elementos contraditórios para o Irã, que soube articular-se bem na busca de seus interesses nacionais, construindo um discurso que buscava as afinidades universalistas com seus vizinhos quando possível e, quando necessário, lançava mão de dois elementos fundamentais em sua política regional, o Islã e o petróleo.

O xá possuía assim, boas relações com os Hachemitas no Iraque e na Jordânia, por serem monarquias e por serem países islâmicos, mas suas questões fronteiriças com o Iraque sempre foram tratadas com extremo pragmatismo. Assim foi a atuação iraniana em relação à navegabilidade do rio Chatt al-Arab e em suas articulações com o movimento curdo, mais

⁶⁰ Para uma melhor compreensão acerca da inserção do Irã, particularmente pós-Revolução Islâmica, na dinâmica da Ásia Central e do Paquistão, ver Amineh (2007).

atuante após a queda da monarquia iraquiana. As relações com a Arábia Saudita sintetizam um pouco melhor o pragmatismo regional iraniano.

Durante o período do dito “condomínio americano-saudita-iraniano” (TORRES FILHO, 2007), o Irã soube operar com esses dois elementos a fim de obter vantagens dentro da OPEP e também junto aos EUA. A opção pelo xiismo no país o colocava em constantes tensões com os sauditas ainda nos períodos do xá Reza Pahlavi. O wahabismo saudita sempre vira com maus olhos o xiismo iraniano e, nesse contexto, a rivalidade religiosa está revestida também de traços políticos. A potência militar na qual se transformou o Irã ao longo de seu processo modernizador durante o século XX passou a causar receios aos sauditas de movimentos expansionistas dos iranianos. O Irã, por sua vez, utilizava-se também de seu poder dissuasório para impor sua vontade nas decisões em âmbitos multilaterais como na OPEP.

Bakhash (2004) argumenta que talvez a maior alteração na política externa iraniana, decorrente da Revolução Islâmica tenha sido a passagem de sua posição de uma “potência status quo” para uma potência “anti-status quo”. A revolução potencializa o papel do islamismo no discurso iraniano e cada vez mais passa a ser utilizado como elemento justificador da ação política internacional do país⁶¹. O dever de “exportar a revolução” aos demais países islâmicos, o auxílio a movimentos islâmicos como na Bósnia ou na Palestina dão um caráter universalista ao discurso islâmico da nova república.

Os ataques à cultura ocidental e, em especial, aos EUA, são fundamento para a desconstrução da política anterior do xá Reza Pahlavi antes de verdadeiramente pretenderem engajar o país em uma luta pelo fim do Ocidente. Nesse sentido, Rochot (1981) argumenta que tal discurso era como uma via de mão dupla. O autor afirma que após a revolução, também a figura do xá passou a ser inteiramente associada ao “anti-Islã”, pois estava inexoravelmente ligada às potências estrangeiras. Assim, as influências ocidentais e o passado da política do xá alimentavam mutuamente o ímpeto revolucionário no Irã. Da mesma forma, esse discurso foi capaz de articular setores da sociedade iraniana em torno de causas regionais, como na guerra contra o Iraque e na cada vez mais incisiva crítica aos países árabes que mantinham-se próximos aos americanos, como os sauditas e o Egito de Sadat.

⁶¹ Chenal (1980) traz uma análise histórica e quase jornalística da influência do xiismo durante os eventos de 1979 no Irã. Esse artigo apresenta um argumento de que, a partir da revolução, o aspecto moral passa a ser dominante na política iraniana, deixando de lado qualquer dicotomia ideológica entre “livre mercado” e “planificação”, tão comuns em tempos de Guerra Fria.

Bakhash (2004, p. 249) chega a comparar a construção do discurso revolucionário no Irã, aliando o universalismo islâmico ao pragmatismo nacionalista, à utilização do nacionalismo árabe pelo Egito de Nasser. No entanto, com a morte de Khomeini em 1989, o regime islâmico no Irã passa a adotar um discurso menos ideológico e o pragmatismo se torna mais explícito. O posicionamento do governo em relação à intervenção americana no Iraque é sintomático dessa “correção de rumos” da revolução. Enquanto setores mais conservadores queriam que o país se aliasse ao Iraque contra os EUA, o governo de Rafsanjani posiciona-se contra o Iraque e inaugura a “era da reconstrução” no Irã. O país reata as relações diplomáticas com Egito, Arábia Saudita, Jordânia e Marrocos, voltando-se mais uma vez na busca da liderança da região do Golfo Pérsico, objetivo tradicional da era Pahlavi. A república assim retoma o caminho dos interesses tradicionais da monarquia.

4.4.3. Na encruzilhada das potências

A inserção do Irã na geopolítica global a partir do início da era Pahlavi pode ser avaliada como decorrência de dois elementos centrais: sua posição geográfica e suas reservas de petróleo. Os contornos de tal inserção também estão relacionados à política nacional iraniana e sua relação com os países vizinhos, em especial, os países árabes.

Durante o século XIX o atual Irã é inserido no Grande Jogo entre os impérios russo e britânico, como já mencionamos. De fato, o território do Irã posiciona-se na encruzilhada entre o eixo norte-sul de expansão russa e o eixo oeste-leste de expansão britânica. A proximidade territorial com o império russo trouxe diversas influências sobre a política iraniana. Diversas obras como Abrahamian (1982) e Axworthy (2008) argumentam que a crise vivida pelo czarismo russo trazida pela derrota na guerra russo-nipônica e a desestabilização de seus domínios na Ásia Central estão entre um dos fatores que influenciaram a Revolução Constitucionalista na Pérsia em 1905. A ascensão da União Soviética também trouxe diversas influências sobre a política iraniana, que teve por diversos momentos atenção especial com sua fronteira norte, particularmente, com a expansão de movimentos comunistas e anarquistas.

De forma análoga, a expansão imperial britânica para o subcontinente indiano transforma a Pérsia em um território de ligação entre o império otomano, tradicional parceiro comercial dos britânicos durante o século XIX, e suas possessões coloniais. Inicialmente o interesse britânico na Pérsia resumia-se à manutenção de um governo que fosse permissivo ao trânsito comercial e militar britânico e que garantisse a estabilidade na região. O início do século XX é marcado por uma reviravolta nesse cenário de equilíbrio de poder entre os impérios russo

e britânico e pelo surgimento dos negócios do petróleo, que trazem consigo um renovado interesse britânico pela região.

O cenário internacional também sofre transformações no decorrer da Revolução Constitucionalista. O auxílio britânico à vitória japonesa sobre a Rússia indica a relevância que a contenção do avanço russo na Eurásia apresentava ao cálculo estratégico britânico. As tensões do Grande Jogo levaram à Convenção Anglo-Russa em 1907. As regiões em disputa compreendiam a Pérsia, o Afeganistão e o Tibete. A solução, que foi a partilha dos territórios, demonstrou a fragilização do regime czarista com ampla vantagem aos interesses britânicos. De fato, Afeganistão e Tibete ficaram sob influência britânica. A Pérsia foi fatiada, ficando o Norte sob controle russo, o Sul, britânico, e uma zona neutra tampão ao centro, representada pela “soberania” do xá em Teerã.

A supremacia britânica frente aos russos se reflete com o início dos negócios do petróleo na Pérsia, ainda em 1919, com a fundação da Anglo-Persian Oil Company. O início da era Pahlavi é marcado por um intenso sentimento anti-britânico entre a população, que se traduz em uma tentativa de constituição de um governo mais autônomo. As iniciativas tanto no âmbito econômico quanto no militar no sentido de políticas nacionalistas melhoraram a posição relativa do Irã às potências, tendo em vista os pontos da Convenção de 1907. Entretanto, o domínio britânico no país era notório pelo controle de instituições financeiras em território iraniano e pela influência que os embaixadores e generais britânicos tinham sobre a política do país.

Nesse sentido, Axworthy (2008) argumenta que o afastamento do xá Reza Khan durante a Segunda Guerra Mundial não se dá por um suposto “flerte” do xá com o regime nazista, mas sim pela necessidade de contenção do avanço do Eixo sobre posições britânicas cruciais na região, que seriam o canal de Suez e as reservas de petróleo no Irã. Em 1941, o território iraniano se transforma em um ponto de envio de suprimentos anglo-americanos para a frente russa de combate à Hitler. De maneira diversa, Abrahamian (1982) trabalha com a hipótese de que a invasão em 1941 seria para evitar um possível golpe pró-Alemanha contra o xá, aos moldes do que havia sido tentado no Iraque. O certo é que as tropas aliadas permanecem no país até 1946, demonstrando a falta de autonomia internacional do Irã até a metade do século XX⁶².

⁶² Marlowe (1963) argumenta que as condições para a política nacional da ocupação aliada em 1941 eram semelhantes àquelas do Tratado Anglo-Russo de 1907. Mesmo estando do mesmo lado durante a Segunda Guerra Mundial, britânicos e soviéticos disputavam o apoio dos políticos iranianos com vistas a obterem vantagens estratégicas e econômicas para períodos após a guerra.

Efetivamente o governo de Reza Pahlavi alinhou-se aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Para o Irã, assim como para outros países da região que foram fortemente influenciados pelos britânicos até o término da Segunda Guerra, aproximar-se dos americanos significava maior autonomia em relação aos britânicos. Contudo, em nada a disputa anglo-americana se assemelhou ao antigo conflito anglo-russo. A disputa entre as potências anglo-saxãs se resumiu a preferências comerciais e a concessões de campos de petróleo. No entanto, a disputa pela influência sobre o território iraniano entre americanos e soviéticos serviu para elevar o caráter militarista do governo de Teerã.

Nos anos 1950, Mossadeq cunhou o termo “equilíbrio negativo” para se designar à política do xá em relação às superpotências (BAKHASH, 2004, p. 256). O xá sempre se aproveitou de sua posição estratégica tanto de fronteira com a URSS quanto de grande produtor de petróleo para pressionar as superpotências por auxílios financeiros e militares. O Irã era considerado pelos americanos como uma esfera de defesa avançada na luta de contenção do comunismo. Ao longo dos anos 1950, chega a receber cerca de um bilhão de dólares em ajuda militar dos EUA e utiliza tais recursos para ampliar o domínio interno do governo, contendo rebeliões tribais e populares e fortalecendo a ordem interna com o aperfeiçoamento dos aparelhos policiais do Estado (S.I.P.R.I, 1976).

Na década de 1960, na esteira do grande desenvolvimento dos negócios do petróleo no país, o país ganha maior autonomia e passa a fazer grandes investimentos na compra de equipamentos militares. A partir de 1965, o gasto médio anual em armamentos é da ordem de US\$135 milhões por ano. Em 1966, o xá fecha um acordo militar inédito com a URSS de US\$110 milhões para compra de caminhões blindados e canhões antiaéreos. Segundo o relatório S.I.P.R.I (1976), tal acordo, longe de demonstrar uma aproximação do xá com os soviéticos, marca o grau de independência que o Irã procurou imprimir na esfera militar, optando pelo material soviético por crer em sua superioridade em relação ao americano. Meses após o acordo com os soviéticos, o Irã consegue exclusividade na compra de caças *Phantom* de última geração.

Nos anos 1970, o crescimento vertiginoso das receitas do petróleo no país e seu poderio militar já acumulados nas décadas anteriores colocam o Irã como o principal *player* do Golfo Pérsico. Sua posição diante dos países árabes cresce e começa a despertar receios em Iraque e Arábia Saudita. Sua posição em relação aos EUA também ganha maior destaque e em 1973 selam um contrato de 2 bilhões de dólares para compras de caças *Phantom* e helicópteros

de guerra. Em 1974, compram tanques *Chieftain* dos britânicos e passaram a possuir mais tanques desse tipo do que a própria Inglaterra.

Entre os anos 1950 e 1978, segundo dados do SIPRI⁶³, o Irã foi o terceiro maior importador mundial de armas, ficando atrás apenas da Alemanha Ocidental e da China de Mao Tse Tung, países centrais na lógica da Guerra Fria. Nesse sentido, pode-se observar como o Irã esteve envolto pelo espectro militarista, mesmo não tendo se envolvido em conflitos armados durante esse período. O engajamento militar iraniano é reflexo de sua importância geopolítica para as superpotências, em particular os EUA, e da forma como o xá buscava assegurar seu poder internamente. Os investimentos militares também foram responsáveis por estimular a economia doméstica, como veremos a seguir.

Apesar de todo investimento americano no país, o caráter excludente do desenvolvimento iraniano foi terreno propício ao espalhamento de ideias comunistas. O partido *Tudeh*, que já havia tido papel importante em questões-chave na política nacional, como na ocasião da nacionalização do petróleo em 1951, uniu-se aos movimentos fundamentalistas xiitas dos Aiatolás contrários aos avanços modernizadores do xá e foi responsável por grande parte das manifestações e atos políticos que culminaram com a revolução de 1979.

O Irã passa então a ser um país em constantes choques com os EUA, mas pelo caráter islâmico da revolução, o comunismo foi logo rechaçado, inclusive com o afastamento de líderes revolucionários ligados ao *Tudeh*, que permaneceu na ilegalidade. Ao fim da Guerra Fria, o país ainda ocupava papel central na geopolítica do petróleo e, por conta de sua nova política eminentemente antiocidental trouxe novos complicadores para a política internacional. Contudo, o Irã não abriu mão de seus interesses nacionais após a revolução, não abandonando sua posição de preeminência sobre o Golfo Pérsico.

4.4.4. *Modernidade como independência*

A aliança entre política externa e desenvolvimento nacional sempre esteve presente no Irã moderno. Desde o xá Reza Khan a barganha política internacional fez parte da vida política do país. Não fosse os empréstimos soviéticos e seu treinamento, não haveria a Brigada Cossaca, que serviu como precursor para o exército iraniano, elemento central de sustentação interna dos governos Pahlavi. Os investimentos britânicos em infraestrutura foram fundamentais nas áreas

⁶³ Dados gerados através banco de dados do sítio eletrônico da instituição sueca. Disponível em: http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php.

de transporte de pessoas e de mercadorias, favorecendo o comércio internacional iraniano no início do século XX.

Por outro lado, foi o movimento no sentido de diminuir as ingerências estrangeiras no país que motivou o início de um processo de industrialização nacional substitutiva de importações. Ainda na década de 1930, era uma das prioridades do xá a autossuficiência do país em tecido, tabaco, açúcar e gêneros de primeira necessidade (AXWORTHY, 2008). Após o golpe de 1953 e o restabelecimento do mando de Reza Pahlavi, o país inicia uma nova trajetória de desenvolvimento acentuada pelas receitas do petróleo. Esse relançamento da economia nacional se dá mediante uma renovação dos laços com os EUA e do fortalecimento das bases de sustentação do regime internamente, ou seja, das forças armadas, do clientelismo político ligado à família Pahlavi e do crescimento da burocracia estatal.

De 1954 a 1963, as receitas de petróleo saltaram de meros US\$34 milhões para US\$ 437 milhões (ABRAHAMIAN, 1982). Em uma década, o negócio do petróleo passa a ter mais do que dez vezes o seu tamanho. Juntamente com as ajudas externas americanas, o Irã consegue também decuplicar seu orçamento militar durante o período, chegando à US\$ 183 milhões em 1963. O resultado de tamanha entrada de divisas em uma economia nacional ainda frágil foi um violento processo de inflação, dada a enorme elasticidade-renda da demanda por importações em um país em franco processo de crescimento econômico. Inevitavelmente surge a necessidade de se recorrer ao FMI e aos EUA por ajudas financeiras para cobrir os sucessivos déficits na balança de pagamentos, que chegam com severas imposições de congelamentos de salários e de liberalizações políticas. Como resposta às demandas americanas e como forma de manter seu controle sobre o país o xá Reza Pahlavi lança a Revolução Branca em 1963.

Na década entre 1964 e 1974, as receitas de petróleo no Irã ampliam-se na ordem de US\$13 bilhões. É um aumento verdadeiramente acelerado que faz com que as medidas modernizadoras do xá tomem proporções gigantescas em sentido socioeconômico. É criado o Banco de Desenvolvimento Industrial e Minerador do Irã, oferecendo baixos juros ao setor privado ligado às indústrias de base e ao extrativismo mineral. Nesse período também são lançados três planos de desenvolvimento. Os primeiros planos mantêm o foco em infraestrutura de transportes e melhorias na agricultura como reforma agrária e planos de irrigação. Os últimos planos têm como objetivo a diversificação da indústria, a ampliação da mineração e formação de capital humano. Entre as décadas de 1960 e 1970, o país apresentou taxas impressionantes de crescimento econômico.

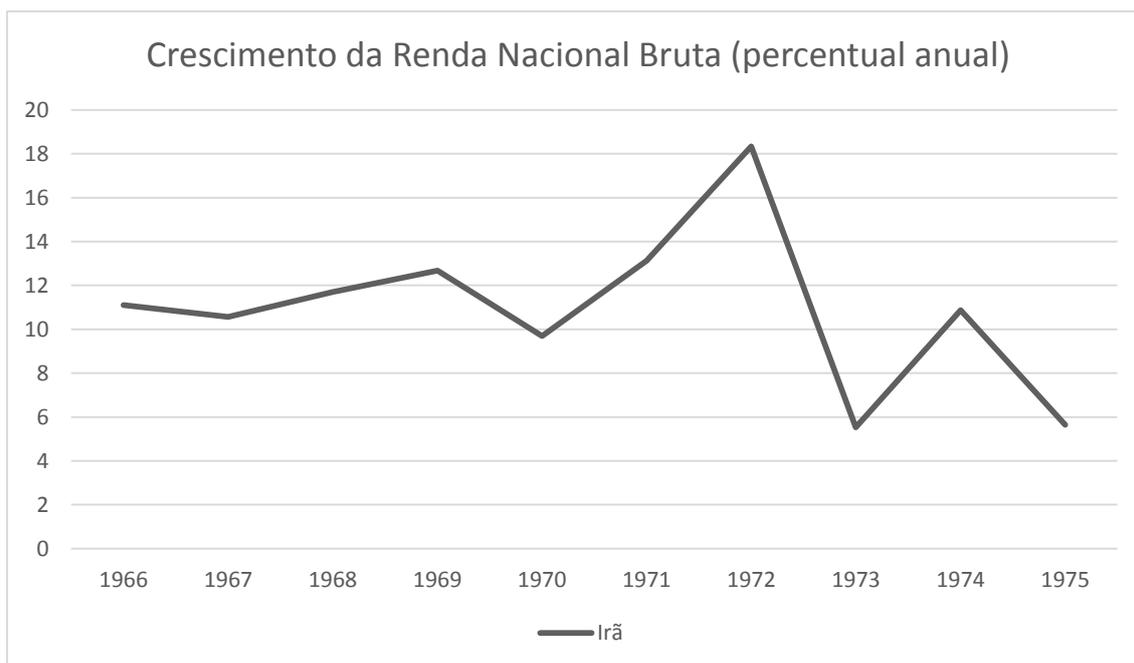


Gráfico 4: Crescimento da RNB (% a.a.) no Irã (1966 – 1975)⁶⁴

Os dados acerca da variação percentual da RNB tomam outro relevo, se compararmos, por exemplo com o caso brasileiro, que apresenta dados muito próximos aos do Irã, sendo menores do que os deste país em vários anos desse período. É importante lembrar que por aqui passávamos pelo ‘milagre econômico, que certamente tem significado distinto do crescimento iraniano, dada a magnitude da economia brasileira. Em todo caso, o crescimento econômico experimentado pelo Irã durante esse período é bastante expressivo, mesmo em uma economia com uma ‘ordem de grandeza’ menor se comparada com a brasileira.

Foram investidos mais de US\$3,9 bilhões em infraestrutura durante esse período. Construíram-se as barragens de *Dezful*, *Karaj* e *Manjel*. O programa nuclear iraniano se inicia em 1973, com a criação da Organização de Energia Atômica do Irã, com o planejamento de construção de mais de 20 usinas nucleares até 1980, contudo, tais planos foram frustrados pela revolução em 1979 (ETHEREDGE, 2011). Toda a estrutura portuária do país foi ampliada e a ferrovia Trans-Iraniana, ligando o Golfo ao Cáspio, foi inaugurada. Ao todo foram construídos cerca de 21 mil quilômetros de estradas ligando os principais centros urbanos do país.

⁶⁴ Dados da WDI do Banco Mundial disponibilizados pelo Google Public Data Explorer. A renda nacional bruta (RNB) é equivalente ao produto nacional bruto (PNB) para fins de contabilidade nacional. É a soma do valor acumulado por todos os trabalhadores residentes, mais os impostos sobre os produtos (menos subsídios) não incluídos na valoração da produção, mais as receitas líquidas da renda primária (remunerações de funcionários e rendimentos de propriedade) do exterior.

Na indústria foram investidos cerca de US\$ 2,5 bilhões entre indústrias de bens não-duráveis e duráveis e indústrias de base e intermediárias. O Irã passa a produzir carros e eletrodomésticos em seu território, assim como aperfeiçoa a indústria de petróleo e gás com uma indústria petroquímica moderna. O país passa a produzir carvão, cobre, alumínio e aço e constitui uma moderna indústria de máquinas mecânicas. Investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhões são feitos na agricultura. A mecanização do campo é um forte fator de expulsão populacional e força a migração para as grandes cidades.

A população iraniana cresce bastante durante o período e o hiato entre o desenvolvimento dos centros urbanos e das vilas rurais é cada vez maior. Quando entre 1974 e 1977, as receitas do petróleo ampliam-se em US\$ 30 bilhões, os problemas sociais do país acentuam-se quase que na mesma proporção. Abrahamian (1982) argumenta que as cidades iranianas, em especial Teerã, cresciam também de forma desigual e que a presença americana no país era grande, o que ampliava a segregação social. Os estrangeiros reuniam-se em bairros fechados e viviam uma vida alienada da maioria da população local. O clima de tensões fomentado pelo caráter contraditório do desenvolvimento iraniano sofre uma intensa escalada com o fechamento político do regime a partir de 1975.

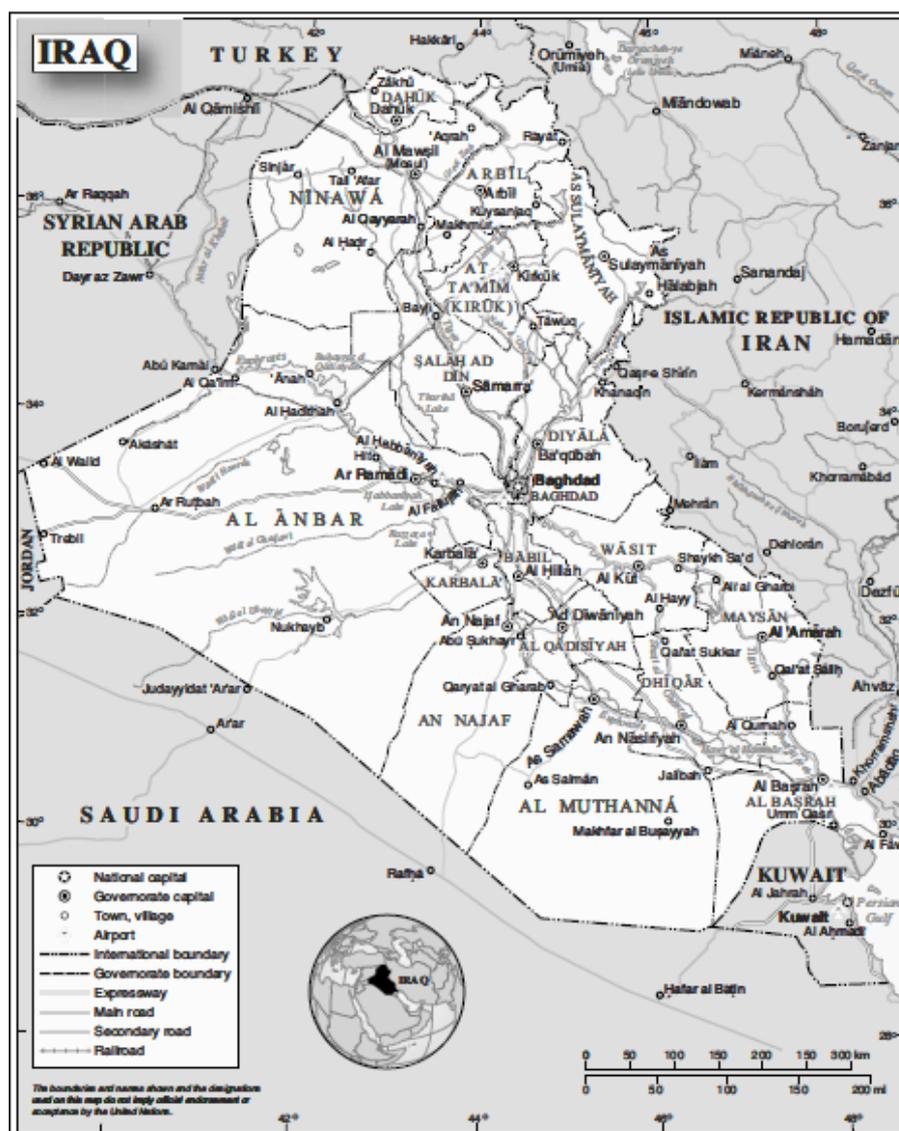
Com a Revolução Islâmica no Irã, o país inicialmente se fecha a influências estrangeiras, buscando extirpar as heranças de influência ocidental sobre seu território. Contudo, com o fim da Guerra Fria, é perceptível o arrefecimento do ímpeto revolucionário no país. No entanto, mesmo com a revolução, o Irã não deixou de relacionar intimamente a política externa e o desenvolvimento nacional, buscando diálogo com potências como a China e fortalecendo diálogos com a União Europeia.

Com a série de sanções econômicas, a tradição militarista do país perde sua posição de destaque na política nacional para o discurso islâmico, que ganha destaque ao inserir cada vez mais o país nas dinâmicas do Oriente Médio. As controvérsias acerca do programa nuclear iraniano, ao lado do inegável papel do país na geopolítica do petróleo, parecem ser o novo ponto crucial para a política de “equilíbrio negativo” implementada tradicionalmente pelo país em vista de sua soberania nacional.

4.5. Iraque

4.5.1. Um país sem nada a perder

O Iraque é um país cujas fronteiras e instituições políticas nacionais foram fabricadas pelas potências ocidentais, em especial a Grã-Bretanha, ao término da Primeira Guerra Mundial. Dodge (2003) afirma que talvez o Iraque seja o caso mais evidente da política de *State-building* das potências ocidentais em suas possessões na Ásia e na África. As consequências dessa construção estrangeira do Estado nacional iraquiano foram sentidas ao longo de sua história durante o século XX.



Mapa 6: Iraque – Divisão Política (2011)

Fonte: Marr (2012).

A partir do acordo de Sykes-Picot, em 1917, o Iraque se torna território sob um mandato britânico. A instituição da monarquia em 1921, com a coroação de um rei estrangeiro⁶⁵, auxiliado por consultores britânicos, é sintomático de um país que se forma de maneira completamente subordinada aos interesses de outras potências. Dentro de tais fronteiras e sob o mando do monarca e da potência mandatária, está uma população extremamente diversa étnica, religiosa e culturalmente. Os curdos se concentram na porção norte do país, os árabes sunitas nas regiões mais centrais e também urbanas, e os árabes xiitas povoam o sul do país, agrupando-se em estruturais tribais especialmente no meio rural⁶⁶.

O entorno regional do país no momento de sua constituição também não era de total tranquilidade fazendo fronteira com dois gigantes não árabes, ao norte a Turquia, e a leste, o Irã. A fronteira com a Síria também apresentava problemas, pela oposição do governo sírio ao mando Hachemita em Bagdá. Com a constituição de Arábia Saudita e Kuwait, seu acesso ao Golfo Pérsico se torna restrito, o que contribui para o sentimento de isolamento regional do país.

O Iraque surge assim como um país internamente fragmentado e com o cenário político dominado pelas potências estrangeiras. Todavia, ainda na monarquia, sob o denominador comum da identidade árabe, o país concentra suas forças em vista da independência frente aos britânicos. Nos anos 1950, há um forte investimento em infraestrutura de transportes e uma ampliação do efetivo controle do governo central sobre todas as regiões do país, elemento que perdurou de forma precária por várias décadas. A questão curda se desarticula por anos com o exílio forçado do líder Barzani ainda em 1945.

A dominação britânica se fez sentir, todavia, bastante presente, com a criação em 1952 da Iraq Petroleum Company, e com a assinatura do Pacto de Bagdá (POLK, 2005). O Pacto, até certo ponto, serviu também aos interesses nacionais, já que estabelecia boas relações com Turquia e Irã e ajudava a manter a segurança nas fronteiras norte e leste. A presença britânica no pacto, no entanto, despertou a insatisfação de ampla parcela da população, que se unificava nas demandas de independência de fato do país. Os rápidos movimentos de modernização do Iraque durante as décadas de tutela ocidental trouxeram também uma ampliação das desigualdades sociais. Nesse processo, frente ao sentimento anti-britânico, boa parte das parcelas mais modestas da população deixaram-se influenciar por ideologias de esquerda. Tais

⁶⁵ É importante lembrar que Faisal era proveniente da península arábica, mais especificamente, da linhagem Hachemita, dos antigos xarifes de Meca e Medina, agora sob o domínio dos sauditas de Riad.

⁶⁶ Para uma abordagem mais completa acerca da criação do Iraque, ver Simon & Tejirian (2004).

influências atingiram algumas fileiras do exército iraquiano, que passou a voltar seus olhos para o modelo soviético.

As forças pró-independência e pró-árabe desempenharam um papel fundamental para a queda da monarquia, demasiadamente ligada ao Ocidente. Em 1958, com o golpe militar e a destruição das instituições políticas criadas pelos britânicos, o país que nasce internamente fragmentado inicia um processo de dez anos de intensas lutas pela constituição de um governo central que tenha o controle eficaz sobre o território. As disputas internas de poder se arrastam por uma década e são marcadas pelo uso cada vez menos escrupuloso da força em uma sucessão de golpes de estado.

Como marca desses governos, de forma esquemática e analítica, do ponto de vista da constituição de um projeto nacional, de uma estratégia nacional de longo prazo, é perceptível que, ao fim da década de disputas que vai de 1958 a 1968, o Iraque havia rompido sua dependência com o Ocidente, todavia, adentrando mais e mais na órbita soviética; a sobrevivência dos regimes e a estabilidade dos sucessivos governos se deu por meio da ampliação do autoritarismo e da repressão em âmbito doméstico; houve uma quase total perda do tato político e diplomático para a resolução pacífica dos conflitos seja internos seja externos.

O conturbado período da década entre 1958 e 1968, com seus ganhos de autonomia internacional, empreendimentos de infraestrutura interna e a ampliação do caráter autoritário do Estado, lançou as bases para o período seguinte que seria dominado pelo partido Baath, entre 1968 até 2003. Em especial, voltaremos nosso olhar analítico sobre as transformações no projeto político iraquiano durante o período compreendido pelo segundo governo Baath⁶⁷, iniciado em 1968, e seguindo até a Primeira Guerra do Golfo em 1991, quando tal governo é extremamente fragilizado, sendo completamente destituído somente em 2003, quando da Segunda Guerra do Golfo.

A derrota para Israel na guerra de 1967 trouxe como consequência o fim do regime de Arif no Iraque com mais um golpe do partido Baath, agora mais maduro e fortalecido para se estabelecer no poder. A inserção do partido Baath no Iraque e a formação de seus quadros possuem características peculiares. Enquanto na Síria, seu país de origem, o partido é composto por quadros mais à esquerda e ligados à ideologia pan-arabista, no Iraque, o que predominou foi um governo pragmático nas relações com as superpotências e muito mais interessado pelas

⁶⁷ Como apresentado no item 3.4 da seção anterior, o primeiro governo do partido Baath no Iraque foi efêmero, durando de fevereiro a novembro de 1963, em que fez a transição entre o governo do Qasim e Arif.

questões nacionais do que na questão árabe regional. Tareq (2008) afirma que a aliança entre o partido Baath e o Partido Comunista Iraquiano foi grande responsável por essa presença maior do pragmatismo. Essa relação trouxe também uma aproximação mais fácil com a URSS.

Hasan Bakr e Saddam Hussein se sucedem no poder, conformando uma coalização de poder em torno dos árabes sunitas, em detrimento de curdos e xiitas e das demais minorias. O círculo de poder no Iraque era, no entanto, mais fechado ainda, especialmente sob o governo de Saddam, que implementa uma política familiar e personalista ao indicar para os grandes cargos familiares e amigos, quase todos vindos de sua cidade natal, Tikrit. É importante lembrar que Bakr era sogro de Saddam.

O processo de centralização do poder surte efeitos, quando ainda em 1972, o governo nacionaliza o petróleo. As receitas para o Estado se avolumam, enquanto Bakr procura resolver as questões relativas a fronteiras. Em 1974, a guerrilha curda toma fôlego com apoio de Israel, Irã e dos EUA. A fronteira norte do país sempre foi ponto de instabilidade para o governo de Bagdá, ainda mais pelas constantes ameaças à soberania dos poços de petróleo da região de Mossul. Os Acordos de Argel em 1975 pretenderam dar fim às hostilidades na fronteira entre Irã e Iraque, firmando o fim do apoio iraniano ao movimento curdo em troca de uma navegabilidade compartilhada no Chatt al-Arab. Mesmo com o relativo fracasso na implementação dos acordos, o episódio marca, segundo Marr (2004), a consolidação do partido Baath no poder no Iraque.

A consolidação interna do poder pelo Baath inicia um processo ambicioso de tentativa de expansão de poder pela região. O isolamento egípcio após nova derrota para Israel em 1973 abre espaço para uma nova liderança árabe, que passa a ser almejada pelo Iraque. Com a resolução temporária da questão curda e o isolamento regional do Egito, o Iraque vê possibilidades concretas de fortalecer seu Estado e sua economia a fim de se tornar o ator mais relevante dentre os países árabes.

A fragmentação política interna é superada pela forte repressão do sistema de segurança do Estado. O projeto iraquiano se assenta assim nas receitas do petróleo, na violência estatal, na busca por ser o expoente árabe no Golfo Pérsico em rivalidade crescente com o Irã. Todos esses elementos conformam um *player* regional de caráter explosivo e com pouquíssimas barreiras internas à implementação de sua política externa já na metade da década de 1970. O contorno das rivalidades regionais e das teias geopolíticas globais é que irão, em grande medida, dar o tom do que se tornou esse país sem nada a perder.

4.5.2. *Um país cercado de inimigos por todos os lados*

O que nos leva a caracterizar o Iraque como um país sem nada a perder na consecução de sua política interna e externa durante a primeira fase do governo Baath (1968 – 1979) é essencialmente o acúmulo entre a vontade de independência, nutrida por toda a história do país, uma conjuntura interna de estabilidade e um arranjo regional fragmentado e permeável. A herança egípcia da liderança regional estava em disputa e o Iraque passa a operar regional e internacionalmente a fim de assegurar tal posição sem medir esforços.

Sem dúvidas, a pedra fundamental para o processo de aumento da importância regional do Iraque se dá com a nacionalização do petróleo em 1972. Tal ato teve relevância central inclusive para o posicionamento do país dentro do contexto da bipolaridade, por promover um afastamento relativo do comércio exterior com o bloco soviético. As consequências do choque saudita em 1973 sobre os preços do petróleo ampliaram o comércio iraquiano com os EUA, a despeito das relações diplomáticas cortadas desde 1967. Tal aproximação mais autônoma ao Ocidente trouxe para perto também seus aliados regionais como a Jordânia e em menor escala a própria Arábia Saudita. Os avanços do governo do partido Baath no Iraque suscitam divergências profundas com as bases sírias do partido. A questão partidária transfronteiriça reflete-se também nas relações entre os países, que passam a ser cada vez mais frias.

A conjuntura regional dos anos 1970 aponta para uma reintegração iraquiana aos países, após mais de uma década de isolamento, devido às conturbações internas do país e ao *quasi*-alinhamento ao bloco soviético. Em novembro de 1978, uma reunião dos países árabes é sediada em Bagdá, a fim de punir o Egito pela assinatura bilateral com Israel do Acordo de Camp David. Em 1980, o lançamento da Carta Árabe decreta o ostracismo egípcio e a ascensão iraquiana à liderança dos países árabes.

No contexto regional, uma questão se apresenta como central para a estratégia da política iraquiana: o escoamento de seu petróleo pelo Golfo Pérsico. É certo que o Iraque, por sua posição geográfica apresenta outras vulnerabilidades, como as fontes de água do país, que são oriundas de países vizinhos – Turquia, Irã e Síria. O pequeno e frágil acesso ao Golfo pode ser simbolicamente representado pela região em torno do polo petroquímico e do porto de Basra. Tal situação adversa sofreu sucessivas tentativas de solução, com a construção de oleodutos pela Turquia, Síria e Arábia Saudita. No entanto, tais formas de escoamento do petróleo iraquiano são também pontos de fragilidade para sua soberania.

A partir de 1971, com a saída britânica do Golfo e a consolidação das novas monarquias, o Iraque enxerga sua posição ameaçada nessa região. Por outro lado, a aliança cada vez mais aberta entre o Irã e os EUA em termos econômicos e militares preocupam sobremaneira o governo de Bagdá. O posto de “xerife do Golfo” dado ao Irã, um país não árabe, pelos EUA é o catalisador do projeto iraquiano de liderança entre os países árabes. O Iraque passa por grandes modernizações em sua economia e sociedade durante a década de 1970 e a política do partido Baath atinge seu ápice quando Saddam Hussein, o até então número dois do regime, assume a presidência do país. Saddam eleva o discurso árabe no Iraque, construindo um tabuleiro geopolítico em que o Iraque seria o país responsável por guarnecer a “fronteira árabe” no Golfo Pérsico.

O discurso de Saddam referia-se a um ideal comum para os países árabes, mas não se tinha dúvidas de seu comprometimento quase exclusivo com a causa nacional iraquiana (MARR, 2004). Se inicialmente seu discurso não surtiu tantos efeitos entre os países vizinhos, a revolução iraniana de 1979 alterou inteiramente o quadro de alianças regionais e o contexto mais amplo de relações com as superpotências. A chegada ao poder de um governo religioso de orientação xiita trazia muitas preocupações aos demais países árabes de maioria sunita, isto é, Jordânia e Arábia Saudita. Além disso, o envolvimento de antigas fileiras do partido Tudeh, a essa altura um clássico partido stalinista, causou uma reversão completa na relação do Irã com os Estados Unidos, para além das feridas abertas a partir da crise dos reféns.

A revolução xiita no Irã cria uma situação em que uma grande crise avizinha do Iraque, mas também uma imensa oportunidade pode ser vislumbrada. Por um lado, a fragilidade do controle estatal sobre o sul do Iraque, de maioria xiita, trazia um grande temor do governo de Bagdá de que a revolução no país vizinho rompesse a frágil fronteira e se espalhasse por seu território. O mesmo poderia ser dito da fronteira norte, que, apesar de não ser ocupada por xiitas, era um ponto vulnerável de ataque do movimento curdo, já que as forças militares e policiais ligadas ao xá estavam desarticuladas.

Por outro lado, as transformações nas alianças regionais e globais traziam um bom momento para o Iraque demonstrar seu papel de suposto líder aos países árabes e ao Ocidente. A virtual desarticulação política e militar no vizinho Irã ampliava a percepção de Saddam Hussein de que um ataque àquele país seria uma grande jogada de estratégia para consolidar seu governo. Dessa forma, lançando um ataque eficaz e rápido, Saddam, a um só tempo, poderia assegurar sua legitimidade interna e a unidade territorial de seu país; finalmente assumir o posto deixado pelo Egito de líder dos países árabes; garantir uma nova posição privilegiada frente ao

Ocidente, em um momento de importante balanço na Guerra Fria com a invasão soviética ao Afeganistão.

Em setembro de 1980 o Iraque de Saddam Hussein empreende seu ataque ao Irã, dando início à Guerra Irã-Iraque. O que era previsto por Saddam como um ataque quase cirúrgico às forças revolucionárias iranianas tornou-se uma guerra que se arrastou por oito anos. Segundo Marr (2004), foi o grande erro estratégico de Saddam Hussein. Ainda nos primeiros anos do conflito, vendo o equilíbrio das forças entre ambos os lados, a aliança dos países árabes em torno do Iraque foi-se desfazendo. O apoio sírio, antigo rival iraquiano, ao Irã foi o primeiro sinal de fragilidade da empreitada militar de Saddam. Quando em 1981 forma-se o Conselho de Cooperação do Golfo, liderado pelas monarquias, excluindo-se Bagdá do acordo, a percepção de um novo isolamento do Iraque na região torna-se clara.

O Estado iraquiano ainda mantém os combates até 1988, sendo financiado quase totalmente por países ocidentais, em especial da Europa. O apoio americano ao Iraque, embora declarado em discursos do presidente Reagan, foi pequeno, sendo famoso o caso Irã-Contras, em que facilitaram o tráfico de armas ao Irã em 1986 contrariando o embargo internacional de armamentos àquele país. O Iraque sai da guerra com uma clássica Vitória de Pirro. Mais de 500 mil homens entre mortos e feridos, uma perda estimada entre 100 bilhões e 200 bilhões de dólares em receitas de petróleo e uma dívida galopante que girava em torno de 30 bilhões de dólares.

A situação social e econômica do país é desesperadora ao término dos conflitos. Com os preços internacionais do petróleo em franca desaceleração, o país busca sem medir esforços uma ampliação no *quantum* exportado. Para tanto o acesso ao Golfo Pérsico torna-se, ainda mais do que anteriormente, uma questão chave para o país. É quando em 1990, o governo de Saddam busca as posições privilegiadas do Kuwait, entendido historicamente como parte do território iraquiano (MARR, 2004). O Iraque busca ampliar o porto de Umm Qasr, no estuário de Khor Add Allah. Para a ampliação do porto, no entanto, era necessário o controle sobre as ilhas Warba e Bubayan que eram do Kuwait e barravam a entrada do porto.

A invasão ao Kuwait elevou ao extremo o isolamento iraquiano. Os grandes países árabes, Arábia Saudita e Egito, logo declararam-se contrárias às ações de Saddam. Ademais, com a falência do bloco soviético, o Iraque não dispunha mais de seu tradicional parceiro no fornecimento de armamentos e nem na obtenção de financiamentos. A intervenção americana, amparada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, destrói o aparato militar do país.

Levantes no norte e no sul tomam temporariamente quatorze das dezoito províncias iraquianas. Sanções internacionais em relação a transações financeiras e comerciais e a perda de controle sobre as receitas do petróleo definem a erosão econômica do país. Enfim, o cenário do Iraque no início da década de 1990 é de desmantelamento do Estado, inclusive de sua soberania interna, e de erosão de sua economia. O projeto de um país líder de seu entorno regional termina por ser o retrato de um Estado cercado de inimigos por todos os lados.

4.5.3. O petróleo: cobiça das potências e reação nacional

Ao longo do período desde o fim da Primeira Guerra Mundial até o fim da Primeira Guerra do Golfo, a inserção geopolítica iraquiana no jogo das grandes potências sofreu três grandes inflexões. Poderíamos destacar três distintos períodos na inserção geopolítica iraquiana ao longo desse quase um século de sua existência enquanto Estado Nação. O primeiro seria o da monarquia, que segue até 1958; o segundo, a década dos regimes militares que vai de 1958 até 1968; e a consolidação do partido Baath no poder que se segue até as intervenções norte americanas em 1990 e 2003.

Essas inflexões, no entanto jamais se dissociaram de dois elementos mais constantes da política iraquiana. O primeiro, mais relacionado à política e à história, seria o sentimento nacional de independência; o segundo, eminentemente geográfico, que seriam a posição estratégica do Iraque no Crescente Fértil e a presença de petróleo em seu subsolo. Trabalharemos com esses elementos de ruptura e permanência ao longo do período em questão, dando ênfase à inserção iraquiana na geopolítica da Guerra Fria.

A ligação vital da monarquia iraquiana com a Grã-Bretanha se faz transparecer pela assinatura do Pacto de Bagdá em 1955. Contudo, o sentimento anti-britânico aglutina a população e o exército pela independência do país, o que significaria uma alteração na inserção geopolítica do Iraque. O golpe de 1958 em Bagdá aciona a VI Frota americana no Mar Mediterrâneo e paraquedistas britânicos são enviados à Jordânia (S.I.P.R.I., 1976). Mesmo com a pressão ocidental, o novo regime de Qasim estreita seus laços com os soviéticos. A proximidade com o bloco socialista se reflete principalmente em acordos para treinamento de tropas militares e no comércio de armas. Tão logo o governo se estabiliza no poder, chegam ao Iraque caças MIG 17, Yak 11, bombardeiros IL-28 e barcos torpedeiros, todos de procedência soviética.

É o golpe de 1958 que insere propriamente o Iraque na geopolítica da Guerra Fria. Até então, sua delimitação junto ao lado ocidental estava muito mais relacionada aos laços coloniais

com a Grã-Bretanha do que com a dinâmica própria das superpotências. Assim, a aproximação da URSS representava a um só tempo um Iraque independente do colonialismo e dentro da geopolítica da Guerra Fria como um país hostil aos interesses americanos na região.

A virada iraquiana em 1958 também teve distintos significados para os arranjos geopolíticos regionais. Por um lado, transformasse em nova barreira “socialista”, reforçando a necessidade em se “conter o comunismo” naqueles países dentro da esfera de influência americana. Por outro lado, trouxe atritos dentro da própria esfera de influência soviética entre os países árabes como a Síria, mas em especial com o Egito. Com o passar dos anos e com as dificuldades internas em se manter o poder no Iraque, o país foi mergulhado em uma nova dependência de financiamentos e de armas com o bloco soviético. A frieza dos sucessivos governos iraquianos com a causa do nacionalismo árabe o isolou ainda mais regionalmente.

Tal isolamento regional, no entanto, não deixa o Iraque em uma constante posição de dependência quanto ao bloco soviético. A inserção internacional iraquiana tendeu, ao longo dos anos, a se conectar muito mais com a política interna do que estar relacionada ao entorno regional. Assim, uma questão chave para as alianças externas do país foi a questão curda, que fez o país ora estar mais ao lado dos soviéticos ora retornar às velhas alianças com os britânicos, agora sobre novas bases. Dessa forma, a instabilidade política dentro do país durante os dez anos de sucessivos golpes de Estado fez as relações exteriores do Iraque flutuarem ao sabor dos distintos regimes que se instalaram. De maneira geral, no entanto, ao longo dessa década, pode-se afirmar que a percepção é a de um aumento significativo da influência soviética no país.

A guerra árabe-israelense de 1967, a Guerra dos Seis Dias, trouxe consequências para o Iraque, pois enfraqueceu o regime dos irmãos Arif e trouxe novamente ao poder o partido Baath. Essa alteração interna veio reforçar a posição nacionalista do governo iraquiano em um momento em que os demais países árabes passavam por sérias dificuldades, já que muitos tiveram sérias perdas com a derrota militar. O Iraque não havia se envolvido demasiadamente no conflito e pôde estar em uma posição mais favorável no período que o sucedeu para negociar acordos militares e econômicos com as superpotências⁶⁸.

Ainda em 1969, o governo de Bakr anuncia um acordo militar com a URSS. É o ponto alto da relação entre os dois países. Em 1971, a saída britânica do Golfo afeta diretamente a

⁶⁸ É simbólico dessa postura mais autonomista do Iraque o episódio da recusa de uma oferta do governo francês de caças Mirage. A França vislumbrava uma concessão gratuita de um campo petrolífero em troca das aeronaves. Tais acordos foram comuns com outros países árabes como Jordânia e Síria, tendo em vista a destruição de parte significativa de seus aparatos militares e a constante necessidade de defesa na região à época (S.I.P.R.I., 1976).

posição internacional do Iraque, já que países como Bahrein e especialmente o Kuwait passam a sofrer diretamente pressões americanas por acordos militares e passam a desempenhar uma política de defesa nacional, inexistente enquanto protetorados britânicos. O Golfo Pérsico passa a se tornar um ponto central na disputa entre as superpotências, operando cada vez mais diretamente nas políticas domésticas dos países em seu entorno.

Em 1972, o governo iraquiano nacionaliza as reservas de petróleo do país. A ação que causa alvoroço entre as petrolíferas que operavam no país, especialmente os consórcios anglo-americanos, logo traz uma melhora nas relações internacionais do país por dar início a uma política comercial mais ligada ao Ocidente. Quando em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo, o Iraque, membro fundador da OPEP, passa a um novo patamar em suas relações com os EUA. A influência soviética no Iraque é cada vez mais tênue. A implementação de uma política de barganha envolvendo a troca de petróleo por armas coloca o Iraque como um intermediário entre o comércio de petróleo com o Ocidente e o comércio de armamentos com o bloco soviético.

Essa posição de intermediário comercial não traz relações privilegiadas nem com a URSS nem com os EUA, que tem outros parceiros preferenciais na região. A Guerra Irã-Iraque vem demonstrar a posição de pouco comprometimento das potências com o regime iraquiano. O subsequente esfacelamento do bloco comunista deixa o Iraque em situação delicada frente aos EUA. Um regime terrivelmente endividado, com sérios problemas de ameaças à unidade de seu território e que nunca se demonstrou realmente engajado com o mundo capitalista. O colapso político do país com a intervenção americana *Tempestade no Deserto* demonstra que o Iraque representa uma posição estratégica cobiçada demais pelas potências para estar sob o governo de regimes pouco comprometidos com a ordem internacional.

4.5.4. Auge e decadência da economia iraquiana: os custos da guerra

Agora que vimos as dimensões da política interna, das rivalidades regionais e da inserção geopolítica do Iraque, buscaremos analisar de que forma tais dimensões influenciaram o projeto de desenvolvimento do país. Novamente a divisão temporal entre os períodos do mandato e da monarquia, da década dos golpes de Estado e do segundo governo Baath nortearão nossos breves comentários. Ademais, as permanências, como o desejo por maior autonomia externa e, especialmente, a geografia iraquiana serão elementos importantes para a compreensão da relação entre geopolítica e desenvolvimento no Iraque.

O entrelaçamento entre os elementos externos e internos é uma constante na história iraquiana. Todavia, muitos afirmam que sua inserção internacional é sempre reflexo de sua política interna (MARR, 2004; S.I.P.R.I., 1976). Ora, o forte componente interno em sua política externa não pode ser visto sem se levar em consideração as influências e determinações estrangeiras em sua história e geografia. O primeiro elemento que salta aos olhos de quem observa o Iraque é o traçado de suas fronteiras. Foram fronteiras traçadas pelo mandato britânico e trouxeram diversos constrangimentos tanto à política interna, como na questão curda, como à política externa, como nas disputas pelo Chatt al-Arab com o Irã e nas ilhas de Warba e Bubayan com o Kuwait. Em um país cujas fronteiras foram delimitadas por potências estrangeiras, os assuntos de política interna também serão, de certa forma, influenciados por tais delimitações. Essa percepção do entrelaçamento entre política interna e externa no Iraque é fundamental para tentarmos apreender de que forma a geopolítica regional e global, em especial durante a Guerra Fria, influenciaram seu projeto nacional de desenvolvimento.

Primeiramente, ainda durante o mandato britânico, o Iraque se descava por ter uma das maiores áreas irrigadas do Oriente Médio, no Tigre e Eufrates, com produtividade próxima a do vale do Nilo. Tal processo de irrigação permitia a produção de culturas para exportação, em especial, tâmaras, no entanto trazia prejuízos ao solo no médio e longo prazos por não contar com um igual sistema de drenagem (OWEN & PAMUK, 1998). O lado mais marcante do mandato britânico é, certamente, o estabelecimento de um sistema de preferências ou mesmo de exclusividades coloniais. Essa prática, mesmo não permitida pela Liga das Nações – quem de júri havia estabelecido os mandatos – foi consagrada no Acordo Anglo-Iraquiano de 1930. Assim, o Iraque entra na zona da libra esterlina e tem seu balanço de pagamentos controlado pelas autoridades britânicas. Em 1931 é criada a IPC, sob controle britânico, colocando as explorações de petróleo em um novo patamar⁶⁹.

A independência formal trouxe a possibilidade de mais investimentos em infraestrutura e uma especial atenção com saúde e educação. Ainda sobre os efeitos da Crise de 1929 sobre os preços agrícolas e com a imensa redução no comércio internacional devido à Segunda Guerra Mundial, a economia iraquiana sobrevive de forma precária até a segunda metade da década de 1940. O pós-Segunda Guerra se apresenta como um momento em que a importância do petróleo para a economia iraquiana cresce consideravelmente. A introdução do sistema de partilha de 50% para o governo e 50% para o consórcio de petroleiras estrangeiras

⁶⁹ As explorações se iniciam na região de Kirkuk ainda em 1925.

faz crescer enormemente as receitas da monarquia. As receitas iraquianas eram controladas por um comitê formado por cinco iraquianos e dois estrangeiros, um britânico e um americano. Ainda em 1953, o governo cria o cargo de ministro do desenvolvimento, para auxiliar o comitê. A aliança entre a administração britânica, a monarquia e os donos de terras fez crescer as desigualdades sociais no interior do país, um dos principais fatores que fariam eclodir a revolução de 1958.

Os grandes feitos do governo Qasim, a Lei da Reforma Agrária de 1958 e a Lei 80 de 1961, que tomava de volta para o Estado 99,5% das concessões de petróleo, reorientaram o desenvolvimento do país. Tais movimentos da política econômica foram reflexos diretos do esgotamento da política “colonial” britânica no país ainda operada pela monarquia. O encerramento do Pacto de Bagdá e a aproximação com o bloco soviético são a face geopolítica de tais transformações. Os negócios do petróleo tiveram uma forte expansão, já que a IPC já há décadas praticava uma política de baixa produção, a fim de reduzir as receitas do governo e evitar resistências locais.

O governo central se estabiliza sob o comando dos irmãos Arif. Em 1964, implementam a nacionalização de 30 grandes indústrias, bem como bancos e agências de seguros. Era uma forma imitativa do modelo de “socialismo árabe” adotado também no Egito de Nasser (OWEN & PAMUK, 1998). O governo agora passava a controlar cerca de 30% da produção de manufaturados, o que se apresentava como algo desejável aos olhos do principal parceiro de então, a URSS, mas a gestão pública dessas empresas se tornava um imenso desafio para um país que vivia constantes crises de instabilidade política. Mesmo diante das dificuldades, é nesse momento que o Iraque inicia sua produção de derivados de petróleo, como petroquímicos e plásticos. Durante o governo Arif é criada também a Iraqui National Oil Company (INOC), símbolo do novo modelo de desenvolvimento centrado no Estado e que buscava independência diante dos resquícios de domínio britânico sobre o país.

Os avanços econômicos advindos da década dos golpes de Estado lançaram as bases para o período de “desenvolvimento com capital ‘ilimitado’” (OWEN & PAMUK, 1998, p. 166) de 1968 a 1980. O partido Baath logo posiciona-se próximo à URSS para a exploração do campo de Rumaila, que se inicia em 1972, mesmo ano em que a IPC é nacionalizada. A nacionalização e a autorização para exportação de seu petróleo vieram exatamente no momento de maior elevação dos preços do petróleo daquele período. As receitas subiram de 6 bilhões de dólares em 1974 para 26,5 bilhões de dólares em 1980. Amparados por tamanho volume de recursos, o partido Baath foi capaz de empreender uma série de investimentos na economia

iraquiana. Nesse período, o Iraque passa por um processo de *catch up* de seu principal adversário geopolítico regional, o Irã, e por um distanciamento cada vez maior do Egito, principal líder político dentre os países árabes. Isso pode ser observado pela evolução dos valores de PIB *per capita* destes países, como mostra o gráfico a seguir:

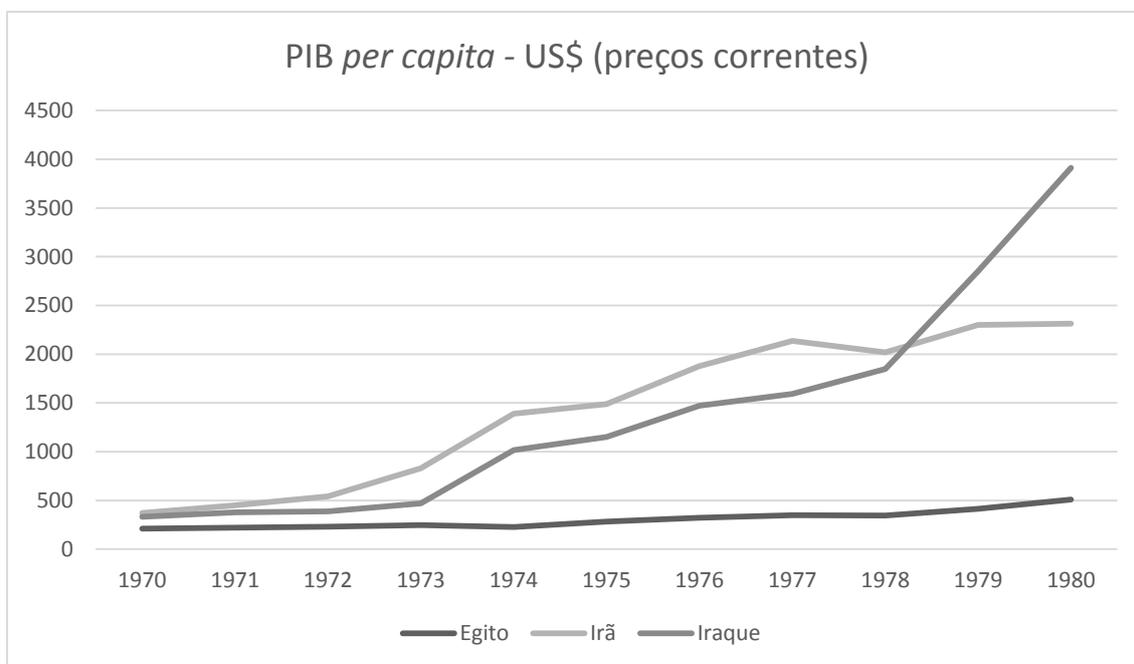


Gráfico 5: PIB *per capita* Egito, Irã e Iraque – US\$ (preços correntes) (1970 – 1980)⁷⁰

Mas o acesso aos recursos financeiros não é capaz de determinar sozinho os rumos da economia iraquiana, que naquele então passa a receber vultosos investimentos em infraestrutura, indústrias, agricultura, saúde, educação e habitação. Após uma década de constantes insurreições no norte e no sul do país, era prioridade do governo criar condições mínimas de estabilidade política para assegurar seu governo. Os desafios geopolíticos do entorno, como as questões fronteiriças a norte, em especial a guerrilha curda, foram fundamentais para o maior equipamento do exército e para uma ampliação da presença do Estado iraquiano na área, garantindo um caráter permanente às fronteiras fluídas daquela região. Ademais, a questão do acesso ao Golfo Pérsico torna a ser central para o escoamento da produção petrolífera e engendra uma série de desafios geopolíticos que necessitam de esforço econômico para sua superação.

⁷⁰ Dados do WDI do Banco Mundial disponibilizados pelo Google Public Data Explorer.

Do ponto de vista global, os recursos do petróleo também auxiliaram o Iraque a ligar-se comercialmente ao Ocidente. Ao passo que a renda nacional se elevava, mais bens de consumo eram demandados dos países ocidentais, em especial os EUA. As cidades iraquianas também se modernizam e passam por amplo processo de reformas, demandando a participação de empresas estrangeiras nas obras de infraestrutura ao lado das empresas estatais. O Iraque firma sua estratégia nacional sobre as bases da barganha entre as duas superpotências, firmando laços comerciais e econômicos de um lado e militares e de segurança de outro. O declínio do regime egípcio é fundamental para o desafio regional iraquiano de se tornar um ator relevante a frente dos países árabes.

De fato, os petrodólares financiaram o maior processo de industrialização da economia iraquiana, mas, não fossem os desafios geopolíticos com os quais o país se deparava, nada garantia que tais recursos fossem aplicados em projetos de desenvolvimento. A exacerbação de tais desafios se apresenta com a revolução islâmica no Irã em 1979. O país volta todo seu empenho militar e econômico para o confronto contra os xiitas iranianos na esperança de ampliar seu prestígio com os EUA e com os demais países árabes. Não fosse essa percepção estratégica de poder assumir um papel extremamente relevante na região com a vitória sobre o Irã, Saddam certamente não se lançaria em tamanha empreitada militar.

O fracasso nas campanhas militares e as dívidas advindas do longo período de confrontos determinaram o fim do ciclo de crescimento da economia iraquiana. Foi uma economia com rápida expansão e desastrosa contração ainda mais veloz. O ímpeto do regime Baath não foi capaz de superar os desafios externos e a desordem interna no país. As intervenções americanas sagraram a derrocada do projeto de um Iraque mais autônomo internacionalmente e com uma economia mais industrializada e vigorosa⁷¹.

⁷¹ Tareq & Haddad (2004) trazem contribuições críticas acerca do panorama de degradação humanitária ao qual o Iraque é submetido a partir das intervenções americanas e das sanções econômicas internacionais. Trata-se da falência quase completa de um Estado nacional no país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, buscaremos apresentar algumas considerações finais no intuito de dar uma visão mais acabada aos comentários que tecemos acerca da relevância dos conflitos geopolíticos para os projetos nacionais de desenvolvimento em Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria. Em sentido lato, a relação entre geopolítica e desenvolvimento nacional está inserida em uma tríade mais ampla que relacionada poder, tempo e espaço. Nesse sentido, a observação da forte influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento apresenta-se também como uma abordagem para se compreender a evolução histórica desses países e tabuleiros regionais.

Ao longo deste trabalho, abordar a história de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque, primeiramente de forma articulada, buscando observar o conjunto da evolução econômica e dos constrangimentos geopolíticos nos possibilitou colocar as trajetórias individuais na perspectiva do conjunto e as inserir nas disputas internacionais de poder. Nesse sentido, nossa posterior análise dos países caso a caso pôde não se limitar às relações de causalidade intrafronteiriças e lança a pergunta acerca do desenvolvimento nacional nas teias das relações de poder entre os países.

Nesse caminho, pudemos perceber que olhar a formação dos Estados Nacionais sob a metodologia de Novy (2002) nos serviu como porta de entrada para observar a forte influência das disputas geopolíticas sobre os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento. Observar as relações entre o “poder sobre o espaço” e os “espaços de poder” na formação dos Estados Nacionais foi fundamental para compreender a diferença qualitativa entre a dominação colonial britânica e a posterior ascensão do “poder americano” e a entrada dos países no “sistema interestatal capitalista”, mais especificamente, sob a geopolítica da Guerra Fria. Nesse sentido, pudemos observar diferentes camadas conflitivas atuando na história do conjunto dos países, desde seus passados longínquos até a gênese de seus Estados Nacionais. Isso posto, a análise sobre as trajetórias dos projetos nacionais de desenvolvimento assume nova chave, incorporando o peso de tais conflitos nas lutas nacionais em busca de autonomia político-econômica.

De forma alguma buscamos ao longo deste trabalho as causas em última instância (a palavra final) para explicar o desenvolvimento de um projeto nacional. Nossa pretensão se restringiu à observação de que os fatores geopolíticos influenciam fortemente tal fenômeno e

que, a interação entre as disputas de poder nacional, regional e global foram capazes de dar diferentes tons aos processos de desenvolvimento de Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. Nesse sentido, chamou-nos a atenção, dentro das narrativas observadas, a possibilidade de montagem de diferentes arranjos históricos e distintas narrativas de acordo com o recorte e a ênfase na qual o autor esteja interessado. Colocamos abaixo alguns dos conjuntos que, ao término do trabalho, pudemos observar:

- a) Países Árabes (Arábia Saudita, Egito e Iraque) e Países Não-Árabes (Irã).
- b) Países produtores de petróleo (Arábia Saudita, Irã e Iraque) e Países não-produtores (Egito).
- c) Países com mais longa história institucional (Egito e Irã) e países de história institucional mais recente (Arábia Saudita e Iraque).
- d) Países que buscaram mais fortemente autonomia durante a Guerra Fria (Egito e Iraque) e Países que buscaram vantagens em um alinhamento mais automático (Arábia Saudita e Irã).
- e) Países que buscaram expansionismo territorial (Egito e Iraque) e Países que buscaram manutenção territorial (Arábia Saudita e Irã).
- f) Países que controlam espaços estrategicamente importantes para a economia mundial (Egito [Suez] e Irã [Hormuz]) e países sem tais controles (Arábia Saudita e Iraque).

A princípio, cada arranjo apresentado parece capaz de contar uma história diferente acerca dos países. Acreditamos que tais arranjos, no fundo, estão ligados a temporalidades diferentes. E é na dialética dessas durações, em sentido braudeliano, que pudemos apreender melhor o sentido mais amplo das relações entre geopolítica e desenvolvimento nacional para os casos estudados. Nos países aqui estudados, as relações entre a geografia e a história são profundas e nos permitiram mergulhar de alguma forma, a título de conclusão, no que afirma Braudel:

A evidente multiplicidade de explicações da história com seu distanciamento entre dois pontos de vista diferentes e suas próprias contradições harmoniza-se realmente numa *dialética* característica da história, baseada na diversidade dos tempos históricos – o tempo rápido dos acontecimentos, o tempo mais alongado dos episódios e o tempo demorado e preguiçoso das civilizações (BRAUDEL *apud* PAQUOT, p. 11, 1989, grifo do autor)

Assim, tais conflitos e suas distintas temporalidades conformaram também o que percebemos como a dicotomia entre os “Estados-economias nacionais” e os contornos geopolíticos do “sistema interestatal capitalista”, nos termos de Fiori (2004). Nesse sentido, dentro da compreensão de Foucault (1995) acerca de sujeito e poder, foi possível observar a influência das potências sobre a construção dos países e suas interferências em seus destinos, da mesma forma que a força dos países em se contraporem e a se afirmarem enquanto “espaços de poder” nacionais, buscando espaço de manobra política em territórios tão centrais para a geopolítica global, especialmente durante a Guerra Fria.

A fim de lançar um olhar acerca da atual conjuntura da região, parece-nos também fundamental resgatar tais camadas de conflito sob uma perspectiva histórica, levando em consideração os aspectos geopolíticos e geoeconômicos da região e de cada país em particular. No entanto, percebemos também que o método aqui empregado possui insuficiências, o que é natural, e assim abre espaço para agregar de maneira mais própria alguns dos conflitos aqui levantados. Assim, percebemos a necessidade em se aprofundar a compreensão acerca do Islã político, da ideia do nacionalismo árabe e seus contornos supranacionais. Esses foram os custos de se ater a uma perspectiva materialista (geográfica) da política e não avançar o olhar sobre espectros do campo das ideias que tem relações com o espaço de maneira não necessariamente sob o contorno “nacional”.

A conjuntura atual de instabilidades no Mundo Árabe dá destaque ao esforço empreendido por essa pesquisa. Poderíamos dizer que, ao longo do século XX, tivemos dois momentos importantes de transformações na região e, em especial, nos países foco deste estudo. Primeiramente, entre o final da Primeira Guerra Mundial e o final da Segunda, em que estão nascendo como Estados Nacionais e adentrando no sistema interestatal capitalista. O segundo seria do final da Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria, em que empreendem, cada um à sua maneira, projetos que buscaram ampliar ou no mínimo assegurar suas autonomias internacionais. Todos esses ‘projetos’ foram direcionados a questionar o *status* de dominação da região, nutridos por um sentimento – ou objetivo estratégico – que aqui chamamos de “anti-britânico”. Para tanto, os países buscaram alianças com as superpotências, o que automaticamente já as inseriu em uma nova trama de poder e de dominação. Nas distintas alianças, aqui ressaltadas por acordos econômicos e militares, alguns buscaram maior autonomia ao lado dos Estados Unidos e outros da União Soviética. O fato é que o grau de estabilidade das diferentes políticas nacionais foi determinante para a longevidade de tais alianças (ou não).

À exceção de Arábia Saudita, todos os demais, em algum período, tiveram relações mais próximas com os soviéticos. Os casos mais notórios foram de Egito e Iraque. Nesse sentido, o caso do Egito chama a atenção por ter sido o país a mais precocemente se alinha aos soviéticos e portanto o primeiro a ser alvo de reações dos EUA. Foi o país que teve sua economia com maior nível de planificação e espelhamento no modelo soviético, mas não foi capaz de empreender um duradouro período de crescimento ou passou por rápidas expansões. Na verdade, o não-desenvolvimento, se assim se pode dizer, do Egito, talvez seja o sinal mais explícito das relações entre geopolítica e desenvolvimento nacional. A ascensão e queda do Iraque também se mostra emblemática. Um país que em vinte anos, passou do *status* de esperança de levar ‘democracia e liberdade’ ao Irã revolucionário à Estado párea, sem haver mudança de governo. Uma economia pujante, que seguiu ao processo de nacionalização do petróleo, obliterada pela guerra. O Irã do xá, país de fronteira com a URSS e com os países árabes, possuidor de imensas reservas de petróleo, foi capaz de promover um processo de crescimento econômico robusto. Com um dos maiores orçamentos militares da Guerra Fria, o Irã do xá não se envolveu em nenhum conflito armado. Não há como não fazer a associação entre riqueza e poder no caso iraniano, mais especificamente, entre petróleo e armas.

Passado o momento da ‘experimentação das soberanias’, a vitória americana na Guerra Fria trouxe o final desses projetos nacionalistas. Somente a Arábia Saudita continuou com sua mesma configuração de poder, talvez fosse o prêmio da lealdade por todos aqueles anos. O Iraque entra no século XXI arrasado; o Egito, sob Mubarak, logo viria a demonstrar a fragilidade dos governos militares pós-Nasser; o Irã, após a revolução, busca contrapor-se à supremacia americana, mas depois da morte do Aiatolá Khomeini, perde o ímpeto revolucionário e entra em uma nova fase pragmática, mas sob sanções econômicas. No contexto geral, após mais de vinte anos do término da Guerra Fria, podemos dizer que o Oriente Médio passa por um novo período de grandes transformações. Após o crescimento do terrorismo internacional e do fracasso americano na Guerra ao Terror (Iraque e Afeganistão), tivemos novos expansionismos de Israel, a Primavera Árabe (Tunísia e Egito), a intervenção na Líbia. Os tempos hodiernos são de intensos conflitos e de novas fraturas no tecido socioeconômico de países que já vinha esgarçado desde o fim da Guerra Fria.

Se Torres Filho (2007) afirma que os mercados de petróleo entram em um período de caos com a falência do “condomínio americano-saudita-iraniano” após a revolução em 1979, certamente a supremacia americana no Oriente Médio, resultado do fim da Guerra Fria coloca a geopolítica regional em um período de caos deveras ampliado. Tirando o esbanjamento

econômico dos pequenos emirados (ex-protetorados britânicos) do Golfo, a região mergulhou num período de intensas incertezas. Nessa conjuntura de caos, a imagem de tais países para o Ocidente parece cada vez mais turva e desfocada. Assim, o resgate das histórias de países que tiveram papéis importantes na segunda metade do século XX e que hoje ‘estampam a capa das páginas policiais’ parece mais do que oportuna para desmistificar a visão preconceituosa e errada acerca do ‘atraso econômico’ e, alguns poderão dizer, ‘civilizatório’ que tais países possuem hoje. Ao choque dos tiros na redação do semarário parisiense *Charlie Hebdo*, apresentemos os anos de dominação europeia na região e o caos da supremacia americana na vida de inúmeras pessoas que habitam essa porção tão cobiçada do globo. Não que uma ação justifique a outra, mas é necessária uma visão mais ampla da história e não apenas dos fatos para se conseguir sentir os aromas, perceber os relevos e as dinâmicas dessa conflituosa relação entre o Ocidente e seu *alter ego* oriental.

No intuito de repensar essa região buscamos seguir a trilha da “heresia” de Fiori⁷² ao aliar a análise geopolítica à compreensão do desenvolvimento. Esse parece ser um caminho herético para o pensamento latino-americano tão preocupado com a busca pelo desenvolvimento e que já tanto se desencantou durante esse caminho. Lançar essa pergunta para outros espaços pareceu-nos um excelente desafio, ainda mais na busca de observar os finos fios que unem geopolítica e desenvolvimento em um sentido geral. Especificamente para Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque talvez as agulhas que tecem tal história fossem agulhas de crochê. Talvez até hoje ainda não se tenham encontrado o ponto. Mas isso não era nosso objetivo. O que buscávamos e, até certo ponto, encontramos era trazer à vista tal relação, que mesmo tão mais aparente para tais países não se fez evidente em diversos estudos aqui consultados.

Acreditamos que o sabor novo desse “pensamento herético” é exatamente lançar os olhos nus sobre a história e não buscar encontrar o caminho correto para o desenvolvimento e sim perceber que não há caminho uno e certo. Pode haver heresia ou heterodoxia para o pensamento, mas não para a história. Aparte a frieza realista e o calor liberal, a história acontece e simplesmente acontece. Não podemos encaixá-la em trilhos rígidos. O observar de tal tortuosidade nos encaminha a, ao nível da análise internacional, encarar a importância central que tem as relações geopolíticas sobre os projetos nacionais de desenvolvimento, caminho tão herético e proibido para o mundo dos economistas.

⁷² Em referência ao texto de Gabriel Palma, orelha do livro “História, Estratégia e Desenvolvimento” de José Luís Fiori [Fiori (2014)]. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/01/23/lancamento-boitempo-historia-estrategia-e-desenvolvimento-de-jose-luis-fiori/>

A propósito de uma palavra final acerca de geopolítica e desenvolvimento, podemos afirmar que as trajetórias de desenvolvimento dos países aqui estudados foram traçadas a partir da dinâmica entre constrangimentos geopolíticos imediatos e suas respectivas construções nacionais. Nenhum dos níveis de análise – nacional, regional e global – foi capaz de sozinho determinar os rumos dos projetos nacionais de desenvolvimento. Assim, não se pode falar que em última instância foi a existência de uma “brecha no sistema” ou uma “janela de oportunidade” que determinou um ritmo mais acentuado de crescimento econômico a este ou àquele país. No mesmo sentido, também não houve um caminho único, determinado seja pela via da industrialização seja pela ampliação do prestígio regional do país, que levou qualquer desses Estados ao destino inexorável do desenvolvimento. Definitivamente, a compreensão do fenômeno do desenvolvimento ao longo desta dissertação esteve na observação do caminhar às vezes vagaroso às vezes dinâmico dos jogos de poder e riqueza e em nenhum sentido se pôde fugir da constatação de que geopolítica e desenvolvimento econômico dentro do sistema interestatal capitalista estão irremediavelmente relacionados.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran between Two Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

AMINEH, Mehdi Parvizi. (Ed.) *The Greater Middle East in Global Politics: social science perspectives on the changing geography of the world politics*. Leiden: Koninklijke Brill, 2007.

ASHTON, Nigel. (Ed.) *The Cold War in the Middle East: regional conflict and the superpowers 1967 – 73*. Oxford: Routledge, 2007.

AXWORTHY, Michael. *A History of Iran: empire of the mind*. New York: Basic Books, 2008.

BAKHASH, Shaul. Iran's Foreign Policy under the Islamic Republic, 1979 – 2000. In: *Diplomacy in the Middle East: the international relations of Regional and outside powers*. Brown, Carl (Ed.). London: I. B. Tauris, 2004.

BOWEN, Wayne. *The History of Saudi Arabia*. Westport: Greenwood Press, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.

CHENAL, Alain. Le shiisme et les événements d'Iran. In : *Pouvoirs*, Revue Française d'Études Constitutionnelles et Politiques, Paris, v. 12, n°4, 1980.

CLEVELAND, William & BUNTON, Martin. *A History of the Modern Middle East*. Boulder: Westview Press, 2009.

COOK, Steven. *The Struggle for Egypt: from Nasser to Tahrir Square*. New York: Oxford University Press, 2012.

DAWISHA, Aaded. *Arab Nationalism in the Twentieth Century: from triumph to despair*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

DODGE, Toby. *Inventing Iraq: the failure of nation-building and a history denied*. New York: Columbia University Press, 2003.

DORAN, Michael. Egypt: pan-arabism in historical context. In: *Diplomacy in the Middle East: the international relations of Regional and outside powers*. Brown, Carl (Ed.). London: I. B. Tauris, 2004.

_____. *Pan-Arabism before Nasser: Egyptian power politics and the Palestine question*. New York: Oxford University Press, 1999.

EILTS, Hermann Frederick. Saudi Arabia's Foreign Policy. In: *Diplomacy in the Middle East: the international relations of Regional and outside powers*. Brown, Carl (Ed.). London: I. B. Tauris, 2004.

EL MAHDI, Rabab & MARFLEET, Philip. (Ed.). *Egypt: the moment of change*. London: Zed Books, 2009.

EL-NAGGAR, Ahmad El-Sayed. Economic policy: from state control to decay and corruption. In: *Egypt: the moment of change*. EL MAHDI, R & MARFLEET, P. (Ed.). London: Zed Books, 2009.

ETHEREDGE, Laura. (Ed.). *Middle East: region in transition, Iran*. New York: Britannica Educational Publishing, 2011.

FIELDHOUSE, David Kenneth. *Western Imperialism in the Middle East 1914 – 1958*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FIORI, José Luis. *História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. Poder, Geopolítica e Desenvolvimento. In: *Carta Maior*. 01/07/2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Poder-geopolitica-e-desenvolvimento/28779>. Acesso em: 11/01/2015.

_____. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI” In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. *OPoder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. In: FIORI, José L. *O Poder americano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*, p. 231-249. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Atraso Económico e Industrialización. Barcelona: Ariel, 1970.

GOLDSCHIDT JR, Arthur. *A Brief History of Egypt*. New York: Facts on File, 2008.

GORE, C. Methodological Nationalism and the Misunderstanding of East Asian Industrialization. In: *European Journal of Development Research*, v. 8, n. 1, 1996.

HEIKAL, Mohamed. *The Sphinx and the Commissar*. New York: Harper & Row, 1978.

HOPKIRK, Peter. *The Great Game: the struggle for empire in Central Asia*. [S.l.]: Kodansha International, 1992.

HOPWOOD, Derek. *Egypt: politics and society 1945 – 1990*. London: Routledge, 1993.

KERR, Malcolm. *The Arab Cold War 1958 – 1964: a study of ideology in politics*. London: Oxford University Press, 1965.

LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In: LACOSTE, Y. *Ler Braudel*. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Papirus Editora, 1989.

LAURENS, Henry. *Le Grand Jeu : Orient arabe et rivalités internationales depuis 1945*. Paris : Armand Colin Éditeur, 1991.

LESCH, David. *1979 The Year that Shaped the Modern Middle East*. Oxford: Westview Press, 2001.

MAAR, Phebe. *The Modern Hystory of Iraq*. Colorado: West Press, 2012.

_____. Iraq: balancing foreign and domestic realities. . *In: Diplomacy in the Middle East: the international relations of Regional and outside powers*. Brown, Carl (Ed.). London: I. B. Tauris, 2004.

MARLOWE, John. *Iran: a short political guide*. New York: Frederick A. Praeger, 1963.

MARSOT, Afaf Lutfi Al-Sayyid. *A History of Egypt: from the Arab conquest to the present*. New York: Cambridge University Press, 2007.

MATIN-ASGARI, Afshin. The Pahlavi Era: Iranian modernity in global context. *In: The Oxford Handbook of Iranian History*. Touraj Daryaei (Ed.). Oxford: Oxford, 2012.

McGREGOR, Andrew James. *A Military History of Modern Egypt: from the Ottoman conquest to the Ramadan War*. Westport: Praeger Security International, 2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições e Desenvolvimento Econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3 (40), p. 637-645. Campinas: UNICAMP, dez. 2010.

MILTON-EDWARDS, Beverly & HINCHCLIFFE, Peter. *Conflictis in the Middle East since 1945*. London: Routledge, 2004.

NOVY, Andreas. *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

OREN, Michael. *Six Days of War: June 1967 and the making of modern Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

OWEN, Roger. *The Middle East in the World Economy 1800 – 1914*. London: I.B. Tauris, 1981.

OWEN, Roger & PAMUK, Sevket. *A History of Middle East Economies in the Twentieth Century*. London: I. B. Tauris, 1998.

PAHLAVI, Mohammad Reza. *Réponse à l'Histoire*. Paris : Éditions Albin Michel, 1979.

PAQUOT, Thierry. Um Convite à História [Prefácio]. *In: LACOSTE, Y. (Org.). Ler Braudel*. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Papirus Editora, 1989.

POLK, William. *Understanding Iraq: a whistlestop tour from ancient Babylon to occupied Baghdad*. London: I. B. Tauris, 2005.

RAOUF, Wafik. *Nouveau Regard sur le Nationalisme Arabe : Ba'th et nassérisme*. Paris : L'Harmattan, 1984.

RIBEIRO, Guilherme. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. *In: História, Ciências, saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, Mar. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11/01/2015.

RIVIER, François. *Industrie et Politiques Industrielles en Egypt* : bilan économique. Beyrouth : C.E.R.M.O.C. (CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES SUR LE MOYEN-ORIENT CONTEMPORAIN), 1979.

ROCHOT, Philippe. *La Grande Fievre du Monde Musulman*. Paris : Le Sycomore, 1981.

RUBIN, Barry. *The Tragedy of the Middle East*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Traduzido por Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SHEPARD, William. The Dilemma of a Liberal: some political implications in the writings of the Egyptian Scholar Ahmad Amin (1886 – 1954). In: *Modern Egypt: studies in politics and society*, KEDOURIE, E. & HAIM, S. G. (Ed.). London: Frank Class, 2005.

SIMON, Reeva Spector & TEJIRIAN, Eleanor. (Ed.). *The Creation of Iraq, 1914 – 1921*. New York: Columbia University Press, 2004.

STOCKOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (S.I.P.R.I). *Le Commerce des Armes avec le Tiers Monde* : et ses conséquences économiques et politiques. Paris : Editeur Guy le Prat, 1976.

SUNAYAMA, Sonoko. *Syria and Saudi Arabia: collaboration and conflicts in the oil era*. New York: Tauris Academic Studies, 2007.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States, AD 990 – 1990*. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1990.

TAREQ, Ismael. *The Rise and Fall of the Communist Party of Iraq*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TAREQ, Ismael & HADDAD, William. (Ed.). *Iraq: the humanity cost of history*. London: Pluto Press, 2004.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana. In: *O Poder Americano*, FIORI, J. L. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2007.

VATIKIOTIS, Panayiotis Jerasimof. *The Middle East: from the end of empire to the end of Cold War*. New York: Routledge, 1997.

WYNBRANDT, James. *A Brief History of Saudi Arabia*. New York: Facts on File: 2010.

YAQUB, Salim. *Containing Arab Nationalism: the Eisenhower Doctrine and the Middle East*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

ZUHUR, Sherifa. *Saudi Arabia*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2011.

APÊNDICE A– CRONOLOGIA DO ESPAÇO:

A fim de melhor situar o leitor ao longo da discussão acerca da relação entre geopolítica e desenvolvimento nacional em Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque, pensou-se em construir uma cronologia que desse destaque aos principais fatos ocorridos nesses países e no sistema interestatal que envolvessem a discussão tratada ao longo deste trabalho partindo da Primeira Guerra Mundial ao final da Guerra do Golfo. Dessa forma, construímos uma cronologia baseada em Milton-Edwards (2004) e em Fieldhouse (2006):

1914: Início da Primeira Guerra Mundial.

1916: Tratado de Sykes-Picot, que divide os antigos territórios otomanos entre as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial.

1918: Fim da Primeira Guerra Mundial.

1922: Estabelecimento dos Mandatos da Liga das Nações nos antigos domínios do império otomano.

1922: Fim do Protetorado britânico no Egito.

1926: Inicia o reinado de Reza Khan no Irã.

1932: O Iraque se torna independente da Grã-Bretanha. Início do reinado da dinastia Hachemita.

1932: Unificação da Arábia Saudita.

1941: Reza Kahn abdica do trono iraniano em favor de seu filho, Reza Pahlavi.

1945 (Fevereiro): Encontro entre o Rei Ibn Saud da Arábia Saudita e o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt.

1945: Fim da Segunda Guerra Mundial.

1947 (Novembro): A ONU adota o Plano de Partição para a Palestina, criando o Estado de Israel.

1948 (Maio): Surge o primeiro conflito árabe-israelense.

1951: Mossadeq assume como primeiro-ministro do Irã e inicia a nacionalização do petróleo do país.

1952: Golpe de Estado dos Oficiais Livres no Egito.

1953: Operação Ajax no Irã, restituindo o poder ao xá Reza Pahlavi e derrubando Mossadeq.

1954: Gamal Abdel Nasser se torna presidente do Egito.

1955: Nasser vai à Conferência de Bandung e insere o Egito no Movimento Não-Alinhado e no “terceiro mundismo”.

1955: Entra em vigor o Pacto de Bagdá, acordo militar entre Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Inglaterra.

1956 (Outubro): Crise de Suez seguida da sua nacionalização, levou Inglaterra, França e Israel para confrontação militar com o Egito.

1957 (Janeiro): A Doutrina Eisenhower entra em vigor pelo governo americano.

1958: Golpe militar no Iraque depõe a monarquia Hachemita. O governo do primeiro-ministro Qasim denuncia o Pacto de Bagdá e se alinha à URSS.

1963 (Março): O partido Baath sobe ao poder na Síria.

(Setembro): O partido Baath sobe ao poder no Iraque, mas é deposto, poucos meses depois, após golpe militar.

1964: A Organização para a Libertação da Palestina é fundada no Egito.

1967 (Junho): Guerra dos Seis Dias. Exércitos árabes são derrotados, Israel ocupa territórios de Palestina, Síria e Egito.

1968 (Janeiro): Fatah, o movimento de resistência palestino liderado por Yasser Arafat é formado.

(Julho): O partido Baath dá golpe de Estado no Iraque.

1970 (Setembro): O presidente do Egito, Nasser, morre e é sucedido por Anwar Sadat.

1973 (Outubro): Guerra do Yom Kippur leva tropas sírias e egípcias à confrontação com Israel, que derrota os árabes mais uma vez.

1974 (Março): Autonomia negada aos curdos iraquianos por Saddam Hussein.

1975 (Abril): Eclosão da Guerra Civil Libanesa.

1977 (Novembro): Visita histórica do presidente egípcio Sadat a Jerusalém.

1978 (Setembro): Israel e Egito assinam os acordos de paz de Camp David.

1979 (Janeiro): Revolução Islâmica no Irã. O xá é deposto e o aiatolá Khomeini retorna do exílio.

1980 (Setembro): Eclosão da Guerra Irã-Iraque.

1981 (Outubro): O presidente egípcio Sadat é assassinado por militantes islâmicos.

1987 (Dezembro): Eclosão da Intifada palestina.

1988 (Março): Iraque utiliza armas químicas contra curdos em Halabja.

(Agosto): Cessar-fogo entre Irã e Iraque.

1990 (Agosto): Saddam Hussein ordena que tropas iraquianas invadam e ocupem o Kuwait.

1991 (Fevereiro): Tropas Aliadas colocam fim à ocupação iraquiana no Kuwait. Eclosão de levantes curdos e xiitas no Iraque.